

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2026

NÚMERO 23.126 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

MPT em alerta para combater o assédio eleitoral

Davi Pereira/CB/D.A Press



Nas eleições de 2022 e de 2024, o Ministério Público do Trabalho teve forte atuação nas denúncias de assédio eleitoral. Este ano, no pleito para presidente, Congresso e assembleias estaduais e distrital,

os promotores devem intensificar a fiscalização. Em 2026, em todo o país, houve 74 denúncias. Ao *CB.Poder*, o procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, detalhou o processo para

identificar esses casos. Segundo Gláucio, o assédio ocorre tanto na iniciativa privada quanto na administração pública. “Vamos entrar no período eleitoral. A tendência é de que haja uma intensificação na

campanha e na atuação desses empresários, desses gestores públicos, na tentativa de captar votos dos trabalhadores”, disse o procurador, que também abordou temas como escala 6 x 1 e pejotização.

PÁGINA 13

Thomas Coex/AFP



Sim, vai ter tira-teima!

MARCOS PAULO LIMA E VICTOR PARRINI
ENVIADOS ESPECIAIS

Impedida de ser disputada em 27 de março em Lusail, no Catar, devido à guerra entre EUA e Irã, uma finalíssima entre os campeões da Eurocopa e da Copa América resistiu: Espanha e Argentina decidirão o título da Copa do Mundo, domingo, às 16h, no MetLife Stadium, em Nova Jersey/Nova York. O jogo será assistido por quem quase impediu o duelo entre Lamine Yamal e Lionel Messi neste ano, o presidente Donald Trump. Ontem, Enzo Fernandez (foto) comandou mais uma virada incrível dos atuais campeões contra a Inglaterra por 2 x 1, em Atlanta.

PÁGINAS 18 A 20

Fraude no ICMS atinge advogado “ostentação”

Com 1,4 milhão de seguidores nas redes, onde exibe uma vida de luxo, Nelson Williams é dono de um dos maiores escritórios de advocacia do país. Ele é alvo de uma operação que apura prejuízos de R\$ 3,8 bilhões em impostos. PÁGINA 6

Investigação no HRSam

Após duas mortes durante o parto, procedimentos serão revisados com base em novo protocolo. PÁGINA 15

Eutanásia na França

Parlamento aprova texto que autoriza a morte assistida. Conselho Constitucional avalia legislação. PÁGINA 9

Carlos Vieira/CB/D.A Press.



Ponte JK — Mudança no limite de velocidade na via de acesso gera debate entre os usuários. Detran garante que não haverá impacto no tempo de viagem. PÁGINA 16

Direito & Justiça

Soldado vai ao júri

O militar Kelvin da Silva, preso por assassinar a cabo Maria de Lourdes, será julgado por feminicídio no Tribunal do Júri de Brasília, informa a coluna *Data Venia*.

Entrevista

Desembargador Alfeu Gonzaga Machado fala ao Correio sobre o trabalho na Ouvidoria do TJDF.

Davi Pereira/CB/D.A Press



Aposta na conciliação — Presidente do PL, Valdemar Costa Neto disse acreditar que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro vai se entender com o enteado Flávio Bolsonaro e participar da campanha. “Não podemos perder uma pessoa como Michelle”, afirmou ao *CB.Poder*. PÁGINA 5

Tecnologia ajuda pacientes com lesão medular

PÁGINA 12

Foto com sicário de Daniel Vercaro inquieta Flávio

PÁGINA 5



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



RELAÇÕES EXTERIORES

Governo dos Estados Unidos anuncia que aplicará sobretaxa de 25% a produtos brasileiros. A lista dos itens afetados deve sair hoje. O Escritório do Representante Comercial americano alega que políticas do país provocam insegurança jurídica e competição desleal

EUA confirmam tarifaço contra Brasil

» IAGO MAC CORD
» RAFAELA GONÇALVES
» ARMANDO HOLANDA
» VINICIUS DORIA

O governo dos Estados Unidos confirmou, ontem, a imposição de uma alíquota adicional de 25% sobre uma série de produtos exportados pelo Brasil. A decisão foi tomada após o presidente Donald Trump acatar a recomendação do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), chefiado por Jamieson Greer, encerrando uma investigação comercial que durou cerca de um ano.

A nova taxaço foi fundamentada na Seção 301 da Lei de Comércio americano, que permite retaliações contra práticas consideradas injustas. O USTR justificou o “tarifaço” alegando que políticas brasileiras geram insegurança jurídica e competição desleal para empresas dos EUA.

Entre os pontos destacados pelo representante comercial estão o comércio digital e o funcionamento de meios de pagamento, incluindo o Pix, além de discussões que envolvem o mercado de etanol e o combate ao desmatamento ilegal.

A pauta de contestações abrange ainda temas como propriedade intelectual, fluxo de processamento de patentes e enfrentamento à pirataria, estendendo-se, também, a políticas de combate à corrupção e à concessão de tarifas preferenciais.

Essa nova tarifa de 25% se soma a um histórico recente de tensões comerciais entre os dois países. Em julho de 2025, Trump anunciou uma primeira sobretaxação de 50% contra o Brasil. O governo brasileiro monitora uma segunda investigação americana que propõe uma outra sobretaxa, de 12,5%, relacionada ao combate ao “trabalho forçado”. Caso as medidas sejam cumulativas, como creem técnicos da equipe econômica, alguns produtos podem enfrentar uma taxaço total de até 37,5%.

A decisão da Casa Branca foi informada mais cedo ao Palácio do Planalto, sem o detalhamento dos itens sobre os quais não serão aplicadas as novas taxas. O governo vai analisar a lista de produtos afetados e o alcance das medidas antes de se pronunciar oficialmente. Autoridades

Marcelo Carmargo/Agência Brasil



O presidente Lula reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, no Planalto, para alinhar a estratégia a ser adotada



Com relação ao tarifaço, existe sempre um princípio que vai nos guiar. Os empresários brasileiros, as famílias brasileiras, os caminhoneiros brasileiros, os agricultores brasileiros não podem ser prejudicados por medidas injustas adotadas por outros países”

Dario Durigan, ministro da Fazenda

brasileiras esperavam a divulgação da lista ainda nesta madrugada. De qualquer forma, o Planalto segue com a estratégia de manter aberta a negociação diplomática, mas prepara medidas para proteger os setores que serão afetados.

Apoio aos exportadores

Ontem, Lula reuniu-se com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para alinhar a estratégia a ser adotada. O encontro terminou sem declarações à imprensa.

Na tentativa de minimizar os impactos das medidas comerciais, representantes dos governos brasileiro e americano promoveram, na terça-feira, a quinta reunião de alto nível desde 7 de maio. Em nota, o Planalto reiterou que considera as medidas “injustas” e voltou a defender uma solução negociada.

A Fazenda avaliará as consequências por setor da economia antes de definir eventuais medidas de apoio ao empresariado. “Se for confirmado um tarifaço, mais uma vez injusto, será preciso avaliar

quais setores foram afetados”, afirmou o ministro Dario Durigan.

Ele classificou a medida como “desproporcional” e “injustificada” e reforçou que o governo continuará buscando uma solução negociada.

Segundo Durigan, eventual apoio aos setores afetados será definido após uma análise detalhada dos efeitos da medida, preservando o compromisso com o equilíbrio fiscal. “O governo brasileiro não vai deixar os agricultores, os empresários e as famílias brasileiras na mão. Vamos fazer uma avaliação cuidadosa, sempre respeitando o compromisso fiscal que temos, e adotar medidas para proteger a nossa população”, declarou.

Nos bastidores do governo, a avaliação é de que Washington utilizou informações antigas para embasar a investigação comercial, reunindo reclamações históricas de setores empresariais norte-americanos sem apresentar fatos novos que justifiquem a ampliação das barreiras comerciais. A leitura do entorno do presidente Luiz Inácio

Lula da Silva é de que a decisão tem caráter predominantemente político e de que está alinhada à estratégia protecionista da gestão de Donald Trump. Apesar da ameaça de adoção de medidas retaliatórias por parte do governo brasileiro, autoridades evitam tratar dessa hipótese antes de esgotarem os canais de negociação.

Caso as duas investigações resultem na adoção das sobretaxas propostas, 4.187 produtos brasileiros, responsáveis por US\$ 14,9 bilhões em exportações, poderão ser tributados em até 37,5%, segundo estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O percentual reúne a tarifa temporária de 10% já em vigor, uma sobretaxa de 25% prevista na investigação baseada na Seção 301, e outra, de 12,5%, relacionada à apuração sobre “trabalho forçado”.

Na prática, a adoção das duas novas medidas elevaria em 27,5 pontos percentuais a tributação incidente sobre esses produtos, fazendo com que a alíquota total passasse dos atuais 10% para até 37,5%.

Impacto reduzido

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda avalia que o impacto macroeconômico esperado das novas tarifas americanas sobre a economia brasileira permanece reduzido.

“As exportações mostraram resiliência mesmo após a elevação tarifária de agosto de 2025, com recuperação gradual desde novembro. Como o mercado americano respondeu por cerca de 11% das exportações brasileiras em 2025, equivalentes a menos de 2% do PIB antes do choque, e o redirecionamento das vendas para outros destinos compensou parte relevante da perda, o efeito direto sobre a atividade foi limitado e tende a continuar dessa forma”, diz a pasta, em documento do Boletim Macrofiscal de julho.

A secretaria destaca que as medidas anunciadas pelos EUA em junho de 2026, ainda pendentes de aprovação, preveem exceções para diversos produtos, o que tende a manter o impacto agregado modesto.

“Soma-se a isso o conjunto de ações implementadas desde o ano passado em apoio aos setores mais expostos, com foco em crédito, liquidez e diversificação de mercados, que deve auxiliar a mitigar os efeitos setoriais remanescentes”, completa a SPE.

A decisão dos EUA de aplicar um novo tarifaço sobre produtos importados brasileiros foi confirmada ontem, sob a justificativa de que o Brasil adota práticas ilegais em comércio digital, serviços de pagamento eletrônico, entre outros.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/Mdic), no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações para os Estados Unidos caíram 13,0% e atingiram US\$ 17,428 bilhões. As importações caíram 12,5% e totalizaram US\$ 18,950 bilhões. Dessa forma, a balança comercial brasileira com o país norte-americano apresentou déficit de US\$ 1,522 bilhão no acumulado de 2026.

» **Leia mais** sobre o Boletim Macrofiscal de julho na página 7

Reação à ausência de chanceler

» FERNANDA STRICKLAND
» LUIZA ALTÓE

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara encaminhou uma notícia-crime à Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, após a ausência dele na sessão de ontem. O colegiado avalia a possibilidade de crime de responsabilidade, pois o chanceler tinha sido formalmente convocado.

Vieira deveria prestar esclarecimentos aos parlamentares a respeito de declarações dele sobre o risco de uma eventual ação militar dos Estados Unidos contra o Brasil, após o governo norte-americano classificar facções brasileiras como organizações terroristas.

A ausência do ministro provocou reação entre integrantes da comissão. Ao abrir a sessão, o presidente

do colegiado, Marcel van Hattem (Novo-RS), afirmou que não houve uma confirmação “clara ou expressa” de que o chanceler deixaria de comparecer e criticou a forma como o comunicado foi encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o parlamentar, a informação sobre a ausência foi transmitida pela assessoria da pasta e não diretamente pelo ministro. Van Hattem classificou o documento como “evasivo e lacônico” e afirmou que haveria indícios de descumprimento das obrigações constitucionais do cargo.

O deputado também acusou o Itamaraty de não responder adequadamente a requerimentos aprovados pela comissão entre abril e julho deste ano. Durante a reunião, classificou como “risível, absurda e ilegal” a justificativa apresentada pelo ministério de

que a diversidade dos temas tratados dificultaria o atendimento às solicitações parlamentares.

Além disso, ele contestou a sugestão feita pelo Itamaraty para remarcar a audiência, argumentando que a definição das convocações é uma prerrogativa da Câmara. Em pronunciamento, Van Hattem frisou que a presença do ministro na comissão “não é um favor concedido, é uma obrigação constitucional inerente ao seu cargo”, classificando a ausência como um “descaso institucional inadmissível”.

Mesmo sem a presença do chanceler, os deputados decidiram manter a sessão para registrar oficialmente os protestos e discutir eventuais providências.

Em ofício enviado à comissão, o Ministério das Relações Exteriores informou que Mauro Vieira não compareceu devido a um

conflito de agendas. No mesmo horário da audiência, o ministro participava de uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar das tarifas comerciais impostas pelos EUA a produtos brasileiros.

O Itamaraty também argumentou que convocações dessa natureza exigem diálogo prévio para definição das datas e informou que, em documento encaminhado em 10 de julho, o chanceler havia sugerido o adiamento da audiência para o período entre 11 e 14 de agosto.

Após o episódio, a comissão decidiu convocar novamente Vieira e o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, embaixador Celso Amorim. A nova audiência deve ocorrer entre 11 e 12 de agosto, com a data definitiva sendo definida após o recesso legislativo.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

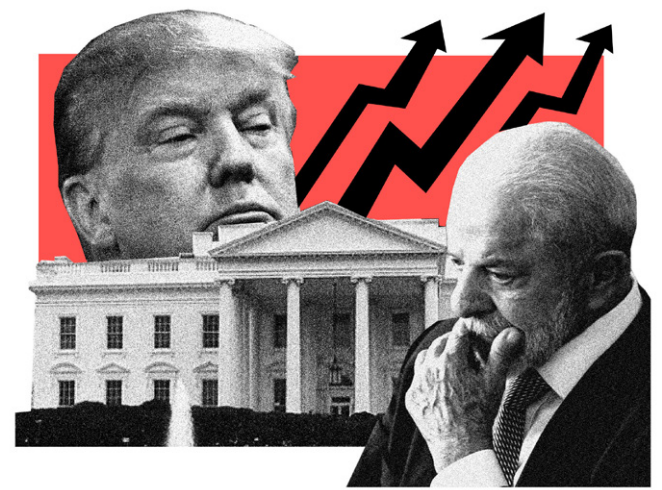


A comissão protocolou notícia-crime na PGR contra ministro

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Lula não entregará o que Trump deseja, o fim do Pix, apesar do tarifaço

Representantes do governo dos Estados Unidos informaram ao Itamaraty que a decisão sobre a aplicação de novas tarifas sobre produtos brasileiros já foi tomada. Somente após a divulgação da decisão, porém, o governo brasileiro analisará o teor do anúncio, para definir qual será a sua reação. Mais ou menos como naquele refrão do samba *Malandragem Dá Um Tempo* (“Vou apertar, mas não vou acender agora”), de autoria de Adelzonilton, Moacyr Bombeiro e Popular PA, imortalizado pelo sambista Bezerra da Silva e músico letrado, que tocava violão clássico em orquestras e era notável percussionista.

Entre as possibilidades em discussão no Palácio do Planalto, o acionamento da Lei da Reciprocidade Econômica não está descartado, mas a prioridade é a continuidade das negociações diplomáticas com os americanos pelo Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Deixando o samba de lado, a ofensiva tarifária de Donald Trump contra o Brasil não deve ser examinada apenas como uma disputa sobre alíquotas, etanol, plataformas digitais ou acesso a mercados. Trata-se de um choque institucional.

O economista Douglass North (Nobel de 1993), estudioso da institucionalidade da economia, mostrou que o funcionamento da economia mundial e do comércio entre os países depende das “regras do jogo”: normas formais, convenções e mecanismos de cumprimento que reduzem a incerteza, protegem contratos e diminuem os custos de transação. Quando Donald Trump transforma tarifas em instrumento discricionário de pressão política, não altera somente o preço das mercadorias. Muda os incentivos de governos, bancos e empresas e estimula a criação de estruturas capazes de reduzir a dependência em relação ao poder que passou a ameaçá-los.

A investigação norte-americana sobre o comercio Brasil-Estados Unidos misturou Pix, etanol, plataformas digitais, propriedade intelectual, desmatamento e acordos tarifários. Tudo para justificar uma sobretaxa de 25% sobre milhares de produtos brasileiros. Cerca de 4,2 mil itens e US\$ 15 bilhões em exportações podem ser atingidos. Entretanto, o tarifaço deve preservar exceções para produtos relevantes à própria economia dos Estados Unidos, sinal de que a medida obedece a uma seleção política de custos e benefícios. Na verdade, a relação bilateral é superavitária para os norte-americanos, o que contradiz a justificativa apresentada por Trump, pois os Estados Unidos mantêm posição comercial favorável diante do Brasil.

North nos ajuda a compreender por que o tarifaço é mais grave do que uma retaliação convencional. As relações comerciais produtivas dependem da confiança de que as regras não serão modificadas arbitrariamente depois que investimentos e cadeias produtivas estiverem organizados. Tarifas unilaterais elevam o custo de medir riscos, renegociar contratos, financiar exportações, contratar seguros e substituir fornecedores. Ou seja, bagunça as operações das empresas e a economia dos países.

O Pix é nosso

Em vez de reduzir incertezas, a política dos Estados Unidos passa a produzi-las e transforma o acesso ao maior mercado do mundo em concessão revogável pela vontade presidencial. Entretanto, Trump não tem apoio unânime das empresas norte-americanas. Muitas dependem de insumos brasileiros e pressionam por exceções, porque a tarifa funciona como imposto sobre suas próprias cadeias de produção.

O problema se amplia porque a ofensiva não se limita ao comércio de bens. Entre os impasses apresentados por Washington estão o Pix, a abertura do mercado ao etanol norte-americano e uma moratória de quatro anos para tributos e multas de plataformas digitais. O Brasil considera esses pontos inegociáveis e sustenta que o Pix é uma infraestrutura pública aberta a instituições nacionais e estrangeiras, comparável ao FedNow dos próprios Estados Unidos.

Não há a menor possibilidade de o Brasil acabar com o Pix por exigência de Trump. Hoje, é o principal meio eletrônico de pagamento do país em número de operações, com mais de 170 milhões de usuários, custos inferiores aos dos cartões e participação superior à metade das transações no segundo semestre de 2025. Classificá-lo como “prática desleal” equivale a converter uma inovação destinada a reduzir custos de transação em infração comercial porque ela diminui a renda de intermediários privados.

Há dois aspectos importantes a considerar. O primeiro é de natureza econômica. Apesar de ser o segundo parceiro do Brasil, o comércio com os Estados Unidos, que movimentou US\$ 36,4 bilhões no primeiro semestre, representa apenas 2% do PIB brasileiro. Ou seja, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem cacife para não entregar o que Trump está querendo. O segundo é eleitoral: por mais que Flávio Bolsonaro tenha se esforçado para ser interlocutor da Casa Branca e obter o adiamento do aumento de tarifas, sua viagem a Washington para se encontrar com o secretário de Estado, Marco Rubio, foi uma espécie de “me engana, que eu gosto”. Isto é, pura figuração. Na prática, o que fez foi entregar a bandeira da soberania nacional para Lula nas eleições.

EMENDAS PARLAMENTARES

Dino ordena que dirigentes expliquem, em até 10 dias, se participam de definição, gestão ou distribuição dos recursos. A decisão engloba 21 legendas do Congresso

Presidentes de partidos são intimados pelo STF

» LUÍZA ALTOÉ

O ministro Flávio Dino apertou mais o cerco na investigação que apura a destinação de **emendas parlamentares** na Câmara. O magistrado intimou, ontem, 21 presidentes de partidos para que, em um prazo de 10 dias úteis, informem se participam de definição, gestão, distribuição ou operacionalização dos recursos públicos.

Dino quer ser informado se o presidente do partido dispõe de cotas, reservas ou qualquer outro mecanismo de alocação de emendas parlamentares. Em caso positivo, o dirigente terá de esclarecer a natureza, a finalidade e a abrangência. Também terá de explicar quem tem competência para autorizar e deliberar sobre o uso desses recursos; o fundamento jurídico e o instrumento formal (como atas ou normas internas) que ampara essa prática; e o procedimento efetivamente adotado para a definição e a destinação dos respectivos recursos.

“As informações ora requisitadas são relevantes para subsidiar a definição de providências eventualmente necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares (art. 163-A da CF), a fim de garantir o cumprimento das decisões do Plenário do STF”, escreveu o ministro.

Para fundamentar a decisão, Dino fez referência a uma entrevista concedida pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, na terça-feira, em que afirmou que dirigentes partidários interferem na destinação de emendas, e que outros presidentes de partido também fazem indicações. O ministro reiterou que a manifestação vai contra a premissa de que a proposição e a deliberação de emendas parlamentares são prerrogativas inerentes ao exercício do mandato parlamentar, competindo exclusivamente aos integrantes do Poder Legislativo no curso de seus mandatos.

Victor Piemonte/STF



Dino quer saber se presidente de partido detém poder sobre emendas

Cobrança, também, ao governo

Na terça-feira, Dino determinou ao governo a adoção de critérios mais rígidos de rastreabilidade, transparência e controle sobre as emendas, e afirmou que há “um mercado de terceirização ou privatização” dos recursos no país. A destinação das verbas por figuras políticas sem cargo eletivo, segundo Dino, representa uma “vinculação esdrúxula” com projetos eleitorais.

“Caso procedentes, constituem uma novidade relevante nestes autos, que, tramitando desde 2021, não contém registro dessa modalidade de emendas ao Orçamento Geral da União, isto é, emendas de titularidade ou ‘cedidas’ aos Presidentes de partidos políticos”, destacou o magistrado.

A decisão envolve Avante, Cidadania, MDB, Missão, Novo, PCdoB, PDT, PL, Podemos (Pode), PP, PRD, PSB, PSD, PSDB, PSol, PT, PV, Rede, Republicanos, Solidariedade e União Brasil.

Em nota, o PT afirmou que, como presidente do partido, Edinho Silva “jamais participou de qualquer articulação para a liberação de emendas parlamentares”. Além

de ter recebido a decisão do ministro com “tranquilidade”, o dirigente ressaltou que “prestará todos os esclarecimentos solicitados”.

O Novo pontuou que “a gestão partidária é completamente separada da atuação dos parlamentares” e que o presidente do partido, Eduardo Ribeiro, “nunca indicou, solicitou ou sequer sugeriu a destinação de qualquer emenda parlamentar”.

Por sua vez, o Solidariedade destacou que “as emendas parlamentares destinadas ao deputado federal Paulinho da Força foram recebidas em sua condição de parlamentar, no exercício do mandato de deputado federal, e não em razão de sua

atuação como presidente”.

O PCdoB informou que responderá ao ministro dizendo que a presidência nacional do partido “em nada interfere na destinação dos recursos orçamentários através de emendas parlamentares e que respeita integralmente a prerrogativa exclusiva de cada um dos deputados e das deputadas que integram nossa bancada”.

O Podemos afirmou ser “um defensor da transparência” e a ter como um dos pilares desde a fundação do partido. “Por isso, segue a medida determinada pelo ministro do STF”, pontuou.

O presidente do Missão e pré-candidato à Presidência da República, Renan Santos, disse que a legenda prestará contas ao ministro sobre as emendas parlamentares. Ele elogiou a decisão de Dino de “meter um pente-fino” no uso desse recursos e desafiou os demais presidentes partidários a fazerem o mesmo que o Missão: “Explicar todas as emendas e contar em detalhes como nós enviamos”.

Já o PV esclareceu que “não tem nenhuma cota” e que as emendas são de “responsabilidade total” dos parlamentares. O União Brasil frisou não ter recebido qualquer notificação do STF sobre o assunto.

O PSol, por sua vez, ressaltou considerar “inadmissível” que presidentes partidários realizem tais indicações. “Nossa bancada não participa de nenhuma articulação para definição de emendas de comissão que não seja pública, transparente e com a participada democrática”, pontuou.

O PL informou que, por ora, não se manifestará. Já o MDB esclareceu que “emenda parlamentar é prerrogativa exclusiva de parlamentar”.

A ordem de Dino ocorre dias após o ministro determinar o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e de R\$ 6 milhões do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. Segundo a Polícia Federal, os dois indicaram a destinação de emendas parlamentares mesmo sem terem mandato eletivo.

COMUNICADO DE RECALL



Veículo	Chassis N°	Data inicial e final de fabricação
LAND ROVER RANGE ROVER, DEFENDER 90, 110 E 130 E DISCOVERY	SALEA6BW0P2142749 a SALRA2BWXT2527174 (Chassis não sequenciais)	Entre 12/03/2020 e 05/06/2026

A Land Rover Brasil convoca os proprietários dos veículos Land Rover Range Rover, Defender 90, 110 e 130 e Discovery, com chassis finais não sequenciais de P2142749 a T2527174, fabricados entre 12 de março de 2020 e 05 de junho de 2026, ano/modelo 2020 a 2026, a entrar em contato com um concessionário autorizado Land Rover para agendar o serviço de aplicação gratuita do gel lubrificante protetor nos terminais de conexão do airbag do motorista nos veículos envolvidos.

Componente envolvido: Airbag do motorista

Defeito: Foi identificado um problema no qual o conector do airbag do motorista, localizado na mola relógio, pode sofrer corrosão por atrito com o passar do tempo. Isso pode causar um aumento na resistência do circuito do airbag do motorista, o que pode fazer com que o airbag não seja acionado quando necessário.

Risco: Em casos extremos, há a possibilidade de lesões físicas graves ou até mesmo fatais ao motorista e/ou aos ocupantes do veículo no caso de colisão com a não deflagração da bolsa do airbag do motorista.

Até o momento, nenhum acidente foi registrado no Brasil.

Solução: Os concessionários autorizados Land Rover realizarão o serviço de aplicação gratuita do gel lubrificante protetor nos terminais de conexão do airbag do motorista nos veículos envolvidos.

O tempo estimado para o reparo é de **até 30 minutos**.

Data de início do atendimento: 16 de julho de 2026.

Informações de Contato: Para verificar se o seu veículo está envolvido na presente campanha, entre em contato com o Concessionário Autorizado Land Rover de sua preferência. Para agendar previamente a realização do serviço, utilize o telefone **0800 012 2733** para clientes Land Rover. A ligação é gratuita e o serviço estará disponível de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00. Também é possível contatar pelo e-mail **clientelandrover@landrover.com.br**, bem como pela página da marca na internet **www.landrover.com.br** e nas páginas do Facebook e YouTube.

Visando resguardar a segurança e a satisfação de seus consumidores, a Land Rover Brasil adota esta medida e destaca a importância do pronto atendimento a esta convocação.



Desacelere. Seu bem maior é a vida.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Tensão só aumenta

Os partidos estão meio zonzos diante da decisão do ministro Flávio Dino de cobrar que todos se expliquem sobre as indicações de emendas parlamentares. A nota do MDB, por exemplo, afirma que “o jurídico está analisando como se posicionar, pois — via de regra — é evidente que emenda é prerrogativa só de parlamentar”. PSol e Novo negaram veementemente o uso desse tipo de prática. Os demais também se mostraram indignados, mas ninguém pretende descumprir a ordem do ministro do STF.

Quem procura...

... acha. Deputados de partidos de esquerda preparam um requerimento de informação para saber exatamente onde Tuca está trabalhando neste momento. No site de consulta do sistema da Câmara dos Deputados, a servidora aparece lotada na Diretoria Administrativa, mas não especifica em qual departamento. Esses parlamentares acreditam que, pela lógica, ela deveria estar no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade, mas quem telefona para lá é informado que não há nenhuma Mariângela Fialek trabalhando ali.

Segue o fio

Parlamentares querem entender a função que Tuca exercia e para quem ela respondia dentro da Casa, afinal, até agora já foi descoberto que a servidora cuidava de emendas do Progressistas, PL e Republicanos. Deputados desejam entender como funciona o sistema de sugestão e até que ponto Tuca apenas “realizava seu trabalho técnico”.

O perfil de vice para Flávio

O PL deixará nas mãos do senador Flávio Bolsonaro a escolha do nome que o acompanhará na vaga de candidato à vice-presidência da República. Só vai ponderar que o escolhido tenha votos. Se essa premissa for levada ao pé da letra, a ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniela Marques ficará dedicada ao programa de governo. Afinal, nunca concorreu a qualquer mandato eletivo. A senadora

Tereza Cristina, que tem votos e prestígio, é pré-candidata a presidente do Senado. E se colocou exatamente para sair desse imbróglio, especialmente depois de Flávio se referir à parlamentar como “vozinha”. Embora tenha tentado justificar, dizendo que ela lhe lembrava a sua avó, a fala foi vista como machista e “etarista” até por parlamentares do próprio PL. A tendência hoje é chapa pura.



E as pesquisas, hein?

O PT respirou aliviado com a melhora da aprovação do presidente Lula apontada na pesquisa Genial/Quaest divulgada esta semana. Porém a avaliação interna é de que não dá para o petista se deitar em berço esplêndido. Não pode haver erros. Nem de Lula, nem de seus principais aliados. Vale lembrar que ele ganhou por uma pequena diferença em 2022.

Ainda tem jogo

Os eleitores de direita não bolsonaristas que, na pesquisa espontânea, afirmam votar em Flávio Bolsonaro no primeiro turno caíram de 44% para 32% entre junho e julho. No meio bolsonarista, a queda foi de cinco pontos percentuais, de 50% para 45%. Porém, até o momento, esses votos não migraram para Ronaldo Caiado (4%), Romeu Zema (3%) ou outro candidato. Sinal de que, a depender da forma como Flávio levar a sua campanha, podem voltar.

CURTIDAS

Onde pega/ Embora o gabinete de Flávio Bolsonaro tenha divulgado uma nota dizendo que o senador não conhece o “Sicário” de Daniel Vorcaro com quem aparece numa foto que circulou na internet, o PL ficou com pé atrás ante a notícia. É que Flávio aparece sem camisa ao lado de Luiz Phillipi Mourão, indicando algo bem diferente das fotos tiradas nas ruas. Há o receio de que se repita o que houve no episódio do encontro com Vorcaro, quando, num primeiro momento, o senador mentiu, dizendo que não havia se encontrado com o banqueiro. Por isso, a ordem agora é aguardar as investigações.

A luta pelo 2222 e pelo 1313/ Em todos os estados, pré-candidatos a uma das vagas de deputado federal pelo PL e pelo PT brigam pelo direito de usar os números dos respectivos partidos na hora de se apresentar ao eleitor. Há uma certeza de que isso ajuda, e muito, a incrementar o número de votos. No PL, Valdemar Costa Neto vai deixar essa questão a ser resolvida por cada estado.

E o Missão?/ A legenda está bem otimista com as eleições deste ano. O foco do partido é crescer as bandas estaduais e federais, principalmente a da Câmara dos Deputados. Pela conta dos dirigentes, em um cenário pessimista, a legenda deve eleger quatro deputados em São Paulo, e eles consideram que no estado cinco pré-candidatos têm projeção relevante.

Lembrança dos tucanos/ Ao dizer, em entrevista ao portal Uol, que a sociedade brasileira “nunca teve uma primeira-dama que trabalhasse efetivamente”, Janja Lula da Silva (**foto**) se esqueceu dos anos 1990, em que Ruth Cardoso, professora e intelectual, trabalhava, e muito, conforme lembram os representantes do PSDB que conviveram com a primeira-dama no governo Fernando Henrique Cardoso. Aliás, quando Lula foi eleito pela primeira vez, Fernando Henrique e D. Ruth receberam o casal Lula e Marisa Letícia para jantar e mostrar as dependências do Palácio da Alvorada. Um exemplo de respeito à democracia e ao voto do povo brasileiro.

Reprodução/YouTube



SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Correio Braziliense realizará um dia de entrevistas com os **pré-candidatos à Presidência da República nas eleições de 2026**, dando espaço para que apresentem suas ideias sobre temas de interesse de todos os leitores. Na pauta, assuntos como segurança pública, saúde, educação e economia serão aprofundados com cada participante.



28 DE JULHO • A PARTIR DAS 8H

Apoio:



Realização:



Produção:



CAMPANHA

Foto com Sicário abala Flávio

Imagem ao lado do braço direito de Daniel Vorcaro traz novo revés para o senador na disputa ao Planalto. Ele nega relação

» RENATO SOUZA
» ANNA JÚLIA CASTRO*

A campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República sofreu seu segundo revés em menos de dois meses. O parlamentar aparece em uma foto ao lado de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, conhecido como Sicário, apontado pela Polícia Federal (PF) como o braço operacional de confiança do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

O senador nega ter tido contato com Mourão, e questiona a veracidade da imagem. A foto soma-se ao áudio divulgado em maio, em que Flávio aparece pedindo dinheiro a Vorcaro para financiar o filme *Dark Horse*, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A imagem foi divulgada ontem pelo portal ICL Notícias, e gerou repercussão imediata tanto entre aliados de Flávio quanto na oposição. De acordo com a reportagem, a foto foi tirada em 2022, dentro das dependências de um hotel na Zona Sul do Rio de Janeiro. O site informou que, em parceria com o Centro Latino-americano de Investigación Periodística (Clip), submeteu a foto a cinco diferentes ferramentas tecnológicas de detecção de imagem: Gemini, Hive Moderation, Sight Engine, Was It AI e Image Whisperer.

O resultado técnico foi unânime entre todos os softwares utilizados: nenhuma das plataformas encontrou qualquer indício ou marca d'água que sugerisse que o conteúdo tivesse sido gerado por algum sistema de inteligência artificial (IA) generativa.

A reportagem do **Correio** também avaliou a imagem em

Reprodução/ICL Notícias



Segundo o portal, o retrato dos dois foi tirado em 2022, em um hotel da Zona Sul do Rio de Janeiro

softwares de detecção de IA, e o resultado foi parecido, apontando pouca chance de manipulação da foto. Porém, nenhum dos programas disponíveis hoje, mesmo os mais avançados, atestam com 100% de certeza que uma imagem representa uma situação real, sem edições. Este tipo de avaliação

necessita de análise por equipes forenses com acesso ao material bruto, principalmente ao equipamento em que a imagem foi capturada.

Fontes da Polícia Federal (PF) ouvidas pela reportagem informaram que, até então, a corporação não tinha conhecimento da existência desta foto, e que não há

investigação aberta sobre eventual contato entre o parlamentar e Sicário.

Em vídeo publicado nas redes sociais, Flávio Bolsonaro não negou que tenha tirado a foto, mas alegou que não conhecia e não manteve contato com o então investigado na Operação Compliance

Zero. “Não sei se é verdade. Se for verdade, certamente é mais uma das várias (fotos) que eu tiro todos os dias porque, graças a Deus, sou bem recebido por onde passo, tiro foto com todo mundo que me pede. Não tem como eu saber quem é a pessoa que está tirando foto comigo”, disse.

“Mais uma narrativa para a gente derrubar. Foto eu faço com qualquer pessoa que pedir, só não faço com o Lula”, acrescentou o senador. No primeiro abalo na campanha, relacionado ao áudio da conversa dele com Vorcaro, horas antes de a reportagem ter sido publicada, o senador também havia negado contato com o dono do Master. Após a divulgação da gravação, precisou voltar atrás e admitir a ligação telefônica realizada para pedir recursos para a gravação do filme.

Reação

Após a publicação da imagem, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) postou um vídeo nas redes sociais dizendo que a autenticidade da imagem foi confirmada. O parlamentar enfatiza que a fotografia reforça a proximidade entre os dois. “O Sicário é assassino de aluguel. É o homem da violência, da pancadaria, fazia qualquer negócio. O suicídio dele tem que ser explicado. Foi suicídio ou mataram?”, afirmou o parlamentar.

Mourão, que tirou a própria vida na cadeia após ser preso, em março, é apontado pela PF como um dos operadores centrais de um grupo conhecido como “A Turma”, encarregado do monitoramento, coleta de informações e intimidação de adversários do banqueiro, incluindo jornalistas e outros integrantes do sistema financeiro.

Bolsonaro não sabia de post

» MANNU LEONES

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro informou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que ele não sabia que a “carta aos brasileiros” que escreveu seria divulgada nas redes sociais pelo seu filho, o senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A manifestação ocorreu por ordem do Supremo. De acordo com o documento, o ex-presidente “jamais soube” que a carta seria publicada.

“O peticionário (Jair Bolsonaro) jamais soube que a carta seria publicizada, tampouco houve qualquer orientação, ajuste ou combinação prévia acerca da utilização de redes sociais para esse fim”, afirma a defesa.

Os advogados ainda destacam que o ex-presidente não enxergava a escrita de uma carta como uma violação da restrição de uso das redes sociais, determinada pelo STF.

Por meio de sua defesa, o ex-presidente ainda relembra que já chegou a redigir outros textos a familiares e que, mesmo quando divulgadas, a ação não provocou qualquer questionamento da Justiça. Por fim, Jair Bolsonaro se compromete a “continuar observando rigorosamente todas as condições estabelecidas”.

A leitura pública da carta foi feita por Flávio no último sábado, após uma de suas visitas. Por meio dela, o ex-presidente afirma estar com “saudades” de falar ao povo brasileiro, e pede empenho pela candidatura de Flávio.

CB.PODER

Davi Pereira/CB/D.A Press



Costa Neto disse acreditar que Flávio e a ex-primeira-dama ainda vão chegar a um entendimento

“Não podemos perder Michelle”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, defendeu ontem que a campanha eleitoral de seu partido não pode “perder uma pessoa como a Michelle (Bolsonaro)”, ao comentar o conflito entre a ex-primeira-dama e o senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Costa Neto concedeu entrevista para o programa *CB.Poder*, uma parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília. Às jornalistas Denise Rothenburg e Adriana Bernardes para o programa *CB.Poder*, o dirigente argumentou que os aliados devem superar diferenças e agir juntos.

“Não podemos ter o nosso pessoal dividido. Em campanha, a gente faz qualquer coisa para ganhar a eleição. Às vezes, até convive com pessoas de quem não gosta. Nós não podemos perder uma pessoa como a Michelle”, confessou, referindo-se à briga.

Em 24 de junho, Michelle publicou um vídeo em que diz ter sido maltratada, desrespeitada e

humilhada por Flávio Bolsonaro, durante uma ligação sobre as alianças eleitorais do PL no Ceará. No dia seguinte, Flávio pediu desculpas e disse que não tinha a intenção de insultá-la. No entanto, em 30 de junho, Michelle renunciou ao cargo de presidente do PL Mulher, com a justificativa de que queria cuidar da família. Ela sinalizou ainda que pode desistir de concorrer ao Senado.

“Eu ainda tenho esperança de que eles se entendam, porque nós não podemos brigar entre nós. Os dois têm dificuldade há muito tempo”, disse ainda Costa Neto.

O presidente do PL entende ainda que a ex-primeira-dama deve manter sua candidatura. “Ela não tem preço, porque está eleita. Se ela não for candidata, é um senador a menos. Um senador a gente dá a vida para ter. Ela tem uma eleição garantida hoje, pelas pesquisas. É um prejuízo muito grande para nós se ela não participar da campanha. A Michelle não é uma cidadã comum”, analisa.

Na entrevista, Costa Neto

comentou ainda a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de bloquear R\$ 119 milhões de suas contas em meio a uma investigação sobre suposta destinação irregular de emendas parlamentares.

Segundo o político, a atuação da direção partidária na distribuição de emendas acontece para atender demandas de deputados que representam muitas cidades e não conseguem contemplar todas apenas com os recursos que têm. “Há deputados eleitos pelo chamado voto de opinião. Esses ficam mais livres para destinar emendas. Então, nós fazemos o seguinte: eu recebo os prefeitos que vêm apresentar seus pleitos, elaboramos uma lista e encaminhamos para a liderança”.

Ele defendeu que esse é um trabalho “normal” do presidente de um partido. “O que a Polícia Federal entendeu, no início, foi que eu teria uma cota pessoal de presidente. Isso nunca existiu. Nunca houve essa cota”, afirma.

***Estagiárias sob a supervisão de Victor Correia**

A FEIJOADA MAIS PREMIADA DE BRASÍLIA.



Sábado tem destino certo. A feijoada do Lake's reúne um buffet completo, sabores marcantes e aquele almoço que transforma o fim de semana em um momento especial. Garanta sua mesa e descubra por que ela conquistou esse reconhecimento.

Lake's
RESTAURANTE

61 3323-1029 | 402 SUL



INVESTIGAÇÃO

Advogado ostentação novamente na mira

Nelson Wilians, famoso por exibir vida de luxo nas redes, é suspeito em esquema que desviou R\$ 3,8 bilhões em ICMS

» ALÍCIA BERNARDES

O advogado Nelson Wilians, fundador do escritório Nelson Wilians Advogados (NWADV), voltou a ser alvo, ontem, de uma investigação policial. Com mais de 1,4 milhão de seguidores nas redes sociais e à frente de um dos maiores escritórios de advocacia empresarial da América Latina, o “advogado ostentação” é um dos alvos da Operação Distrato, que apura suposto esquema de fraudes envolvendo créditos de ICMS em São Paulo e no Paraná.

Segundo as autoridades, o prejuízo estimado aos cofres públicos chega a R\$ 3,8 bilhões.

De acordo com o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira/SP), vinculado à Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, o grupo econômico ligado ao advogado integra um dos principais núcleos da organização investigada. A suspeita é de que empresas de consultoria e escritórios de advocacia comercializavam créditos tributários considerados irregulares para reduzir, de forma indevida, o valor do ICMS devido por empresas.

O escritório de Wilians foi alvo de mandados de busca e apreensão. Em nota, o NWADV afirmou que “recebeu as autoridades, prestou integral colaboração e permanece à disposição para todos os esclarecimentos necessários”.

A Operação Distrato cumpriu 38 mandados de busca e apreensão autorizados pela 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da capital paulista. As diligências ocorreram em São Paulo, Campinas, Jundiaí, Ribeirão Preto, além das cidades paranaenses de Londrina e Cambé.

Também são investigados outras companhias que atuam na área de planejamento tributário, entre eles os grupos Alpha e DMC.

Saulo Cruz/Agência Senado



Wilians depôs na CPMI do INSS. Ele foi indiciado pelos parlamentares no relatório final, mas o documento não foi aprovado por divergências

Em Londrina, a advogada Mayra de Paula também foi alvo da operação, e é apontada pelos investigadores como integrante do esquema.

Fraudes do INSS

Esta não é a primeira vez que Nelson Wilians entra na mira das autoridades. Em setembro do ano passado, ele foi alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) que investigava um suposto esquema de fraudes contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na ocasião, agentes apreenderam armas, veículos de luxo e obras de arte em

imóveis ligados ao advogado.

Entre os bens estavam uma Ferrari, um Porsche, um Rolls-Royce avaliado em cerca de R\$ 11 milhões, além de esculturas, incluindo peças de caráter erótico, e uma reprodução da obra *O Pensador*, de Auguste Rodin.

No mesmo mês, depôs na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, quando negou envolvimento. Ele estava entre os indiciados no relatório final, documento que não foi aprovado pelo colegiado.

Natural de Cianorte (PR), Wilians é formado em direito pela

Instituição Toledo de Ensino (ITE), em Bauru (SP), e fundou o NWADV, escritório que possui atuação nacional e figura entre os maiores do país em número de profissionais. O advogado ganhou projeção nacional ao representar clientes em casos de grande repercussão, como a disputa pela herança do apresentador Gugu Liberato, e foi o primeiro advogado brasileiro a estampar a capa da revista *Forbes*. De acordo com a publicação, em 2019, a fortuna estimada de Wilians era de R\$ 1,7 bilhão.

Casado com a advogada Anne Wilians, ele é pai de quatro filhos.

Anne, que também integra a sociedade do escritório, figura entre os alvos da operação desta quarta-feira.

Além da atuação jurídica, Wilians compartilha registros de viagens, palestras e compromissos profissionais. Ele também é conhecido por possuir registro de Colecionador, Atirador e Caçador (CAC). Após a operação da PF contra fraudes no INSS, a corporação informou que pediria à Justiça a cassação do registro das armas encontradas em sua posse. A investigação sobre o suposto esquema de créditos irregulares de ICMS segue em andamento.

Lavagem para facções

» AMANDA S. FEITOZA

Uma organização suspeita de lavar mais de R\$ 100 milhões para facções criminosas foi alvo de uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro (PCRJ) e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), ontem.

Segundo as investigações, a estrutura financeira teria movimentado recursos do tráfico de drogas para integrantes do Terceiro Comando Puro (TCP), além de ocultar valores ligados ao Comando Vermelho (CV) e ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Dez pessoas foram presas.

Batizada de Operação Hawala, a ação cumpriu mandados de prisão, de busca e apreensão e medidas de bloqueio de bens e ativos financeiros em endereços no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Foz do Iguaçu (PR).

O grupo fornecia serviços financeiros para diferentes organizações criminosas.

“A mesma engrenagem financeira também era utilizada para lavar recursos provenientes de outras facções criminosas, funcionando como uma espécie de prestadora de serviços para diferentes organizações criminosas”, informou a PCRJ, em nota.

Os agentes identificaram ainda um núcleo de empresários de origem libanesa que teria ampliado a circulação interestadual e internacional dos recursos ilícitos.

Chamou atenção ainda a relação de uma das empresas investigadas com um indivíduo que integra a estrutura de financiamento da organização terrorista Al-Qaeda, vínculo que será aprofundado nas investigações.

SAÚDE

Fiocruz conclui produção nacional de remédio contra o HIV

» RAFAELA BOMFIM*

A produção nacional do principal medicamento utilizado no tratamento do HIV no Brasil está prestes a se tornar realidade. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) concluiu a transferência de tecnologia para fabricar o antirretroviral dolutegravir, remédio utilizado diariamente por mais de 770 mil pessoas vivendo com o vírus no país e distribuído gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A medida representa um passo na redução da dependência de fornecedores internacionais e fortalece a capacidade de abastecimento da rede pública. Agora, o início da distribuição depende apenas da autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O dolutegravir foi desenvolvido pela empresa ViiV Healthcare, especializada em pesquisas voltadas à prevenção e ao tratamento do HIV, e pertencente à biofarmacêutica GSK. Em 2020, a companhia assinou um acordo de transferência de tecnologia com o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos), unidade da Fiocruz responsável pela produção de medicamentos estratégicos para o SUS. O compromisso previa a

nacionalização gradual da fabricação do medicamento, permitindo que todo o processo fosse incorporado ao parque industrial brasileiro.

Desde a assinatura do contrato, Farmanguinhos promoveu uma série de mudanças para tornar a produção possível. A instituição adaptou a planta industrial, adquiriu equipamentos, treinou equipes, estruturou processos regulatórios e implementou novas etapas operacionais para atender às exigências de fabricação. Paralelamente, desenvolveu procedimentos para garantir o controle de qualidade e a segurança do medicamento antes de sua distribuição.

Mesmo antes da conclusão da transferência tecnológica, Farmanguinhos já desempenhava papel importante na oferta do remédio ao SUS. Desde 2022, o instituto é responsável pela distribuição dos comprimidos produzidos nas fábricas da GSK. Nesse período, mais de 739 milhões de cápsulas foram fornecidas ao sistema público. Em 2025, a unidade também passou a realizar as análises laboratoriais de controle de qualidade do medicamento, ampliando sua participação em todas as etapas do processo.

A preparação para o início da fabricação nacional já avançou. Três

Divulgação/Fiocruz



Medicamento disponível no SUS é utilizado por mais de 700 mil pessoas que convivem com o vírus HIV

lotes do dolutegravir foram produzidos e validados por Farmanguinhos, estando prontos para serem entregues ao SUS assim que a Anvisa conceder a autorização. Ao mesmo tempo, a equipe técnica trabalha na validação da metodologia analítica do ingrediente

farmacêutico ativo, etapa necessária para consolidar toda a cadeia produtiva no país.

O acordo firmado entre a Fiocruz e a ViiV Healthcare prevê ainda uma nova fase. Além da fabricação do dolutegravir isoladamente, Farmanguinhos também deverá

produzir a combinação do medicamento com a lamivudina, outro antirretroviral utilizado no tratamento da infecção pelo HIV. Essa apresentação também faz parte dos protocolos do SUS, e a expectativa é que sua fabricação nacional tenha início no próximo ano.

Eficaz

O dolutegravir é considerado um dos medicamentos mais importantes no enfrentamento ao HIV por apresentar alta eficácia no controle da infecção. O remédio atua bloqueando a enzima integrase, impedindo que o vírus se multiplique nas células de defesa do organismo. Com isso, reduz a carga viral para níveis indetectáveis, preserva o sistema imunológico e diminui o risco de evolução para a síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids).

A relevância do medicamento levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a recomendá-lo, desde 2019, como tratamento preferencial de primeira e segunda linha para pessoas vivendo com HIV. A orientação vale para diferentes grupos, incluindo mulheres grávidas e pessoas com potencial para engravidar, consolidando o dolutegravir como referência internacional no combate à doença.

A produção nacional, dessa forma, amplia a segurança no abastecimento do SUS, fortalece a capacidade tecnológica do país.

*Estagiária sob a supervisão de Victor Correia



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,36% São Paulo	177.866 10/7 13/7 14/7 15/7	R\$ 5,078 (+0,01%)	9/julho 5,123 10/julho 5,123 13/julho 5,132 14/julho 5,078	R\$ 1.621	14,15%	14,07%	Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 junho/2026 0,16

CONGRESSO

Fazenda fecha acordo para as dívidas rurais

Após várias reuniões, parlamentares concordam em trocar PL de renegociação que tinha impacto fiscal de R\$ 140 bi por nova MP

» ARMANDO HOLANDA

Depois de várias rodadas de negociação, o governo federal e a Câmara dos Deputados fecharam um acordo para viabilizar a renegociação de dívidas de produtores rurais por meio de uma medida provisória (MP), que estava prevista para ser publicada na noite de ontem no *Diário Oficial da União* (DOU). A matéria prevê novos prazos para pagamento, carência, juros diferenciados e a criação de um fundo garantidor para ampliar o acesso ao crédito no setor.

O acordo foi firmado após reunião de representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o ministro da Fazenda, Dario Durigan, ontem, na Residência Oficial da Casa. Após o encontro, Motta disse que a negociação buscou conciliar as demandas do setor com a situação fiscal do país. Com isso, a nova MP dará lugar ao projeto de lei que trata do mesmo tema e que tramitava no Congresso sem apoio do governo por ter um impacto nas contas da União de R\$ 140 bilhões em 10 anos.

“Buscamos uma solução que coubesse dentro das contas do nosso país, dentro das contas do governo, e também levasse em consideração esse momento de tanta dificuldade que os produtores rurais passam”, disse Motta.

O titular da Fazenda, por sua vez, afirmou que o entendimento é resultado de cerca de um ano de negociações e foi construído com participação da equipe técnica da FPA. Segundo ele, a proposta

Reprodução/Portal Gov.br



Medida voltada para produtores agrícolas prevê juros de 5% a 12% ao ano. Expectativa de autoridades é de renegociar até R\$ 100 bilhões

prioriza agricultores atingidos por eventos climáticos e perdas de produção. “Nós estamos fazendo um esforço genuíno de atender o máximo de pessoas, o máximo de agricultores possível”, afirmou.

De acordo com o ministro, a expectativa do governo é de renegociar mais de R\$ 100 bilhões em dívidas dos produtores rurais. Os detalhes do impacto fiscal da medida serão divulgados após a publicação da MP.

Novas regras

Pelas novas regras, produtores que registraram perda de pelo menos 30% da safra poderão renegociar os débitos em até oito anos, com dois anos de carência e sem pagamento de entrada. No caso de produtores do Rio Grande do Sul que sofreram três perdas de safra, o prazo será ampliado para dez anos, também com dois anos de

carência. As taxas de juros variam conforme o porte do produtor e o impacto das perdas, com percentuais entre 5% e 12% ao ano.

A medida também cria um fundo garantidor voltado ao financiamento de médio e longo prazo do agronegócio. A União poderá aportar até R\$ 2 bilhões, enquanto bancos, estados e municípios serão convidados a integrar a estrutura. Segundo Durigan, o

objetivo é reduzir o custo do crédito e ampliar as garantias para futuras operações.

O ministro afirmou que, com o acordo, os produtores já podem procurar as instituições financeiras para iniciar a renegociação dos débitos. “Os agricultores do país devem, a partir de agora, procurar os bancos”, disse, acrescentando que a medida permitirá que o Plano Safra, anunciado recentemente

pelo governo, “comece a operar” normalmente.

A secretária de Política Econômica (SPE) da Fazenda, Débora Freire, reforçou que a MP da renegociação de dívidas rurais é uma medida “específica” para um setor e que, se nada fosse feito, as safras deste ano e do próximo poderiam ficar comprometidas. “É uma medida acertada, que foi pactuada, que foi bastante discutida, para que a gente conseguisse uma medida razoável, adequada, para lidar com esse problema que poderia comprometer as safras deste ano e dos próximos”, afirmou ela, ontem, ao apresentar as revisões das estimativas macroeconômicas da pasta. Segundo a titular da SPE, as medidas de crédito do governo têm diagnósticos e contexto de implementação específicos, ao responder sobre se o boletim Macro Fiscal já incorporava os efeitos dos últimos programas de crédito.

A SPE manteve a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano em 2,3%, mas elevou a expectativa de inflação de 4,5% para 5,1%, acima do teto da meta, de 4,50%, conforme matéria abaixo. “É importante ressaltar que são medidas também muito específicas para atender conjunturas, mas que de um ponto mais macro não tem, digamos assim, uma escala de programa que configure algum estímulo macroeconômico capaz de movimentar, de sobremaneira, tanto a atividade quanto a inflação. Nossa avaliação é essa”, acrescentou Freire. (Com Agência Estado)

INDICADORES

Serviços recuam 0,4% em maio

» RAFAELA GONÇALVES

O volume de serviços recuou 0,4% em maio na comparação com abril, interrompendo a alta de 1,1% registrada no mês anterior. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor de serviços é o que mais emprega na economia e representa cerca de 70% no Produto Interno Bruto (PIB), indicador de toda a riqueza produzida pelo país. A queda foi maior do que o esperado pelo mercado, confirmando o processo de desaceleração da atividade econômica frente ao elevado patamar de juros. Conforme a pesquisa do IBGE, o resultado da PMS de maio foi influenciado, principalmente, pela queda de 1,0% nos serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, além da retração de 1,9% no segmento de outros serviços, que acabaram neutralizando o crescimento dos meses anteriores.

Na avaliação da analista de Macroeconomia da InvestSmart XP, Sara Paixão, o transporte aéreo teve peso importante no desempenho negativo do setor de transportes.

Segundo ela, a queda de 5,1% da atividade na comparação mensal reflete o aumento dos custos operacionais das companhias aéreas. “Foi devido à elevação do preço do querosene de aviação, que encarece as passagens aéreas. Lembrando que, em maio, o preço do petróleo estava em patamares mais elevados”, explicou.

Copo meio cheio

Em sentido oposto, os serviços profissionais, administrativos e complementares avançaram 1,9%, enquanto os serviços prestados às famílias cresceram 0,2%. Já o segmento de informação e comunicação ficou estável no período, amenizando parcialmente o recuo do setor. Apesar da retração mensal, o volume de serviços permanece 19,6% acima do patamar pré-pandemia, registrado em fevereiro de 2020, e está a 0,5% abaixo do pico histórico, alcançado em outubro de 2025. Na comparação com maio do ano passado, o setor avançou 0,4%, acumulando o 26º resultado positivo consecutivo do levantamento.

Para a economista do C6 Bank Claudia Moreno, os dados reforçam um cenário de perda gradual de

Reprodução



Conforme o IBGE, setor está 19,5% acima do patamar pré-pandemia

fôlego do setor, embora a atividade ainda encontre sustentação em alguns segmentos. “Os dados dos serviços até maio indicam um desempenho mais fraco do que projetamos, com alta nos serviços prestados às famílias, mas tendência de queda nos serviços de transportes”, afirmou.

Ainda segundo a economista, o setor deve continuar sendo beneficiado pelo mercado de trabalho aquecido e pela expansão da renda, embora o ritmo da economia brasileira esteja desacelerando. “No entanto, o mercado de trabalho aquecido, a expansão da renda dos trabalhadores e as medidas de estímulo ao crédito adotadas pelo governo podem

oferecer algum suporte ao setor ao longo de 2026”, avaliou.

No acumulado de janeiro a maio, o setor de serviços registra expansão de 1,9% em relação ao mesmo período de 2025. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o ritmo de crescimento desacelerou de 2,9% em abril para 2,6% em maio.

Regionalmente, 18 das 27 unidades da Federação registraram queda no volume de serviços em maio. As maiores retrações foram observadas em Mato Grosso (-2,5%), Paraná (-2,3%), Rio Grande do Sul (-2,0%) e Distrito Federal (-1,6%). Em contrapartida, Bahia (2,2%), Rio de Janeiro (1,0%) e São Paulo (0,1%) lideraram os avanços.

Equipe econômica piora cenário para a inflação

» PEDRO JOSÉ*

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda elevou a projeção da inflação oficial para 2026 e manteve a expectativa de cumprimento da meta fiscal, segundo a nova edição do Boletim Macro Fiscal, divulgada ontem. A nova estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passou de 4,5% para 5,1%, e, para 2027, a projeção foi revisada de 3,5% para 3,6%.

A revisão decorre, principalmente, de choques de oferta, com destaque para a alta dos alimentos. O boletim manteve em 2,3% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano.

Na avaliação do subsecretário de Política Macroeconômica da Fazenda, Rafael Leão, a economia brasileira segue fortemente influenciada por choques de oferta, o que dificulta o controle da inflação e explica parte da revisão das projeções do boletim. “A economia brasileira está operando, na última década, sob choques sucessivos de oferta e não sob um ciclo de demanda normal. Esses choques ainda são agravados por

eventos climáticos, como La Niña, El Niño e chuvas extremas no Sul do país”, afirmou. O governo citou alguns fatores podem contribuir para conter a alta dos preços nos próximos meses, como a expectativa de redução da cotação média do barril de petróleo, que foi revisada pela SPE de US\$ 91,25 para US\$ 79,16.

Na área fiscal, o boletim confirma um quadro preocupante de desequilíbrio entre o ritmo de crescimento da receita e das despesas. Enquanto a receita líquida da União teve alta 4,8%, em termos reais (acima da inflação), entre janeiro e maio de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior; as despesas primárias avançaram 13%. E, mesmo com esse quadro ruim, a projeção do rombo fiscal foi mantida em R\$ 60,3 bilhões, o equivalente a 0,44% do PIB. Considerando as deduções legais, de R\$ 64,4 bilhões, o governo estima um superávit primário de R\$ 4,05 bilhões para, assim, cumprir a meta fiscal, que permite piso de até zero déficit.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

PAUTA-BOMBA

Governo negocia mais prazo

Fazenda pede adiamento na promulgação de PEC para calcular impacto fiscal da aposentadoria especial da Saúde

» ALÍCIA BERNARDES

O governo federal iniciou uma ofensiva para adiar a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria regras especiais de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, a PEC 14/2021. A iniciativa partiu da equipe econômica, que tenta ganhar tempo para mensurar o impacto fiscal da matéria, estimado pelo Executivo em cerca de R\$ 30 bilhões ao longo da próxima década. Em reunião ontem, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), cautela antes da conclusão do processo legislativo.

Após o encontro, Durigan afirmou, ontem, que solicitou ao presidente do Senado que avaliasse o melhor momento para promulgar a proposta, aprovada pelo Congresso na véspera. Segundo o ministro, o objetivo é permitir que União, estados e municípios façam uma análise detalhada dos custos da medida antes que ela entre em vigor. “Pedi cautela para que o presidente Alcolumbre avaliasse o melhor momento de fazer essa promulgação, até para que a gente saiba qual é o impacto. Para que ele dê a oportunidade para a União, para os estados e para os municípios avaliare, calcularem o impacto”, declarou.

A PEC estabelece um regime previdenciário diferenciado para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, reconhecendo as condições específicas de trabalho da categoria. O texto garante aposentadoria após 25 anos de efetivo exercício e contribuição previdenciária, desde que sejam

cumpridas as idades mínimas de 57 anos para mulheres e 60 anos para homens. A proposta também estende as regras aos agentes indígenas de saúde e aos agentes indígenas de saneamento, criando normas permanentes e de transição.

Na avaliação da equipe econômica, porém, o impacto da medida vai além das contas da União. Durigan afirmou que prefeitos e governadores já manifestaram preocupação com o aumento das despesas previdenciárias decorrentes da PEC. Segundo ele, dispositivos como paridade e integralidade poderão elevar significativamente os gastos de estados e municípios, pressionando os orçamentos locais e exigindo a busca de novas fontes de financiamento.

A Fazenda argumentou que ainda não há um cálculo consolidado sobre os efeitos fiscais para todos os entes federativos. Nos bastidores, a conversa entre Durigan e Alcolumbre foi interpretada como uma tentativa do governo de evitar um novo embate com o Congresso em meio às negociações da agenda econômica.

Segundo interlocutores envolvidos nas tratativas, o presidente do Senado comprometeu-se a não acelerar a promulgação da PEC e indicou que pretende aguardar uma análise mais detalhada dos impactos fiscais antes de definir uma data para concluir o processo. Parlamentares avaliam que o adiamento cria uma janela para ampliar o diálogo entre Executivo, Congresso e representantes de estados e municípios, sem retirar da pauta uma proposta que reúne amplo apoio entre deputados, senadores e entidades da categoria.

A estratégia também busca reduzir o risco de uma nova crise

Gustavo Moreno/STF



Ministros Edson Fachin, do STF, e Dario Durigan, da Fazenda, reuniram-se, ontem, no gabinete do magistrado

entre o Palácio do Planalto e o Legislativo. Auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avaliam que a postergação da promulgação abre espaço para o governo discutir alternativas que amenizem o impacto sobre as contas públicas e preservem as metas do arcabouço fiscal. A equipe econômica sustenta que uma promulgação imediata da PEC 14/2021 diminuiria a margem para eventuais compensações financeiras e poderia ampliar a pressão sobre o equilíbrio das contas públicas.

Judicialização

A preocupação do governo não é apenas fiscal, mas também política. Na véspera da votação da PEC,

Durigan chegou a afirmar que o Executivo poderia recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a proposta, caso fossem identificadas inconstitucionalidades ou vícios em sua tramitação.

Apesar de a possibilidade de judicialização permanecer no radar, integrantes do governo afirmam que esse cenário é tratado como último recurso. A prioridade, no momento, é esgotar as negociações políticas com o comando do Senado e buscar uma solução consensual que reduza os impactos fiscais sem comprometer um benefício considerado histórico para a categoria. A expectativa no Congresso é que Alcolumbre mantenha o diálogo com a equipe econômica antes de marcar a

sessão destinada à promulgação da emenda constitucional.

Após o encontro com o Alcolumbre, Durigan esteve reunido, ontem, com o ministro Edson Fachin, presidente do Supremo, para tratar de vários assuntos, como tarifaço dos Estados Unidos e nova regulação para as bets e, na saída, reforçou que o governo não descarta a possibilidade de judicializar a promulgação da PEC 14/2021. “Eu não tratei disso aqui no Supremo, mas tenho pedido não de agora, desde antes, e tenho dito publicamente isso, que há a necessidade de um compromisso fiscal com as futuras gerações. E a PEC que foi aprovada no Senado, não traz as fontes de receita, onerando muito os governos, não só o governo federal, mas também governos de unidades

» Esforço concentrado

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-PA), anunciou, ontem, que, antes das eleições de outubro, haverá duas semanas de esforço concentrado entre agosto e setembro: de 10 a 14 de agosto e entre 31 de agosto e 3 de setembro. Esses períodos devem coincidir com os esforços concentrados na Câmara dos Deputados, e, assim, garantir a aprovação de proposições como a proposta de emenda à Constituição que extingue a escala 6x1, PEC 221/2019, na mesma semana. Também há 57 vetos pendentes de análise no Congresso Nacional, dos quais 49 trancam a pauta de votações atualmente.

federativas, sem que haja a contrapartida de receita, e, portanto, está em desconformidade com o planejamento orçamentário do país, não só do governo federal”, frisou o titular da Fazenda.

O ministro ressaltou que Alcolumbre deverá avaliar o melhor momento de promulgação dessa PEC. “O próprio texto, em si, deve passar por uma reavaliação em termos de impacto antes da promulgação, e vamos avaliar. Mas é possível e provável que haja um questionamento do ponto de vista fiscal da PEC aos tribunais”, disse Durigan. Ele lembrou que pediu para a promulgação não ocorrer antes de se saber exatamente qual é o verdadeiro impacto fiscal dessa mudança constitucional. (Colaborou Renato Souza)

ENEM 2026



O Correio Braziliense, com o apoio do Bernoulli Educação, está preparando conteúdos exclusivos para ajudar você na preparação para o ENEM 2026.

Serão materiais, dicas e orientações pensados para fortalecer seus estudos, aumentar sua confiança e contribuir para um bom desempenho nas provas.

**Fique ligado:
em breve, teremos novidades.**



Apoio:



Promoção:





FRANÇA

Sinal verde para a morte assistida

Depois de anos de intenso debate, Assembleia Nacional aprova projeto de lei que autoriza paciente a receber ajuda para pôr fim à vida, desde que cumpra com uma série de exigências. Texto segue para análise final do Conselho Constitucional

Por 291 votos a favor, 241 contra, 29 abstenções e 19 ausências, a Assembleia Nacional da França aprovou, em caráter definitivo, o direito à “assistência para morrer”. O presidente Emmanuel Macron saudou os parlamentares pelo “debate construtivo e respeitoso”. “Nesta questão tão íntima quanto grave, que toca na vida, no sofrimento e na dignidade, somente uma abordagem era possível: dedicar tempo à escuta, ao diálogo e ao debate. Em 2022, assumi o compromisso de abrir este caminho com o povo francês. Com seriedade, humildade e pleno respeito pela nossa democracia, cumpri esse compromisso”, declarou. “Os encaminhamentos ao Conselho Constitucional seguirão o seu curso, de acordo com os princípios do nosso Estado de Direito.” O texto havia sido apreciado e vetado em três leituras anteriores.

Onze países no mundo autorizam a morte assistida: Suíça, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, Áustria, Canadá, Colômbia, Equador, Austrália e Nova Zelândia. O projeto de lei francês estabelece que o paciente precisa cumprir com uma série de requisitos para ter o direito de receber ajuda para morrer. Pessoas diagnosticadas com doenças neurodegenerativas, por exemplo, não serão contempladas pela medida.

O ex-deputado francês Olivier Falorni, autor do projeto de lei, celebrou a aprovação. “Hoje é um grande dia. A República finalmente votou pelo direito à liberdade suprema. Penso em todos aquelas mulheres e homens que me acompanharam durante a longuíssima jornada legislativa e que, para muitos, não estão mais aqui. Esta lei é deles. Penso neles”, escreveu na rede social X. O sinal verde da Assembleia Nacional não significa a adoção imediata da lei. O primeiro-ministro da França, Sébastien Lecornu, pediu ao Conselho Constitucional — a principal autoridade constitucional do país — para que analise o texto. Em casos extremos, o órgão tem a faculdade de anular toda uma legislação aprovada pelo Parlamento ou de apresentar ressalvas.

O voto seguiu uma forte polarização na Assembleia Nacional. Enquanto a esquerda deu o seu aval à bancada do partido Renascimento,

de Macron, a direita e os ultrac conservadores se opuseram à lei. No entanto, segundo a agência de notícias France-Presse, os grupos parlamentares liberaram seus integrantes para que votassem como desejassem, ante o entendimento de que a questão era considerada sensível para a sociedade francesa.

“Um dia, poderei dizer aos meus netos: ‘Eu estava aqui. Eu defendi essa lei e votei por ela’”, declarou, ainda na tribuna, pouco antes da votação, a deputada Brigitte Liso, que comemorou o resultado depois, nas redes sociais. “A Assembleia Nacional abre um novo direito para os franceses. Amanhã, aqueles cujo sofrimento se tornou insuportável serão capazes de escolher estarem acompanhados. Isso é um avanço em termos de liberdade, de responsabilidade e de humanidade”, escreveu.

Entre os que votaram contra, Christophe Bentz, integrante do ultradireitista Reagrupamento Nacional, fez um último apelo aos demais parlamentares. “Convido-os a votar contra este texto de morte, convido-os a votar na esperança (...), para que a vida perdure”, argumentou. “Imaginem a injustiça irreversível para milhares de pessoas que hoje pedem para ser tratadas, e que amanhã pedirão pela morte. Esta lei ceifará vidas humanas — vidas tratáveis, vidas que podem ser salvas”, acrescentou.

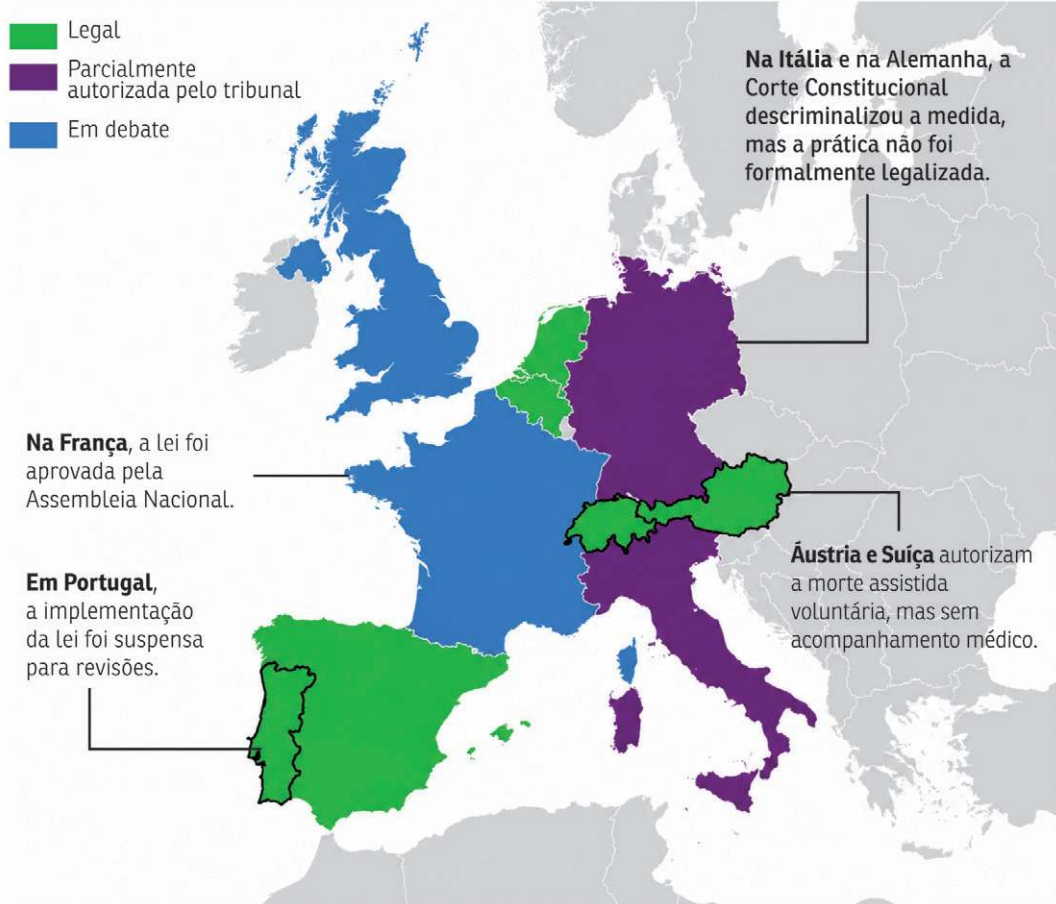
A Igreja Católica não tardou em reagir à aprovação do projeto de lei na Assembleia Nacional e advertiu para “uma ruptura grave na história” da França. “Os efeitos de uma legislação assim ainda não podem ser avaliados, mas já estão sendo esboçados. Nossa relação com a vulnerabilidade, a velhice, a deficiência ou a doença vai mudar”, disseram, em um comunicado, seus representantes, inclusive o presidente da Conferência Episcopal, Jean-Marc Aveline. Do lado de fora do prédio da Assembleia Nacional da França, grupos e organizações religiosas que fazem campanha contra o aborto e a eutanásia protestaram. Também se opuseram a ela alguns organismos científicos e inclusive coletivos de pessoas com deficiência, que temem ser pressionadas a pedir a eutanásia.

Lou Benoist/AFP



O mapa do direito de morrer

Veja onde a morte assistida é autorizada na Europa



Fontes: The World Federation of Right to Die Societies, Dignitas e BBC

IMIGRAÇÃO

Trump recoloca o ICE nas ruas dos EUA

Não durou 24 horas a decisão, anunciada pelo Departamento de Segurança Interna (DHS) dos Estados Unidos de suspender as operações de vigilância nas ruas e estradas para surpreender e capturar estrangeiros em situação irregular. A medida foi anunciada na terça-feira, em meio às repercussões da morte de um cidadão colombiano baleado em uma blitz por agente da temida força de choque anti-imigração, conhecida pela sigla ICE. Ontem, o presidente Donald Trump revogou a iniciativa e reafirmou a carta branca dada desde o início do atual mandato, em janeiro de 2025, para a caçada implacável e a deportação sumária dos imigrantes ilegais.

"Não podemos abrir mão de uma das ferramentas mais importantes e eficazes do ICE contra o crime: as blitzes de trânsito!", escreveu Trump em sua plataforma, a Truth Social. "A 'esquerda radical democrata' gostaria que isso

acontecasse, mas não vai ocorrer sob a minha vigilância", acrescentou o presidente, usando uma expressão depreciativa em inglês para se referir à oposição.

Um colombiano de 26 anos morreu na segunda-feira após levar tiros de um agente do ICE no estado do Maine. Na semana passada, um incidente em circunstâncias similares terminou com a morte de um mexicano que vivia há anos em Houston, no Texas. Em ambos os casos, os agentes anti-imigração alegam que atiraram porque os suspeitos teriam tentado fugir, acelerando os veículos que dirigiam.

O DHS, departamento ao qual o ICE está subordinado, anunciou que suspenderia as operações de fiscalização viária, diante da comoção causada por essas duas mortes. O governo mexicano afirma que 17 de seus cidadãos morreram em ações de detenção e deportação desde o retorno de Trump

ao poder. Na semana passada, o governo da presidente Claudia Sheinbaum anunciou que apresentará denúncias criminais na Justiça dos Estados Unidos contra o governo de Washington.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, que deixará o poder no início de agosto para dar lugar ao ultradireitista Abelardo de la Espriella, apoiado por Trump, classificou a morte do colombiano no Maine como "assassinato". Na campanha vitoriosa contra o candidato da esquerda governista, Iván Cepeda, De la Espriella adotou como um dos lemas principais a tolerância zero contra a criminalidade e a violência de narcotraficantes e remanescentes da guerrilha.

Nos EUA, o DHS anunciou a abertura de investigações internas sobre os dois casos. "Espero que as apurações sejam conduzidas da mesma forma como outras investigações do tipo, o que

necessariamente envolve trabalhar com as polícias estaduais e locais", declarou o procurador-geral em exercício dos EUA, Todd Blanche, durante audiência no Senado para confirmar sua nomeação ao cargo.

Ofensiva

Diversos incidentes envolvendo agentes do ICE e da polícia de fronteira ocorreram nos chamados estados-santuários, onde as autoridades locais — em geral, da oposição democrata — não cooperam com o governo federal em operações contra a imigração irregular. "Os homens e mulheres do ICE estão fazendo um grande trabalho, um trabalho que precisa ser feito. O crime caiu muito nos Estados Unidos", proclamou Trump em sua postagem na rede social. "Em muitos casos, para níveis que não eram vistos havia décadas."

A oposição considera que o

Getty Images/AFP



Cartaz de protesto, no Maine, compara força anti-imigração à polícia nazista

ICE extrapola suas atribuições, e que suas operações também prejudicaram imigrantes em situação regular. As batidas em larga escala contra estrangeiros considerados ilegais provocaram mortes inclusive de cidadãos norte-americanos que se opunham às ações. Em

janeiro, os ativistas Renee Good e Alex Pretti foram mortos em Minneapolis, o que motivou uma onda de manifestações e colocou na defensiva o DHS e a força anti-imigração, que passou por mudanças em seu comando e ensaiou uma inflexão na estratégia adotada até ali.

VISÃO DO CORREIO

Sair da briga é mais difícil

Mais uma vez, como tem sido recorrente desde o último dia de fevereiro, os ímpetos imperiais de Donald Trump colocam o resto do mundo em suspense, particularmente no que diz respeito aos rumos da economia global. No intervalo de 24 horas, o presidente estadunidense anunciou um bloqueio naval próprio no Estreito de Ormuz e a cobrança de taxa de 20% sobre o valor da carga para os navios que cruzem a via marítima com petróleo e derivados — para, na sequência, revogar a medida, por inviável.

Nesse ínterim, Washington foi bombardeada pela reação de aliados perplexos com a ideia de vir a pagar pedágio justamente para a potência que enviou seu poderio aeronaval ao Golfo Pérsico em nome de assegurar o livre trânsito por um gargalo crítico para o abastecimento energético mundial. Passados quatro meses da ofensiva americano-israelense contra o Irã islâmico, Europa e Ásia se veem ainda diante da incerteza quanto a uma cadeia de fornecimento estratégica para o funcionamento de sua economia.

Não vêm de ontem ou anteontem os sobressaltos provocados pela conduta errática do presidente dos EUA — desde o primeiro mandato, entre 2017 e 2021. Multimilionário, talvez bilionário, com fortuna construída na selva do mercado imobiliário, Trump se notabiliza por abordar o tabuleiro geopolítico como quem enfrenta os rivais em uma partida do conhecido jogo infanto-juvenil conhecido por aqui como Banco Imobiliário.

Quatro meses de combates e escaramuças com o Irã, herdeiro de uma civilização milenar que é berço do xadrez, bastaram para expor a pobreza de planejamento e estratégia por parte da maior

potência militar e (ainda) econômica do planeta. A cada dia que passa, a condução da guerra pela Casa Branca assume a forma de uma sucessão de erros, aparentemente interminável.

Mas não são apenas os Estados Unidos que pagam a conta pelos vaivéns e pelas ações impulsivas determinadas pela Casa Branca. Nem o próprio presidente, embora tenha no horizonte uma eleição legislativa da qual pode sair para a segunda metade do mandato em minoria em ambas as casas do Congresso. Uma condição que o jargão político de Washington designa com a expressão implacável do “pato manco”.

Além do próprio futuro político, Trump coloca em risco a estabilidade da economia internacional. Seus rompantes intempestivos no cenário crítico do Golfo Pérsico — que ele parece desconhecer solenemente — ameaçam deflagrar uma crise expressa em montanha-russa nos mercados e inflação espalhada pelo globo, em ondas concêntricas. Aí reside a apreensão, compartilhada nos quatro quadrantes, diante de mais dois anos (e algo além) ao sabor dos humores de um governante instável e mal informado, mas inflexível no uso errático dos poderes que tem em mãos.

O zigue-zague no campo de batalha atesta que o senhor do exército confronta, com atraso talvez funesto, uma máxima que os adolescentes aprendem a reconhecer ainda na vida escolar: é infinitamente mais fácil entrar em uma briga do que sair dela. Mesmo quando reconhece oportuna a retirada, não basta ao agressor baixar a guarda. Afora o adversário direto, estão na contenda aliados de ambas as partes, com posições a defender e ferimentos a remediar. Cada qual, naturalmente, defenderá os próprios interesses.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. » E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Tornozeleira rosa

Os políticos deveriam ser preocupar mais em apresentarem projetos de lei para a educação de meninos e meninas, desde o ensino fundamental, para aprenderem que é crime ofender e agredir mulheres. Além disso, são bem-vindos projetos para que o Estado conceda meios de tratamento psicoterapêutico para os agressores após o cumprimento da pena restritiva de liberdade. Talvez, não resolva a curto prazo, mas essas medidas seriam mais válidas do que a ideia de que agressores usem tornozeleira rosa.

» Myriam Reis
Brasília

Servindo-se do mandato

Os políticos precisam entender que a política deve ser uma ferramenta para servir ao povo, e não meio de enriquecimento ilícito para si próprio e sua família. Quando um representante eleito passa a viver para se servir do mandato, ele trai a confiança do eleitor. Isso é o que acontece hoje com os nossos políticos. Para que um país se desenvolva, é preciso que os políticos saibam que a função deles é servir ao povo, e não o contrário. No discurso, os candidatos querem servir ao povo, mas, na realidade, querem servir-se do povo.

» José de Sousa
Brasília

Cerco aos Bolsonaro

Moraes aperta cerco ao clã Bolsonaro, mostra reportagem do **Correio Braziliense** na edição de 14 de julho. Então, há um cerco aos Bolsonaro? Muito estranho que, a menos de três meses da eleição, um candidato esteja sendo cercado e cerceado para descobrirem razões para negar o registro de sua candidatura ou cassar-lhe o mandato ou declará-lo inelegível. Será o modelo da Venezuela reeditado aqui?

» Roberto Doglia Azambuja
Asa Sul

Primeira fake news

Para Hélio Santos, “a Lei Áurea foi a primeira grande fake news do Brasil”. Ele é ativista e professor, que teve lançamento de seu livro *14 de Maio: lições de resistência ao racismo* em junho. Ele afirma que “vivemos um momento de racismo a céu aberto, com altas doses de supremacismo branco”. Tudo está vinculado a categorias sociais, envolvendo, no caso das mulheres, a predominância de empregadas domésticas. É uma classe geralmente iletrada e com todo o seu tempo de vida envolvido no atendimento a famílias abastadas. Saem de casa de madrugada, pois moram na periferia das cidades. Filhos em creches — quando há. Trata-se de um viés trágico — e abafado — de falta de direitos trabalhistas. Este mês ganhou destaque o caso de uma doméstica por 55 anos nessa função, sem salário ou qualquer outro direito. Outro caso semelhante foi descoberto, há mais tempo, em Santa Catarina, servindo à família de um desembargador por décadas. Nos anos de 1980, conheci uma serviçal, de 12 anos de idade, que cuidava da casa de uma família aqui e, nas férias, ia com eles ao Rio, onde cuidava da limpeza do apartamento e das refeições. Quando

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Senado aprova PEC classificada de pauta-bomba, que terá custo de quase R\$ 28 bilhões aos cofres públicos: lembrando que esse mesmo Congresso cobra responsabilidade fiscal do governo atual.

Marcelo Borges — Brasília

Pauta-bomba? Isso se chama conquista. Bomba são os escândalos do Master e do INSS e todos os auxílios e regalias que os políticos recebem por aí.

Nayane Barreto — Brasília

Festa junina: STF não gostou do correio elegante enviado por Jair Bolsonaro.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Os institutos que vendem pesquisas nos “supermercados eleitorais”, estão apavorados com medo de serem desmascarados pelo “Selo Acurácia”, a ser instituído pelo TSE.

Jose Ailton de Brito — Brasília

America first: as tarifas impostas por Trump a alguns produtos brasileiros provavelmente indicam os setores em que somos mais eficientes e competitivos.

Itiro Iida — Asa Norte

A final da Copa do Mundo não poderia ser melhor: Espanha X Espanha II (Argentina)

Milton Córdova Júnior — Vicente Pires

voltavam da praia, o almoço já devia estar pronto, as camisas arrumadas e as panelas lavadas.” Senhor Deus dos desgraçados. Onde estás, senhor Deus?”

» Thelma Oliveira
Brasília

PL da Misoginia

Diariamente, mulheres são mortas, abusadas, agredidas, tudo isso porque naturalizaram a violência contra a mulher. O PL da Misoginia não é sobre liberdade de expressão, religião ou sobre perseguir os homens. É sobre combater o discurso de ódio direcionado às mulheres que está cada vez mais crescente. É sobre combater aqueles que incentivam a violência contra a mulher. Quem não compactua com essas ações, não precisa se preocupar com o projeto de lei.

» Elisa Cristina
Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.			
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A.

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Calor extremo na Europa é alerta ao Brasil



» CARLOS BOCUHY
Presidente do Instituto
Brasileiro de Proteção
Ambiental (Proam)

A onda de calor que atinge a Europa neste ano deve ser lida pelo Brasil como um alerta institucional grave. Não se trata apenas de episódio climático excepcional, nem de tragédia distante. França, Espanha, Reino Unido, Itália e outros países europeus já antecipam uma realidade que também ameaça cidades brasileiras: o calor extremo tornou-se uma emergência de saúde pública, educacional, urbana, econômica e social.

Na França e na Espanha, a onda de calor provocou até o momento milhares de mortes. A maioria das vítimas são pessoas idosas, especialmente acima de 65 anos. Hospitais recebem pacientes com hipertermia, desidratação, insuficiência cardiovascular, agravamento de doenças respiratórias, renais e metabólicas. Esse é o dado central: o calor mata.

Escolas fecham ou alteram horários. Transportes, redes elétricas e serviços públicos estão pressionados por temperaturas para as quais a infraestrutura não foi planejada.

Diferentemente de enchentes, deslizamentos ou incêndios, as ondas de calor nem sempre produzem imagens imediatas de destruição.

Seus efeitos aparecem nos prontos-socorros, nas casas de idosos, nas residências superaquecidas, nas escolas sem ventilação, na exposição de trabalhadores ao calor.

O calor extremo aumenta o risco de infarto, acidente vascular cerebral, insuficiência renal aguda, crises respiratórias, desidratação severa, distúrbios hidroeletrólíticos, complicações da diabetes, agravamento de doenças neurológicas e transtornos de saúde mental.

No Brasil, essa realidade exige mudança imediata de postura da administração pública. Ondas de calor precisam ser incorporadas aos sistemas de vigilância em saúde, à defesa civil, aos serviços de assistência social, aos planos diretores, às políticas habitacionais, aos programas de arborização urbana, às normas de construção, à gestão escolar e ao planejamento hospitalar.

Grande parte da infraestrutura brasileira foi construída para um clima que já não existe. Permanecer inerte diante dessa mudança é transferir para a população o custo da omissão estatal.

O custo da inação aparece no aumento das internações hospitalares, na sobrecarga do SUS, no crescimento da mortalidade evitável, na perda de produtividade, no aumento dos afastamentos do trabalho, no maior consumo de energia, na interrupção de aulas, na deterioração da infraestrutura urbana e no agravamento das desigualdades sociais.

Trabalhadores da construção civil, da agricultura, da limpeza urbana, da logística, do transporte e de serviços ao ar livre

são diretamente afetados. O calor reduz a capacidade física, aumenta o risco de acidentes, exige pausas mais frequentes e diminui a produtividade.

Nas cidades, superfícies impermeáveis, ausência de arborização, telhados escuros, excesso de concreto e expansão urbana sem planejamento intensificam ilhas de calor.

A experiência europeia demonstra outro ponto essencial: existe limite para a adaptação. Sem mitigação forte, isto é, sem redução consistente das emissões de gases de efeito estufa e contenção do aquecimento global, a adaptação pode se tornar progressivamente insuficiente.

A administração pública tem de agir antes de tragédias previsíveis. Isso significa criar planos municipais e estaduais de resposta a ondas de calor, com sistemas de alerta precoce, protocolos hospitalares, busca ativa de idosos isolados, proteção a pessoas em situação de rua, adaptação das escolas, distribuição de água, abertura de refúgios climáticos, revisão de horários de trabalho e aula e ampliação da arborização urbana.

A pergunta que se impõe às autoridades brasileiras é simples: quantas mortes serão necessárias para que o calor extremo seja tratado como emergência de saúde pública?

O custo da prevenção é alto, mas o custo da omissão é incomparavelmente maior. A adaptação climática torna-se, cada vez mais, política de sobrevivência, exigência sanitária, obrigação educacional, decisão econômica racional e dever constitucional.

Maurenilson Freire / CB/D.A Press



A cultura e o FAC à sombra do calote



» PABLO GONÇALO
» CIBELE AMARAL
» MARCELO TOLEDO
» RENATA DINIZ
Cineastas

Contingenciamento. Taí uma palavra longa, esquisita. Vale olhá-la com calma, quebre-a, repita-a: con-tin-gen-ci-a-men-to. Contou? Tem sete sílabas, 11 consoantes e uma paroxítona. Caso houvesse uma disputa das palavras mais feias da língua portuguesa, essa seria uma forte candidata ao topo da lista. Contingenciamento remete a uma série de sensações negativas: uma contagem gota a gota, doída, necessária, uma retenção tida como inevitável e, sabe-se lá por que, lembra constipação. Sem dúvida, é um termo técnico, mas que anuncia um futuro mal-estar, como alguém que se depara com um súbito mau hábito, vindo do cheiro de sílabas mal mastigadas. Talvez seja mera ingenuidade, mas é possível acreditar que, por delicadeza, senso e apuro estético, os gestores do GDF se furtem de dizer o que estejam realmente fazendo; ou seja, contingenciamento.

Veja o que se passa com o Fundo de Apoio à Cultura, o nosso FAC. Desde abril, os recursos do audiovisual estão.... qual palavra usar? Estão digamos que parados no caixa do governo. Os processos, aprovados, receberam pedidos de reconsideração, foram reavaliados, e os resultados, apesar do atraso, acabaram divulgados dentro de um período razoável, factível. Fizeram chamadas para os documentos necessários à contratação, todos enviados, e tudo segue o seu “devido processo legal”, como gostam de frisar os gestores do GDF. Passa abril, e vem o aniversário de Brasília. Silêncio sobre

os repasses. Chega maio, as delações do Varcaro são negadas pela Polícia Federal, idem. Vem junho, as bandeirinhas e os festejos da Copa do Mundo. De lá para cá, nada. Os recursos do FAC deixam de ficar apenas parados. Agora, hibernam, e os gestores preferem outro adjetivo. Dizem que há disponibilidade orçamentária, mas que ainda não ocorreu liberação financeira — entende a diferença? Que, por ora, os recursos estão... bloqueados.

Essa evidente negligência com o cronograma do FAC não vem de hoje. Infelizmente, é algo corriqueiro, que se repetiu em editais anteriores. Muitas vezes, quando chega o início do ano orçamentário, numa súbita canetada da Secretaria de Economia do GDF, os recursos do FAC acompanham a valsa do orçamento: ficam fora do seu compasso original, paradiinhos, num esquisito limbo entre o inferno do orçamento e o paraíso da sua execução financeira. Depois, bloqueados — e vem toda a mobilização da classe cultural do GDF para pedir o óbvio, que se realizem as obrigações legais da administração pública. Num recente processo do TCDF, liderado pelo deputado distrital Gabriel Magno, eles apontam algo grave, uma forma de gerir o FAC como se fosse um orçamento igual aos das demais secretarias, suscetível a cortes e remanejamentos conforme o que entra ou sai do caixa do GDF.

Pois acontece, leitores, que o FAC, como bem lembra o julgamento final do TCDF, guarda uma cláusula pétreia: é uma verba — e perdão pelo necessário palavrão — o FAC é uma verba incontingenciável. Ou seja, um fundo que não pode receber a mesma conduta e não tem o mesmo destino dos demais recursos orçamentários, pois faz parte do rol dos fundos federais e estaduais impedidos, por força legal, de serem retidos pela administração. Patente e irresponsável, a contenção dos recursos do FAC ainda tem, sobretudo para o audiovisual, maiores

consequências e anuncia um cenário drástico. Sua execução é uma contrapartida de acordos governamentais para que se receba, por parte da Ancine, o valor destinado aos editais dos arranjos regionais. Para isso, há um prazo: o ano orçamentário de 2026.

Somados o contingenciamento do FAC, que está no caixa do GDF, e o recurso federal da Ancine, já pronto para ser liberado, o efeito cascata da negligência da atual gestão representa uma retenção de mais de R\$ 40 milhões. São centenas de projetos, empregos, cronogramas e recursos investidos na cultura retidos de uma maneira torpe, pois fora dos parâmetros que regem a administração. A sombra do calote à cultura tampouco é novidade, nem se restringe a esse governo. Veja a década que o Teatro Nacional ficou fechado, e com a sala Villa-Lobos, das mais importantes do país, contamos mais alguns anos sem abrigar sequer um espetáculo. Notem quantas obras culturais continuam abandonadas, ao léu. Ainda causa espanto a desfaçatez da entrevista do secretário de economia do GDF ao *DFTV* desses dias dizendo que os atrasos se devem à falta de documentação enviada pelos proponentes. Talvez ele ou seus assessores não passem os olhos pelo *Diário Oficial do DF*, pois é lá que essas entregas foram publicadas.

Preocupado com os atuais rombos de gestão do GDF, o senhor secretário da economia tem o direito de reter os recursos do seu orçamento, mas ao FAC, é preciso lembrá-lo, não está legalmente autorizado a meter seu mindinho, o garfo, a colher, e não pode reter, por sequer um dia, nenhum mísero centavo. Os agentes culturais do DF não estão pedindo, suplicando ou mendigando os recursos que já existem, que lhe são de direito e foram aprovados; estão solicitando algo básico, que, seguindo um ditado popular, merecem até os nossos mais estimados inimigos: pedimos apenas a lei. Que ela se cumpra!

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O caráter não se aposenta

Há uma antiga discussão filosófica que atravessa séculos sem jamais encontrar um consenso definitivo. É possível separar a obra de seu autor? Um grande artista continua sendo grande quando sua vida pessoal revela desonestidade, violência ou perversidade? Um governante competente continua merecendo admiração depois de comprovados atos de corrupção? Em outras palavras: ética e excelência profissional caminham juntas ou pertencem a universos completamente distintos? Os gregos antigos já se ocupavam desse dilema. Platão defendia que o belo, o bom e o verdadeiro pertenciam à mesma realidade. Aristóteles via a virtude como resultado da formação do caráter. Para ambos, não fazia muito sentido imaginar alguém profundamente corrompido produzindo continuamente algo verdadeiramente elevado para a sociedade.

Séculos depois, Immanuel Kant sustentaria que a moralidade nasce do dever e do respeito à dignidade humana, enquanto filósofos como Friedrich Nietzsche separariam, em certa medida, a criação artística dos padrões morais convencionais. A discussão permanece viva porque ela nunca deixou de fazer parte da vida cotidiana. O mercado cultural fornece exemplos constantes. Um cantor consagrado vê sua carreira desmoronar após acusações graves de abuso. Um ator premiado perde contratos milionários depois que denúncias de violência doméstica chegam ao conhecimento público. Um escritor deixa de ser adotado por escolas em razão de manifestações que nada engrandecem a sociedade. Em poucos meses, aquilo que parecia um patrimônio artístico transforma-se em objeto de rejeição. Não é apenas uma questão de julgamento moral. Trata-se de confiança. Toda obra humana carrega, em maior ou menor grau, a marca de quem a produziu. Um romance, uma pintura, uma música ou um filme nunca são produtos completamente separados da visão de mundo de seu criador. Mesmo quando a qualidade técnica permanece inalterada, o público passa a enxergar aquela produção sob outra perspectiva.

O mesmo fenômeno ocorre na política. Governantes eleitos prometem honestidade, responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e compromisso com o interesse público. Quando são alcançados por escândalos de corrupção, tráfico de influência ou enriquecimento ilícito, não é apenas sua biografia que sofre desgaste. Sua capacidade de liderança também desaparece. A confiança política é um patrimônio extremamente difícil de construir e extraordinariamente fácil de perder. Pode até acontecer que determinado administrador realize boas obras públicas ou implemente políticas eficientes. Entretanto, se sua conduta pessoal demonstra desprezo pelas normas que exige dos demais, instala-se uma contradição praticamente insolúvel. O cidadão passa a perguntar: quem despreza princípios fundamentais na vida privada será capaz de respeitá-los no exercício do poder?

A história demonstra que esse questionamento raramente desaparece. Richard Nixon deixou importantes realizações na política externa americana, mas seu nome continua associado ao escândalo de Watergate. Na Itália, Silvio Berlusconi governou por vários mandatos, mas sua imagem permaneceu permanentemente vinculada às inúmeras investigações judiciais e controvérsias pessoais. No Brasil, diferentes governos, de distintas orientações ideológicas, tiveram sua legitimidade profundamente afetada por sucessivos casos de corrupção revelados ao longo das últimas décadas. A erosão da credibilidade costuma sobreviver ao mandato. No ambiente empresarial, acontece exatamente o mesmo. Empresas investem fortunas na construção de reputação institucional. Bastam poucos episódios envolvendo fraude contábil, corrupção, exploração de trabalhadores ou danos ambientais para que décadas de prestígio desapareçam em questão de semanas. A marca continua existindo, mas o consumidor passa a enxergá-la com desconfiança.

A reputação constitui um ativo econômico. Talvez por isso seja cada vez mais difícil sustentar a tese de que vida pessoal e atividade profissional ocupam compartimentos completamente isolados. Naturalmente, existem limites para essa ideia. Uma obra de arte pode conservar seu valor histórico mesmo quando seu autor apresenta graves defeitos morais. Pinturas de Caravaggio, por exemplo, continuam sendo estudadas pela história da arte apesar de sua vida marcada por episódios de violência. Escritores, compositores e cineastas permanecem relevantes por razões estéticas, independentemente das controvérsias envolvendo suas biografias. Reconhecer o mérito artístico, contudo, não significa ignorar o comportamento de quem o produziu.

Da mesma forma, uma política pública pode gerar resultados positivos ainda que seu formulador apresente graves falhas éticas. O reconhecimento de um fato não elimina o outro. O problema surge quando se pretende transformar competência técnica em salvo-conduto moral. Nenhuma sociedade consegue sustentar por muito tempo a ideia de que resultados justificam qualquer comportamento. Instituições democráticas dependem muito menos de indivíduos brilhantes do que de pessoas confiáveis. Organizações prosperam quando seus integrantes inspiram segurança. Famílias permanecem unidas porque existe confiança recíproca. Mercados funcionam porque contratos são respeitados. A própria Justiça só possui legitimidade enquanto a sociedade acredita na integridade daqueles que a aplicam. Por essa razão, ética e competência dificilmente permanecem separadas por muito tempo.

A frase que foi pronunciada:

“Quando for escolher qualquer candidato, esqueça o que foi dito, pesquise o que foi feito.”

Déborah Hayes

História de Brasília

Hoje, finalmente hoje, no gabinete do presidente da Novacap, serão assinados os primeiros contratos de compra de terrenos em Taguatinga. É uma luta muito antiga do Bernardino Sá, hoje diretor administrativo. (Publicada em 24/5/1962)

Tecnologia reconecta MENTE e CORPO

Dois estudos independentes publicados simultaneamente mostram que a interface cérebro-computador entra em uma nova fase: além de devolver movimentos e sensações em pacientes com lesão medular, procedimento mostrou-se seguro a longo prazo

» PALOMA OLIVETO

Durante décadas, a medicina conseguiu prolongar a vida de pessoas com lesão medular, mas pouco pôde fazer para devolver a elas o movimento dos membros afetados. Agora, dois estudos independentes, publicados simultaneamente nas revistas *Nature Medicine* e *Science Translational Medicine*, mostram que as interfaces cérebro-computador entram em uma nova fase: além de restaurar gestos e sensações em pacientes com paralisia nos membros superiores, a tecnologia demonstra segurança para permanecer implantada no cérebro durante muitos anos.

Ambos estudos são preliminares, foram feitos com um número reduzido de pacientes e precisam ser validados antes de serem aplicados na prática. Porém, relatam avanços que poderão melhorar significativamente a qualidade de vida. “Nossa pesquisa é promissora para milhões de pessoas, abrindo caminho para estudos futuros e aplicações clínicas práticas que podem ajudar centenas de milhares que vivem com paralisia”, comentou, em nota, Chad Bouton, professor de medicina bioeletrônica dos Institutos Feinstein, nos Estados Unidos, e autor correspondente do artigo publicado na revista *Nature Medicine*.

Na pesquisa, a equipe liderada por Bouton desenvolveu um sistema chamado Double Neural Bypass, ou “ponte neural dupla”, capaz de criar uma comunicação direta entre o cérebro, a medula espinhal e os músculos de uma pessoa com tetraplegia completa. A inovação permite que os sinais produzidos pelo cérebro quando o paciente apenas pensa em mover a mão sejam captados por eletrodos implantados no córtex cerebral, interpretados por algoritmos de inteligência artificial e transformados, em tempo real, em comandos elétricos capazes de ativar os músculos do membro afetado.

Ao mesmo tempo, sensores instalados no dispositivo enviam informações de volta ao cérebro, permitindo que o paciente volte a perceber o toque. Segundo Bouton, o resultado é uma comunicação bidirecional que não apenas substitui temporariamente a conexão interrompida pela lesão medular, mas também estimula a reorganização dos circuitos nervosos, favorecendo uma recuperação persistente de parte das funções motoras e sensoriais.

Teste

A tecnologia foi testada em Keith Thomas, 42 anos, que sofreu uma lesão medular completa após um acidente de mergulho. Treze meses depois do trauma, ele não conseguia levantar os braços até o rosto, segurar objetos nem sentir qualquer estímulo tátil nas mãos e nos antebraços. Depois da intervenção, o participante passou a abrir e fechar a própria mão, conseguiu segurar objetos e realizar

atividades cotidianas como beber em um copo e alimentar-se sozinho.

“O aspecto mais inovador desse experimento é reproduzir o ciclo (do movimento) de forma mais próxima da fisiologia humana. Pela primeira vez, combina-se o retorno da aferências sensoriais com a estimulação dos músculos e o uso de órteses, o que representa um avanço muito interessante nessa área”, comenta o neurologista Sérgio Jordy, diretor do Centro Médico Sinapse, em Ribeirão Preto (SP). O médico ressalta, porém, que “a ciência exige um longo período de maturação para comprovar a eficácia e, sobretudo, a segurança de um tratamento antes de sua implementação clínica generalizada.”

A segurança foi o foco do estudo publicado na revista *Science* por pesquisadores das universidades de Chicago e de Pittsburgh, nos Estados Unidos. A intenção era checar se implantes cerebrais continuavam viáveis muitos anos após o procedimento. Para isso, os cientistas acompanharam cinco pessoas com lesão medular que receberam implantes de microeletrodos no córtex somatosensorial entre 2015 e 2023. Essa é a região responsável por processar informações como tato, dor, temperatura e propriocepção (consciência da posição corporal).

Percepção tátil

Alguns participantes permaneceram com os dispositivos implantados por até 10 anos. Ao longo desse período, foram realizadas centenas de sessões experimentais que totalizaram mais de 623 horas de estimulação elétrica e aproximadamente 173 milhões de pulsos aplicados diretamente no cérebro. O objetivo era restaurar a sensação do toque por meio da chamada microestimulação intracortical, técnica que ativa diretamente neurônios responsáveis pela percepção tátil.

Os resultados foram considerados animadores: durante o período de acompanhamento, não ocorreu nenhum evento adverso grave relacionado à estimulação cerebral. Além disso, a eficácia permaneceu elevada ao longo do tempo. Cerca de 64% dos eletrodos continuaram capazes de produzir sensações táteis confiáveis durante todo o acompanhamento.

Para Eduardo Waihrich, neurocirurgião vascular do Hospital Brasília e coordenador regional de neurointervenção da Rede Américas, o avanço das interfaces cérebro-computador é notável “Estamos andando a passos largos com relação à reconstrução artificial do nosso sistema nervoso central, ou seja, a capacidade das informações virem da medula e chegarem no cérebro, saírem do cérebro e irem para a medula nos pacientes com lesão medular”, diz. Ele reforça a necessidade de melhorar a qualidade dos materiais. “A biocompatibilidade ainda é uma questão a ser resolvida, porque todos esses dispositivos vão perdendo sinal com o tempo, mas novos materiais estão cada vez mais inovadores.”

Feinstein Institutes for Medical Research/Divulgação



Chad Bouton demonstra a estimulação não invasiva no paciente Keith Thomas: tecnologia devolveu autonomia perdida após um acidente de mergulho

Duas perguntas para

WELINGSON PAIVA, neurocirurgião do Hospital Samaritano Higienópolis (SP)

Quais os impactos da restauração do tato, descrita pelo estudo da *Science*, na qualidade de vida dos pacientes?

O tato representa um dos mais importantes componentes da sensibilidade. Um processamento cerebral complexo nos permite sentir formas de melhor interação com o mundo que nos cerca. A melhora do tato gera maior destreza na manipulação de objetos por

garantir uma correção dos movimentos mais delicados ao associar resposta motora e sensação tátil. Um segundo aspecto é a redução da dependência exclusiva da visão durante atividades manuais do dia a dia, permitindo aos pacientes maior autonomia em atividades de vida diária. Além disso, uma sensação tátil melhor também gera melhor sensação de incorporação de próteses e do próprio segmento do corpo no qual está aplicada a interface de cérebro-medula-máquina nos pacientes amputados e vítimas de lesão neurológica.

Quais desafios precisam ser superados antes da incorporação clínica da tecnologia?

O grande ponto do estudo é a segurança de longo prazo. Não foram registrados eventos adversos graves. No geral, a mensagem principal do estudo é muito positiva. O estudo demonstra que a tecnologia possui um perfil de segurança bastante favorável, mesmo após até 10 anos de acompanhamento, sem eventos adversos graves relacionados à estimulação.

Duas perguntas para

SÉRGIO JORDY, neurologista da Rede D'Or e diretor do Centro Médico Sinapse (SP)

O que torna a abordagem descrita no estudo da *Nature* diferente das interfaces cérebro-computador já desenvolvidas até hoje?

Esse trabalho apresenta uma forma mais fisiológica de aplicar as interfaces entre cérebro, computador, máquina e órteses. O sistema integra o sinal cerebral normal responsável pelo planejamento do movimento e utiliza esse sinal para estimular tanto

os músculos que irão executar esse movimento quanto as órteses que auxiliam na sua realização. Além disso, ele permite o retorno dessas informações ao cérebro, oferecendo ao paciente uma percepção tátil. É assim que o nosso sistema nervoso funciona naturalmente: o cérebro planeja o movimento, envia os estímulos elétricos aos músculos responsáveis pela execução, o movimento acontece e, em seguida, informações retornam ao cérebro, informando que aquele movimento foi realizado e fornecendo também o feedback sensorial e tátil.

Outros pacientes, além daqueles com lesão medular, poderiam se beneficiar dessa tecnologia no futuro?

O estudo é de suma importância, pois a evolução dessa tecnologia nos permite vislumbrar, em um horizonte futuro, o desenvolvimento de ferramentas capazes de estimular o sistema nervoso central e a medula espinhal de forma mais fisiológica. Porém, é preciso ter muita cautela ao interpretar estudos experimentais. O desenvolvimento dessas terapias está em estágio muito inicial e exige anos de investigação científica rigorosa. **(PO)**

ALZHEIMER

OMS aposta em mudanças no estilo de vida

Com base nas evidências científicas mais recentes sobre a doença de Alzheimer, a Organização Mundial da Saúde (OMS) atualizou as diretrizes globais de 2019 para a prevenção de uma enfermidade que, hoje, afeta mais de 57 milhões de pessoas. As novas recomendações baseiam-se principalmente na informação de que 45% do risco da mais comum forma de demência pode ser evitado com ajustes no estilo de vida.

Embora não haja cura para a demência, novos estudos mostram que é possível evitar ou retardar as manifestações da doença com adoção de medidas que incluem combate a tabagismo, álcool, inatividade física, isolamento social, poluição do ar, diabetes e hipertensão arterial, entre outros. “Hoje sabemos mais do que nunca sobre os fatores de risco para a demência, e essas diretrizes traduzem esse conhecimento em ação”, afirmou Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, em Genebra. “Os países agora têm recomendações claras e baseadas em evidências que podem ser colocadas em prática imediatamente para

proteger a saúde cognitiva das pessoas.”

As diretrizes atualizadas recomendam treinamento e estimulação cognitiva, além de enfatizarem a importância da participação em atividades para adultos ainda sem comprometimento ou com sintomas leves de demência. “A ausência de interação real atrofia conexões neurais e está diretamente associada ao declínio cognitivo”, explica a neurocientista Carol Garrafa, CEO da consultoria Santé. “Já a interação social e conversas prazerosas são fatores que beneficiam diretamente o desempenho cognitivo e a linguagem, e há sólidos indícios que funcionam como uma barreira preventiva contra o Alzheimer”, diz.

Audição

Uma das novidades nas recomendações da OMS é a oferta de aparelhos auditivos para reduzir os riscos, pois as novas evidências apontam que a surdez é um dos fatores que podem contribuir para o Alzheimer. “A perda auditiva é um dos fatores de risco para demência sobre os quais podemos realmente

PxHere/Divulgação



fazer algo. É fácil de detectar, e os aparelhos auditivos são consagrados, reversíveis e de baixo risco”, diz a neurocientista Carolina Ferreira-Atuesta, doutoranda no Hospital Universitário de Zurique, na Suíça. No mês passado, ela apresentou um novo estudo no Congresso da Academia Europeia de Neurologia mostrando que o uso desses dispositivos está associado a risco 23% menor de demência em pessoas com epilepsia e perda auditiva.

Apesar de algumas pesquisas sugerirem que determinados suplementos alimentares podem ajudar a evitar ou postergar a demência, o documento da OMS enfatiza que o uso de vitaminas B e E, ácidos graxos poli-insaturados ômega-3 (PUFA) e multivitaminas/minerais deve ser evitado, a não ser com recomendação do profissional de saúde. Segundo o organismo das Nações Unidas, faltam evidências robustas de que

Hoje, mais de 57 milhões de pessoas convivem com a forma mais comum de demência

os benefícios potenciais superem efeitos nocivos inesperados.

Segundo a OMS, as diretrizes atualizadas “refletem um crescimento significativo na base de evidências” desde a publicação das primeiras recomendações sobre a redução do risco de demência em 2019. “Elas fornecem recomendações consolidadas sobre como lidar com comportamentos não saudáveis, gerar condições médicas e reduzir a exposição a fatores ambientais que podem contribuir para o declínio cognitivo e a demência”, destacou um comunicado da instituição.

No lançamento das novas diretrizes, o organismo da ONU ressaltou que a demência “afeta a capacidade de uma pessoa viver de forma independente, trabalhar e realizar suas atividades diárias, além de impor um fardo substancial às famílias e aos cuidadores”. Calcula-se que, para a economia global, o impacto da doença seja de US\$ 1,3 trilhão anualmente, sendo que metade desse custo se deve aos cuidados não remunerados prestados por familiares e amigos. **(Paloma Oliveto)**

» ENTREVISTA | GLÁUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA | PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

Ao *CB.Poder*, o representante do MPT detalhou como os trabalhadores podem identificar e denunciar casos em que empresários ou chefes de repartições públicas pressionem e até ameacem o empregado em favor de um candidato

Davi Pereira/CB/DA Press



Alerta contra aumento do assédio eleitoral

» MANUELA SÁ*

Neste ano, o Ministério Público do Trabalho (MPT) registrou 74 denúncias de assédio eleitoral em todo o país. Diante disso, o procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, destacou como identificar e denunciar esses casos. Ontem, em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o *Correio*

De que forma o trabalhador pode perceber estratégias de empresários para puxar voto para este ou para aquele candidato?

O MPT atuou nas últimas eleições municipais e na última eleição presidencial. Constatamos que podemos dividir o assédio eleitoral na iniciativa privada e na administração pública. Na iniciativa privada, empregadores e superiores hierárquicos têm ameaçado trabalhadores com a demissão ou, então, dizendo que fechará unidades se não votarem em determinado candidato que tenha simpatia do dono do negócio. Eles procuram fazer reuniões, distribuir camisetas, receber visitas de candidato e tentam ameaçar e coagir os seus empregados. A demissão é a mais grave, mas também há a redução salarial e mudança de postos de trabalho, por exemplo. É dessa forma que se caracteriza o assédio eleitoral. Na administração pública municipal e em prefeituras, acontece de um secretário ou de um prefeito ameaçar tirar um cargo comissionado de um servidor, de recolocá-lo. Em governos de Estado, secretários também podem interferir com os servidores públicos nesse sentido. Ele demonstra claramente ou de forma indireta a sua preferência por determinado candidato e exige desse trabalhador, desse servidor, o voto nele sob pena de sofrer uma retaliação.

Quais são os dados sobre assédio eleitoral deste ano?

Temos, hoje, 74 denúncias em 2026 (no país). Está terminando o período de Copa, e agora vamos entrar no período eleitoral. Então, a tendência é de que haja uma intensificação na campanha e na atuação desses empresários, desses gestores públicos, na tentativa de captar votos dos trabalhadores.

Braziliense e a TV Brasília — o procurador avaliou outra questão importante, que é a pejotização no país. De acordo com ele, 93% dos trabalhadores pejotizados recebem até R\$ 6 mil de remuneração. Aos jornalistas Adriana Bernardes e Ronayre Nunes, Oliveira ressaltou que o Brasil é referência no combate ao trabalho escravo.

Em 2018, houve o caso de um grande empresário dono de uma rede nacional em que apareceram vídeos dele reunindo seus funcionários e pedindo votos. Ele ameaçou com o fechamento da loja se não votassem no ex-presidente Jair Bolsonaro. O que deu esse caso na Justiça?

O Ministério Público ajuizou uma ação civil pública em relação aos fatos narrados naquela oportunidade. Se me recordo, em 2018, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou a decisão, e houve uma condenação de danos morais coletivos de R\$ 85 milhões. O MPT conseguiu demonstrar em juízo a conduta caracterizadora do assédio eleitoral naquela oportunidade. Hoje, temos uma atuação pedagógica preventiva para evitar situações como essa. Estamos assinando um acordo de cooperação técnica com o TST e com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fazer campanhas nos meios de comunicação e nas redes sociais com o objetivo de que a sociedade tenha noção do que se caracteriza o assédio eleitoral e possa denunciar. A denúncia, que pode ser anônima, pode ser feita no site do MPT, que é mpt.mp.br.

Do ponto de vista da saúde do trabalhador e da produtividade de empresas, o Brasil está pronto para acabar com a escala 6x1?

Estamos combatendo a jornada 6x1 para ter a jornada 5x2. Muitas vezes, o trabalhador tem dificuldade para chegar ao seu local de trabalho. Nos grandes centros, leva mais de duas horas. Então, ele chega cansado. O Ministério Público defende um maior tempo de descanso. Para as mães, por exemplo, que têm dupla jornada, defendemos que elas tenham mais tempo em suas residências com seus familiares e

Na iniciativa privada, empregadores e superiores hierárquicos têm ameaçado trabalhadores com a demissão ou então dizendo que fechará unidades se não votarem em determinado candidato que tenha simpatia do dono do negócio"

A maior preocupação do MPT é a pejotização. Ela está desenfreada, não existe qualquer discussão de 6x1. A pejotização nada mais representa do que uma jornada 7x0. Não há repouso, não há intervalo. O trabalhador é tratado como mercadoria. Ele não tem autonomia. Isso é uma ilusão na grande maioria das pessoas que trabalha como PJ"

com seus filhos. Há comprovação de que o trabalhador, permanecendo mais em casa, produzirá melhor, porque voltará para o seu ambiente de trabalho com as energias renovadas. O que nós temos hoje, que é a maior preocupação do MPT, é a pejotização. Ela está desenfreada, não existe qualquer discussão de 6x1. A pejotização nada mais representa do que uma jornada 7x0. Não há repouso, não há intervalo. O trabalhador é tratado como mercadoria.

Ele não tem autonomia. Isso é uma ilusão na grande maioria das pessoas que trabalha como PJ (pessoa jurídica), porque há apenas uma minoria que atua dentro do ordenamento legal. Mas a grande maioria, a que chamamos de PJ, não tem alternativa. É uma ilusão pensar que o trabalhador, para ser contratado, vai optar entre a CLT e um contrato civilista, como pessoa jurídica. A pessoa jurídica é imposta a ele. Nossa atuação é para combater a fraude.

O que há de mais sério nessa pejotização para o trabalhador?

Ele abre mão de todos os benefícios sociais, como férias, licença-maternidade, licença-paternidade e licença saúde. Ele não tem intervalos para o almoço ou intervalo de 11 horas entre jornadas. Não vamos ter cotas de aprendizagem ou de pessoas com deficiência. Cerca de 56% dos PJs são trabalhadores que ganham até R\$ 2 mil, 37% ganham até R\$ 6 mil. Então, temos uma faixa de 93% de trabalhadores que ganham até R\$ 6 mil. É óbvio que esses trabalhadores não são empreendedores. São trabalhadores formais que foram maquiados de empreendedores. Quem ganha com a precarização das relações de trabalho? É aquele que obtém essa força de mão de obra, o dono do negócio, o empregador, porque ele diminui os recolhimentos sociais. Paga-se um pouco mais, uma ilusão. É aquele imediatismo de receber um pouco mais hoje, só que nos nossos lares, no domingo, não vamos ter um ente querido almoçando, porque ele está trabalhando. O regime da CLT está sendo substituído por uma imposição do setor econômico que deixa o trabalhador sem opção.

Qual é o argumento deles (as empresas) com relação ao vínculo empregatício? Qual é a posição do senhor como procurador-geral do Trabalho?

O MPT entende que é possível ter o vínculo nas plataformas digitais. O que se discutiu no início era a natureza civilista. Entendemos que cada caso deve ser analisado, tem um conjunto probatório. Qual Justiça reúne melhores condições para analisar se há vínculo de emprego ou não em uma plataforma? É a Justiça do Trabalho. Os juízes do Trabalho têm formação, capacitação e experiência. Com todo

respeito à Justiça comum, mas os promotores e os juízes (dessa área) não têm interesse e não têm familiaridade com esse tema. Existe um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) para levar para a Justiça do Trabalho, a pejotização. No mês passado, em Genebra, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi aprovada a Convenção nº193. No corpo desse texto, falou-se sobre a realidade fática, é o princípio da realidade dos fatos sobre a forma. O que isso quer dizer? Que você deve analisar com prova testemunhal, com prova oral, qual era a realidade daquele contrato do motorista de plataforma, por exemplo, e não o que tem escrito no contrato. Muitas vezes, o que está no contrato não espelha a realidade. Então, a Convenção nº193 veio ao encontro do posicionamento do MPT. É o princípio da primazia da realidade sobre a forma. E esse é um princípio que norteia as atuações dos juízes, dos procuradores e dos advogados na esfera trabalhista.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, está ameaçando o Brasil com uma sobretaxa de 25% a 30% sobre produtos brasileiros. Entre outros argumentos, ele cita o trabalho escravo. Como está essa questão no Brasil? Esse argumento se sustenta?

Não. O Brasil é referência mundial no combate ao trabalho escravo. O conceito de trabalho escravo adotado no nosso ordenamento legal, na nossa legislação, é o mais completo. Há um equívoco. Os Estados Unidos estão impondo essas sanções a, aproximadamente, 60 países, e o Brasil se inclui naqueles países que importam produtos oriundos desse tipo de trabalho. São aqueles que vêm de países do Terceiro Mundo, que exploram a mão de obra de forma desenfreada e sem respeitar as legislações trabalhistas. Tenho certeza de que os Estados Unidos importam também produtos oriundos desses países. Não há muito como se ter controle. Quando o Trump trata sobre a taxa, ele tenta encontrar um argumento. Mas o Brasil é referência. Temos atuação com o Ministério do Trabalho e Emprego, com a Polícia Federal, com demais parceiros, combatendo o trabalho escravo em nosso país.

***Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira**



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Convenção marcada para oficializar candidatura

O PSDB do Distrito Federal definiu a data da convenção que vai oficializar a candidatura de Paula Belmonte ao Governo do DF. O encontro será em 4 de agosto, às 19h, na AABB, e deve contar com a presença do presidente nacional do partido, deputado Aécio Neves. Por coincidência, Joaquim Roriz, quatro vezes governador do DF, completaria 90 anos nesta data.

Chapa paritária

A deputada Paula Belmonte tem dito que trabalha para apresentar uma chapa proporcional paritária, com equilíbrio entre homens e mulheres. Ampliar a participação feminina na política tem sido uma das bandeiras dela.



Divulgação/Luis Tajés

Vitória na Pandora

Por unanimidade, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) decidiu trancar duas ações contra o jornalista Omélio Pontes, nos processos decorrentes da Operação Caixa de Pandora, deflagrada em 2009. Eduardo Toledo, advogado nas duas causas, explica que o trancamento representa uma vitória maior do que a própria absolvição, pois é uma decisão da Justiça que diz que não havia sequer motivos suficientes para a abertura da ação. Enquanto aguardava a conclusão do processo, o jornalista aprofundou seus conhecimentos em marketing político-eleitoral e, atualmente, coordena o projeto da deputada Paula Belmonte (PSDB), com quem trabalha desde 2018, ao Palácio do Buriti.



Luis Tajés/Comunicação Paula Belmonte

Kiko Caputo terá de retirar outdoor de pré-campanha

A desembargadora eleitoral Gilda Sigmaringa Seixas, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), acatou representação eleitoral da federação União Progressista, liderada pela governadora Celina Leão (PP), que pede a retirada de outdoor instalado no Park Way de propaganda da pré-candidatura do advogado Kiko Caputo (Novo) ao Palácio do Buriti. A magistrada determinou que a retirada ocorra em 24 horas, a contar da citação, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil, limitada inicialmente a R\$ 50 mil. Ela determinou, ainda, a retirada de quaisquer outras peças publicitárias idênticas se forem identificadas e incluídas no processo.

Propaganda eleitoral

Na representação, a federação União Progressista sustenta que foram fixados outdoors contendo a indagação “Quem é Kiko Caputo?”, com a indicação da página de Instagram (@kiko_caputo) e, ainda, acompanhada de QR Code que direciona o cidadão ao perfil do Instagram do pré-candidato. A peça publicitária, segundo a representação, configura propaganda eleitoral antecipada.



Davi Pereira CB/DA Press

Apoio a consumidores

Leandro Grass, Erika Kokay, o presidente do PT-DF, Guilherme Sigmaringa Seixas, e Marivaldo Pereira, pré-candidato a deputado federal, foram à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) para denunciar casos de consumidores que contrataram empréstimos consignados e tiveram o nome inscrito em cadastros de inadimplência porque o empregador ou órgão pagador deixou de repassar ao banco os valores descontados em folha. Em representação, o grupo pede que a Senacon oriente as instituições financeiras a só negativamente consumidores após comprovar que a falta de pagamento não decorreu de falha do empregador ou do órgão pagador. O objetivo, segundo eles, é impedir que consumidores sejam penalizados, entrando no SPC ou no Serasa, por exemplo, por falhas que não provocaram nem poderiam evitar.



Divulgação/PT-DF



Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Sem espaço para candidatura própria do PL ao GDF

A deputada federal Bia Kicis, presidente do PL-DF, gravou vídeo para as redes sociais no qual chama os filiados do partido a participarem, em 5 de agosto, da convenção regional da legenda. O encontro, segundo Bia, vai definir quem serão os candidatos à Câmara Legislativa, à Câmara dos Deputados e ao Senado. Mais um recado para o senador Izalci Lucas: o partido vai com a reeleição de Celina Leão (PP) e não há espaço para a candidatura que ele anuncia ao Palácio do Buriti.

Um passo para trás

Há uma aposta no PL de que Izalci vai acabar tendo que disputar um mandato de deputado federal... ou distrital.

Sucessão no MPDFT

Em agosto, começam as tratativas para a sucessão do procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, que já está no segundo mandato e pretende emplacar o sucessor, ou sucessora. Um dos nomes que circulam como cotado para o apoio da atual administração é o da promotora de Justiça Claudia Braga Tomelin (**abaixo**), atual secretária-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).



Minevino Junior/CB/DA Press



Eleitores estão sendo contatados para trabalhar nas eleições deste ano. Além de treinamento, eles terão auxílio-alimentação, folgas remuneradas e podem obter vantagens previstas em alguns concursos públicos

TRE-DF convocará 28 mil mesários

» BEATRIZ MASCARENHAS

Com a aproximação das eleições deste ano, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) está convocando os 28 mil mesários que atuarão nas seções eleitorais em 4 de outubro e, se houver segundo turno, em 25 de outubro. Responsáveis por auxiliar a Justiça Eleitoral na condução da votação, os convocados têm direito a benefícios como folgas remuneradas, auxílio-alimentação e vantagens em concursos públicos. Quem for convocado e não puder exercer a função deve apresentar justificativa.

Este ano serão 2 mil mesários a mais do que em 2022, além de 6 mil agentes eleitorais. A prioridade é para pessoas que se voluntariam e são selecionados entre eleitores do mesmo local de votação. Entre os benefícios oferecidos estão dois dias de folga para cada dia trabalhado na eleição e para cada ciclo completo de treinamento realizado, sem prejuízo da remuneração.

De acordo com TRE-DF, os servidores recebem auxílio-alimentação de R\$ 65 por turno trabalhado, conforme a Portaria TSE nº 86/2025. A atividade pode contar, ainda, como horas complementares em instituições de ensino

conveniadas e servir como critério de desempate em concursos públicos, quando houver previsão em edital.

Mas há quem participe por puro prazer em auxiliar o sistema eleitoral brasileiro. Alda Dias Pimentel, de 65 anos, está em seu terceiro chamamento para o trabalho de mesária. Ela se inscreveu pela primeira vez em 2018 e foi convocada. Na eleição seguinte, de 2022, foi convocada para o serviço novamente. Neste ano, foi chamada pela terceira vez. “Qualquer serviço voluntário é minha paixão. O curioso é que nunca aproveitei os dias de folga a que tenho direito”, conta a professora do Senac.

O trabalho é descrito por Alda como simples e consiste, basicamente, na identificação do eleitor nas listagens de votação e na orientação sobre o processo de votação, sem manifestar opiniões políticas nas salas. “Gosto de contribuir e observo a lisura do processo eleitoral brasileiro, que é modelo para democracias de todo o mundo. Nosso país tem um sistema eleitoral fantástico”, elogia.

Cidadania

A servidora pública Fernanda Ramalho, 42, participa das eleições

Carlos Vieira CB/DA Press.



A professora Alda Dias será mesária nas próximas eleições

como mesária desde a primeira convocação, em 2014, recebida por meio de um comunicado em sua residência. O susto inicial, segundo ela, logo deu lugar ao entendimento da importância da função. “Nas eleições seguintes, fui convocada automaticamente e continuei participando. Para mim, é uma forma muito importante de exercer a cidadania e de contribuir para que todo o processo eleitoral aconteça

da melhor forma”, assinala.

Fernanda atuou como primeira-secretária, segunda-secretária e presidente de seção em 2014, 2018 e 2022. Ela afirma que o trabalho exige atenção e responsabilidade, mas considera a experiência recompensadora. “É um dia cansativo, mas também muito gratificante. O mais marcante é perceber que, de alguma forma, você está ajudando a garantir um direito de todos”,

Para não cair em golpes

As pessoas que receberem contato do TRE-DF devem verificar se:

- » O número é o oficial do TRE-DF: **(61) 3048-4000**;
- » Se o contato possui selo de verificação da META;
- » **Atenção:** a mensagem não solicita dinheiro, senhas, códigos ou dados bancários;
- » Não há pedido para clicar em links.

ressalta. Para quem foi convocado pela primeira vez, a recomendação da servidora é simples: “Fazer o treinamento ajuda bastante e, no dia, todo mundo trabalha em equipe: um vai ajudando o outro.”

Antes do pleito, todos os convocados devem participar do treinamento promovido pela Justiça Eleitoral, que orienta sobre os procedimentos da votação. Segundo o TRE-DF, no dia da eleição, os mesários são responsáveis por identificar os eleitores, conferir documentos, orientar o fluxo da seção, auxiliar nos procedimentos da urna eletrônica, registrar ocorrências em ata e participar do encerramento dos trabalhos e da organização do material eleitoral.

Caso o eleitor convocado não possa atuar como mesário, é possível solicitar dispensa ao juízo

eleitoral competente, desde que o pedido seja apresentado em até cinco dias após a publicação do edital de nomeação, acompanhado da documentação que comprove o impedimento. Se o convocado faltar sem apresentar justificativa aceita pela Justiça Eleitoral, poderá receber multa e, em alguns casos, outras penalidades previstas na legislação eleitoral.

De acordo com o TRE-DF, eleitores da mesma família, como primos ou cônjuges, não podem ser convocados juntos para o ofício. Quem já atua como integrantes de diretorias de partido político ou federação, ou exerce função executiva, também não pode ser chamado, assim como agentes policiais, autoridades públicas, eleitores menores de 18 anos e ocupantes de cargos de confiança do Poder Executivo.

SAÚDE PÚBLICA

Após duas mulheres falecerem em trabalho de parto, em curto período de tempo, Hospital Regional de Samambaia instaurou investigação interna. GDF e Ministério da Saúde acompanham os casos e prometem rigor na apuração

Mortes fazem HRSam rever protocolo

» ANA CAROLINA ALVES

A morte de duas mulheres durante o trabalho de parto no Hospital Regional de Samambaia (HRSam) num intervalo de apenas três dias mobilizou a governadora Celi na Leão (PP) e o Ministério da Saúde. A chefe do Executivo local frisou que os casos estão sendo tratados como prioridade e determinou uma investigação rigorosa dos procedimentos das duas gestantes, uma de 25 e a outra de 36 anos.

As crianças sobreviveram ao parto, mas uma delas segue internada na unidade de terapia intensiva (UTI). Ontem, o **Correio** esteve no hospital e conversou com o diretor, Rafael Guimuzzi, e com o superintendente da Região de Saúde Sudoeste, José Henrique Alencar. De acordo com os representantes da unidade de saúde, na ocasião, as equipes estavam completas e os protocolos de apuração foram iniciados com celeridade.

“Chamamos várias reuniões. O secretário (de saúde), ontem, chamou toda a equipe, porque a gente não vai tolerar esse tipo de atendimento nos nossos hospitais. Estamos reforçando as nossas diretorias, as nossas chefias, trabalhando muito na humanização. Há também uma previsão de mudar o protocolo do atendimento pré-natal. Isso também está sendo feito pelas equipes e eu tenho certeza de que a gente precisa realmente melhorar”, afirmou Celina.

Sobre a apuração dos casos,

Celina afirmou que todas as imagens do sistema de monitoramento da rede pública estão sendo disponibilizadas às famílias e às autoridades responsáveis pelas investigações. “Nós temos 100% da nossa saúde monitorada. Não tem como falar o que não aconteceu. Está lá nas câmeras, e a gente está abrindo essas câmeras para todos os familiares, para a polícia também, e apurando. Não vamos passar a mão na cabeça de ninguém”, destacou.

O Ministério da Saúde afirmou que está em contato com a Secretaria de Saúde do DF (SES-DF) para acompanhar a apuração do caso e apoiar na análise técnica, e destacou a importância das consultas de pré-natal para prevenir situações de gravidade durante a gestação, parto e puerpério. “A nova Caderneta da Gestante orienta a elaboração do Plano de Parto, tanto pelo profissional quanto pelas gestantes, para que a mãe registre suas preferências para o momento do parto e nascimento: presença de acompanhante, métodos de alívio da dor e outros cuidados desejados”, destacou o Ministério.

Reavaliando etapas

Rafael Guimuzzi afirmou que a unidade instaurou protocolos internos para apurar as duas mortes. Segundo ele, a investigação segue o chamado Protocolo de Londres, metodologia utilizada para revisar todas as etapas da assistência prestada. “Ainda é muito

Geyzon Lenin/Esp. CB/D.A Press



Reprodução Redes Sociais



Arquivo pessoal

Hospital investiga procedimentos adotados com Maria Graciana (E) e Maria Aparecida

Relembre os casos

Sexta-feira (10/7)

- Maria Graciana Andrade Alves, 36 anos, deu entrada no HRSam com 41 semanas de gestação para dar à luz. Segundo a família, ela relatou que não tinha condições de passar por um parto normal, mas o procedimento teria sido mantido por várias horas.
- O quadro evoluiu para uma hemorragia grave, retirada do útero e paradas cardiorrespiratórias. Maria Graciana morreu na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A filha sobreviveu e permanece internada.

Segunda-feira (13/7)

- Maria Aparecida Caldino dos Santos, 25 anos, deu entrada no HRSam para dar à luz a segunda filha. Segundo relatos de familiares, a gestante queria passar por uma cesariana, mas teria sido submetida a um parto normal contra a vontade dela.
- Familiares afirmam que a mulher estava sem forças durante o parto e que os profissionais insistiam para que ela continuasse fazendo esforço. Horas depois, a equipe médica informou o óbito de Maria Aparecida. A bebê sobreviveu e está sob os cuidados de familiares.

cedo para dizer se houve alguma falha assistencial da equipe ou se foi uma fatalidade inerente ao caso. O que podemos afirmar é que,

assim que ocorreu o primeiro óbito, na sexta-feira, a instituição iniciou imediatamente esse processo de revisão. Quando reavaliamos

imediate. “Entre o início da cirurgia e a retirada do bebê foram cerca de cinco minutos, o que demonstra a rapidez da intervenção para garantir a maior segurança possível”. Segundo ele, a definição da causa da morte pelo Instituto de Medicina Legal (IML) será fundamental para esclarecer o que ocorreu e auxiliar nas investigações.

Diante da repercussão dos casos, Guimuzzi reconheceu a preocupação das gestantes atendidas na unidade e afirmou que o hospital revisou todos os protocolos de assistência obstétrica. “Entendemos a angústia das futuras mães, mas posso garantir, como responsável técnico da unidade, que todo o processo de atendimento foi revisado e estamos trabalhando de forma incansável para manter a assistência dentro dos protocolos exigidos. Não há motivo para interromper o atendimento às gestantes. A qualidade do cuidado está garantida”, assegurou.

Ao **Correio**, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) informou que os casos seguem em investigação e que o delegado responsável só irá se manifestar após a conclusão das apurações.

Apoio

José Henrique Alencar explicou que as duas mortes estão sendo investigadas com acompanhamento da SES-DF. “Abrimos um processo específico para cada caso, porque essas informações precisam ser tratadas com sigilo para garantir o direito de defesa e o contraditório. Nossa função agora é evitar recorrências e dar tranquilidade às mães que utilizam a rede pública. A superintendência, a direção e a Secretaria de Saúde estão empenhadas para que todos os fatos sejam analisados com rigor, e eventuais erros serão apurados com a devida cautela”, afirmou.

***Colaborou Davi Cruz**

SEU IMÓVEL MERECE SER UM **FAENGE**



SAIBA MAIS



PRONTO PARA MORAR

R.E. 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R-4/51888 - PERSPECTIVA ILUSTRADA

LUXO
REFLETIDO DE
FORMA ÚNICA.

NOROESTE

4 SUÍTES

ACABAMENTOS PERSONALIZADOS
BY STUDIO ZUBA



LANÇAMENTO

R.E. 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R-4/34704 - PERSPECTIVA ILUSTRADA

UM RESORT PARA
CHAMAR DE LAR EM
10.600 m² DE TERRENO.

ÁGUAS CLARAS

2, 3, 4 QUARTOS E
COBERTURAS



PRÉ LANÇAMENTO

R.E. 4º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R-19.652/46/R-1-18388 - PERSPECTIVA ILUSTRADA

UM NOVO JEITO DE
INVESTIR. **UMA NOVA
FORMA DE FICAR.**

PARK SUL

STUDIO, 1
QUARTO E LOJAS

VISITE OS DECORADOS 3020-2000

Noroeste

Avenida W9, Quadra 509,
ao lado do Posto Shell.

Águas Claras

Av. Sibiruna, acima
da CAESB

Park Sul

Avenida do Casa Park, em
frente à Pão Dourado.

CONSTRUÇÃO E VENDAS



FAENGE
EMPREENDEIMENTOS

EMPRESA FILIADA A




Já que é preciso aceitar a vida,
que seja então corajosamente

Lygia Fagundes Telles



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Brasil espera compensar fracasso do time masculino com lucro na Copa Feminina

A Copa de Futebol Fifa Feminina 2027 no Brasil deve injetar R\$ 8,8 bilhões na economia, gerar 73,7 mil postos de trabalho e renda de R\$ 4,5 bilhões e arrecadar em tributos R\$ 928 milhões. Em Brasília, serão realizados cinco jogos. Com esses dados, o governo federal celebra a realização do evento esportivo no país, em junho de 2027. Se a Seleção Brasileira masculina saiu cedo do atual campeonato, decepcionando os torcedores, o Brasil aposta as fichas em lucro para economia nacional com o time das mulheres em campo. Os dados divulgados ontem são do Mapeamento do Potencial de Captação e Internacionalização de Eventos Esportivos no Turismo Brasileiro, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).



Staff Images/CBF

Projeção global

Será a primeira vez que um país sul-americano sediará a competição. “Além do impacto econômico imediato, o evento representa uma oportunidade singular de legado para o futebol feminino brasileiro, de projeção da imagem do país no cenário global e de fortalecimento do turismo esportivo como vetor de desenvolvimento econômico sustentável”, destaca a pesquisa.

Febrac atua pelo adiamento do Estatuto do Aprendiz no Senado

A Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços (Febrac) acompanhou, na última quarta-feira, mais uma etapa da tramitação do Projeto de Lei nº 6.461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz. A proposta estava prevista para ser analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, mas teve votação adiada para depois do recesso parlamentar. Desde a audiência pública realizada na terça-feira, a Febrac vem intensificando a atuação junto aos parlamentares para defender o acolhimento da Emenda nº 3, apresentada pelo senador Laércio Oliveira (PP). A medida busca excluir da base de cálculo da cota de aprendizagem os trabalhadores que exercem atividades proibidas para menores de 18 anos, como funções insalubres, perigosas ou realizadas em período noturno.

Atividades específicas

Os setores de serviços de limpeza, transporte e segurança têm dificuldade de cumprir a cota de menor aprendiz devido à natureza das respectivas atividades. “A Febrac continuará atuando junto ao Senado Federal e às demais entidades envolvidas na tramitação do projeto para defender regras equilibradas, juridicamente seguras e compatíveis com a realidade do setor de serviços terceirizáveis”, informou a entidade.

Petróleo e alimentos aumentam projeção de inflação para este ano

A guerra no Oriente Médio e os possíveis efeitos climáticos do El Niño fizeram o Ministério da Fazenda revisar para cima a projeção da inflação em 2026. A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 4,5% para 5,1%, ficando acima do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo a equipe econômica, a revisão reflete o aumento dos preços internacionais do petróleo e seus derivados e danos à agricultura do país pelo desequilíbrio climático já esperado para o segundo semestre. Os preços dos alimentos tendem a subir.

Enater-DF



Recorde no agro não vai se manter

Segundo o Ministério da Fazenda, a atividade econômica deverá continuar sendo sustentada principalmente pelos setores de indústria e serviços. Já a agropecuária tende a desacelerar após a safra recorde registrada no início do ano, impulsionada pela produção de soja.

Webster2703/Pixabay



WhatsApp vai permitir reservar nome de empresa para busca de contato

O WhatsApp está com mudanças em relação à forma de encontrar nomes e contatos dos usuários. A ferramenta é utilizada por 82% dos pequenos negócios como o principal meio de comunicação com os clientes, segundo a Pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae. O WhatsApp quer acabar com a necessidade de ter o número de celular para começar conversas ou adicionar pessoas a grupos. Por isso, liberou a reserva do nome de usuário. Na sequência, o WhatsApp deve permitir a opção de acionar pessoas e empresas por meio deste recurso. Para os pequenos negócios, é importante fazer a reserva do nome de usuário para que os seguidores e clientes possam encontrar a empresa por meio da ferramenta.

Identidade digital do negócio

“Hoje, muita empresa ainda depende exclusivamente do número de telefone para ser encontrada, para vender, atender e manter relacionamento com seus clientes. Com o nome de usuário, o WhatsApp passa a funcionar também como uma identidade digital do negócio, algo mais fácil de divulgar, memorizar e usar em campanhas, redes sociais, cartões, embalagens e materiais de comunicação”, reforça William Almeida, gestor de Mercado Digital do Sebrae.



Reprodução



Mudança no acesso ao Lago Sul divide opiniões entre motoristas. Detran-DF afirma que redução para 60 km/h terá impacto mínimo no tempo de viagem e ampliará a segurança viária para pedestres e condutores

Velocidade na Ponte JK gera debate

» BEATRIZ MASCARENHAS

Agora classificada como via arterial, a passagem entre a Ponte Juscelino Kubitschek (JK) e a Estrada Parque das Nações (DF-004) teve a velocidade reduzida para 60 km/h. A mudança divide opiniões entre os motoristas que utilizam o trecho. Segundo o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF), a alteração reflete as transformações no tráfego da região, que passou a registrar maior circulação de pedestres e demanda por travessias. As novas placas de sinalização estão sendo instaladas pelo órgão, e haverá um período de adaptação antes do início da fiscalização eletrônica. Serão 30 dias, após os possíveis ajustes. De acordo com o artigo 61 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), as vias urbanas de trânsito rápido têm limite de velocidade de até 80 km/h, enquanto as vias arteriais são limitadas a 60 km/h. A diferença está relacionada à maior circulação de pedestres, à existência de cruzamentos e ao acesso a outras vias. Ainda segundo o Detran-DF, estudos técnicos apontaram que o trecho já apresenta características compatíveis com a classificação de via arterial. Muitos motoristas que utilizam o trecho questionam a decisão. Fátima Vieira, 46 anos, trabalha em um salão de beleza no

Jardim Botânico e faz o trajeto com frequência. Moradora de São Sebastião, ela costuma seguir em direção ao Plano Piloto para visitar a irmã e participar de um curso profissionalizante. “Ali, o tráfego é sempre muito lento. Entendo a questão dos acidentes, mas, na minha percepção, a mudança de velocidade não influenciará de maneira significativa nesses números”, opina a cabeleireira. O vendedor Igor Griebeler da Silva, que trabalha em uma farmácia localizada após a Ponte JK, percorre o trecho diariamente. Morador da Asa Norte, ele também é contrário à medida e acredita que o problema poderia ser resolvido com a ampliação da capacidade da via, para atender à demanda crescente de veículos. “Nos horários de pico, aquela via fica inteiramente parada. Muita gente até evita passar por ali”, afirma. Vera Lúcia Costa, 82 anos, apoia a redução da velocidade. Moradora do Jardim Botânico, a idosa ainda dirige e elogia a mudança. “Sempre estou dirigindo com minha filha pela região e não gosto de altas velocidades. Isso garante mais segurança aos motoristas.” Em nota, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) apoiou a necessidade de redução da velocidade na via. Segundo a instituição, a alteração permitirá a implantação de

Carlos Vieira CB/DA Press.



O novo limite de velocidade na via entre a Ponte Juscelino Kubitschek e a Estrada Parque das Nações está valendo, mas ainda sem radar



Sempre estou dirigindo com minha filha pela região e não gosto de altas velocidades”

Vera Lúcia Costa, aposentada



O que poderia ser feito era a ampliação da via. Nos horários de pico, fica tudo parado”

Igor Griebeler da Silva, vendedor

Impacto

Estudos do Detran-DF apontaram que a redução do limite de 80 km/h para 60 km/h provocará um aumento pouco significativo no tempo de deslocamento. Isso porque, especialmente nos horários de pico, a velocidade média registrada na via já é inferior a 60 km/h. O órgão acrescenta que, em um percurso de aproximadamente 2,4 quilômetros, o impacto no tempo de viagem é mínimo diante dos ganhos esperados para a segurança viária. Dados do órgão mostram que

o trecho registrou um sinistro fatal em 2024 e três em 2025. Se o recorte for entre janeiro e maio de 2025, houve um acidente com morte, enquanto, no mesmo período de 2026, nenhum sinistro fatal foi registrado. O piloto João Luciano Gomez avalia que a redução do limite dificilmente provocará mudanças no trânsito. Morador de Arniqueira, ele utiliza a via com frequência e afirma que o fluxo costuma ser lento nos horários de maior movimento. “A redução de velocidade não vai interferir no trânsito que acontece nesses horários. Vai ficar

a mesma coisa”, diz. A Rede de Promoção da Mobilidade Sustentável e do Transporte Coletivo do Distrito Federal (Rede Urbanidade) manifestou apoio à redução da velocidade na via. Segundo o coletivo, a medida está alinhada às diretrizes do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pntrans), ao conceito internacional de Sistema Seguro (Safe System) e à Política Nacional de Mobilidade Urbana, que prioriza a preservação da vida e a proteção dos usuários mais vulneráveis, como pedestres e ciclistas.



Crônica da Cidade

MILA FERREIRA | milaneivaf@gmail.com

Reeducando o algoritmo

Cinquenta e seis milhões e seiscentas mil pessoas. É a quantidade de seguidores acumulada pela influenciadora Virgínia Fonseca somente no Instagram. É a população de Cabo Verde multiplicada por 114 vezes. São quase 11 milhões de pessoas a mais do que a quantidade que vive no estado de São Paulo hoje. É gente suficiente para encher 718 Maracanãs. Virgínia é poderosa. E com grandes poderes vêm grandes responsabilidades.

O ato de influenciar milhões de pessoas não vem com um manual de instruções. Virgínia é bonita, tem filhos lindos, dá dicas de beleza e posta diariamente a rotina nas redes, incluindo a própria intimidade e da sua família. E assim ela construiu um império.

Nesta semana, o nome dela migrou dos perfis de fofoca para as páginas policiais. A influenciadora é alvo de uma ação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que busca responsabilizá-la por práticas abusivas na divulgação de apostas esportivas. A suspeita é de que ela receberia uma comissão correspondente a 30% das perdas dos apostadores captados por meio das divulgações feitas por ela.

Atualmente, a internet não é mais terra de ninguém. As big techs são responsabilizadas quando são publicados conteúdos considerados ilegais. O problema é que tem coisa que não é ilegal, é só imoral mesmo. Imoral e desumano. Os casos de autoextermínio por conta de apostas são alarmantes. Famílias são destruídas, pessoas têm perdido tudo. É um vício devastador.

“Joguem com responsabilidade”, diz ela nos vídeos após incentivar os seguidores a apostarem. Mas os vícios inundam o cérebro de dopamina e impedem o córtex pré-frontal de frear os impulsos. Não é simples assim jogar com responsabilidade, Virgínia. É como aconselhar alguém viciado em crack a fumar com

responsabilidade. Aposto vicia e não dá para lidar com vícios de forma racional.

Eu não sigo a Virgínia, apesar de me deparar com o conteúdo dela no meu Instagram de vez em quando. Eu não vou ser hipócrita e aconselhar ninguém a sair das redes sociais e ir ler um livro, muito menos a seguir somente perfis educativos ou coisa que o valha. Eu adoro conteúdo supérfluo, tipo dicas de beleza, fofocas e tretas diversas. Com isso, às vezes acaba aparecendo sugestão de conteúdos duvidosos para mim. Por isso, de vez em quando, é preciso reeducar o algoritmo. Não dá para ficar refém somente do que as redes sociais nos entregam.

Tem muita gente boa de todos os espectros produzindo conteúdo nas redes

sociais. Vale lembrar que muito conteúdo postado no Instagram é ilusório, editado, modificado, nem sempre corresponde à realidade. O nosso ócio nas redes não pode custar a nossa lucidez, nem a nossa sanidade e muito menos a nossa empatia com a dor alheia.

Precisamos entender que a nossa atenção é a moeda mais valiosa da economia on-line. Se o algoritmo aprende com nossos cliques, sejamos seletivos com o que nos deixamos influenciar. O público precisa enviar uma mensagem clara aos anunciantes e influenciadores: influência sem ética não merece audiência. O unfollow também é uma ferramenta de resistência. Aproveito e deixo uma reflexão: quem são seus ídolos?

SURTOS

Material cedido ao Correio



Momento em que mulher invade recinto de elefante no Zoo de Brasília

Família busca internar mulher

» PAULO GONTIJO

Após invadir o recinto do elefante Chocolate, no Zoológico de Brasília, e tentar retirar à força uma criança de 8 anos de uma residência em Samambaia, a família da professora da rede pública, de 35 anos, busca uma vaga para interná-la em uma unidade pública especializada de saúde mental.

Ao **Correio**, a irmã da mulher, que não será identificada, contou que a professora sofre de transtorno bipolar e está hospitalizada. Segundo a irmã, o principal desafio agora é conseguir um leito para dar continuidade ao tratamento psiquiátrico. “O nosso foco, neste momento, é conseguir que ela seja internada e receba o tratamento de que realmente precisa”, afirmou.

A irmã disse que as atitudes da mulher são consequência direta da doença. “Ela não queria machucar ninguém. Na mente dela, acreditava que estava protegendo aquela criança. É uma distorção causada pelo surto, não uma maldade.” A irmã acrescenta que a professora,

concurzada da Secretaria de Educação e mãe de dois filhos, nunca havia apresentado comportamento semelhante.

Sem plano de saúde, a família depende exclusivamente da rede pública para conseguir o tratamento. “Infelizmente, não temos condições de arcar com uma internação particular. Esperamos que ela consiga atendimento especializado o quanto antes. O que ela precisa agora é de cuidado e tratamento”, afirmou a irmã.

Os episódios ocorreram no último fim de semana. No sábado, a professora invadiu o recinto do elefante Chocolate, no Zoológico de Brasília. Ela foi retirada pela equipe de vigilância e foi levada para uma unidade de saúde após apresentar sinais compatíveis com um surto psicológico. No domingo, a mulher foi detida pela Polícia Militar após tentar retirar uma criança de 8 anos de uma casa em Samambaia. A Secretaria de Estado de Educação do DF informou que a professora está afastada desde o início do ano letivo por licença médica e que abriu apuração administrativa para analisar os fatos.

Obituário | Sepultamentos em 15 de julho de 2026

» Campo da Esperança

Adriana Machado Costa, 57 anos
André Fernando Maniotto, 61 anos
Bruno Souza Cândido da Silva, 34 anos
Carlos Alberto Cabral Braga, 45 anos
Francisco Batista Costa, 54 anos
Halamiisson da Silva Alves, 35 anos
Ieda Theresinha de Almeida Basevi, 88 anos
João de Deus Bastos, 93 anos
José Maria Araújo Vasconcelos, 63 anos
Manuel Calvo Gerpe, 93 anos
Marcial Dias de Carvalho, 87 anos
Marco Antônio Paixão da Silva, 60 anos
Maria Auxiliadora de Jesus Santos, 49 anos
Maria Helena de Lima, 65 anos
Maria Vilmar Vieira de Sousa, 65 anos
Marilene de Souza Nascimento, 73 anos
Miguelzinho Martins Novais, 83 anos
Regina Lúcia Nepomuceno Dourado, 82 anos
Sirlene Monteiro dos Santos, 66 anos

» Taguatinga

Edmilson Marques de Souza, 58 anos
Ethelvina Cordeiro dos Santos, 98 anos
Fabiana Sousa Paiva Guimarães, 54 anos
Jaqueline Miranda de Figueiredo, 43 anos
João Ferreira da Costa, 70 anos
Joatan do Nascimento Coelho, 45 anos

Jurandi Afonso, 84 anos

Manoel Onilson do Nascimento, 76 anos
Maria das Graças da Conceição Costa, 72 anos
Maria Helena Canuto de Sousa Albano, 69 anos
Rodrigo Resende do Prado, 48 anos

» Gama

Edna Antônia da Silva Barros, 60 anos
Erotides Gouveia Damascena, 98 anos
Evânildo Soares Rodrigues, 48 anos
Iraci Evangelista dos Santos, 56 anos
Leonardo de Sousa Lopes, 75 anos
Marilda Batista da Silva, 76 anos
Petronília Alves de Paiva, 88 anos
Valdemira Alves Paulino, 77 anos
Manoel Paes dos Santos, 86 anos
Tamiris Sousa Costa, 38 anos

» Brazlândia

Anthony Miguel Bezerra de Matos, menos de 1 ano
Domingas Peixoto Claro, 86 anos
Geison Francisco da Silva, 40 anos

» Sobradinho

Hernani Ribeiro de Freitas, 80 anos
Kauã Jurema da Trindade, 19 anos
Jéssica Santos Soares, menos de 1 ano
Patrícia Campos e Silva, menos de 1 ano

» Jardim Metropolitano

Doralice Vale de Sousa, 84 anos
Raulina Rosa dos Santos, 92 anos
Eucilene Maria de Sena Oliveira, 60 anos (cremação)

CAPITALMOTOWEEK.COM.BR
@CAPITALMOTOWEEK

acelera ➡
Está chegando a hora
de viver a cidade da moto.

Capital
MOTO WEEK

2026

BARÃO VERMELHO ENCONTRO
FORMAÇÃO ORIGINAL

NAZARETH EAGLE-EYE CHERRY
MARCELO FALCÃO TIHUANA
RAIMUNDOS MATANZA RITUAL
MASTERS OF VOICES LVCAS
DI FERRERO VELVET CHAINS
GIANA THE JAILBIRDS SUPLA

e mais de 100 shows em 10 dias de festival

23/jul a 1/ago 2026
Parque Granja do Torto - Brasília/DF

Ingressos
Antecipados em:
BilheteriaDigital.com

clube
CORREIO BRAZILIENSE
40%
DE DESCONTO*

PATROCÍNIO:	CERVEJA OFICIAL:	GASOLINA OFICIAL:	MOTO OFICIAL:
CAPACETE OFICIAL:	PNEU OFICIAL:	LUBRIFICANTE OFICIAL:	HOTEL OFICIAL:
EMISSION OFICIAL:	PRODUÇÃO, GESTÃO E REALIZAÇÃO:	REALIZAÇÃO:	
PARCERIA DE MÍDIA:	APOIO:		

INOVAÇÃO

Fotos: Carlos Vieira CB/DA Press



Rodrigo Carregaro trabalha na produção de um aplicativo para ajudar com dores na lombar



Silvio Gobbi desenvolve uma liga de implante mais resistente ao desgaste causado pelo movimento

» MANUELA SÃ

Entre as quatro paredes de um laboratório surgem várias soluções usadas pelas pessoas em geral no dia a dia. No entanto, para que saiam do ambiente acadêmico e conquistem as ruas, existe um processo abandonado com frequência. É pela dificuldade de converter ideias em empresas que transformam o Distrito Federal que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti-DF) com o Instituto Bem Estar lançou o Programa Capital Lab — Empreendedorismo Científico.

A iniciativa, fruto de um edital de chamamento público, tem como objetivo converter pesquisas de laboratório produzidas por universidades em soluções de mercado. A proposta é ajudar pesquisadores a desenvolverem competências de empreendedor. Das equipes inscritas no edital, foram selecionadas 20 para participar de cinco meses de aceleração. Nesse período, será ofertada uma consultoria de acompanhamento técnico-empresarial individualizada.

No Setor Comercial Sul, no edifício Vera Cruz, está sendo construído um hub com 20 salas individuais, onde esses pesquisadores terão a oportunidade de trabalhar em conjunto. Para descentralizar os ecossistemas de inovação, serão construídos também laboratórios temporários em containers instalados em Ceilândia, na Faculdade de Ciências e Tecnologia em Saúde da Universidade de Brasília (FCTS/UnB); na Asa Norte, no campus Darcy Ribeiro da UnB; e um terceiro no Núcleo Rural Varagem Bonita, na Fazenda Água Limpa da UnB.

O engenheiro mecânico Silvio José Gobbi, 43 anos, considera que esse programa ajuda a concluir o ciclo completo de pesquisa. Além do levantamento e validação de hipóteses, faz parte do processo disponibilizar essa descoberta para a sociedade. Gobbi desenvolveu em seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Mecânicas da UnB, junto ao Departamento de Engenharia Mecânica, uma pesquisa sobre ligas de titânio para uso ortopédico.

Apesar da alta biocompatibilidade e maior resistência desse material, ele sofre muito desgaste com o movimento do corpo. O estudo identifica as melhores ligas e tem ainda como propósito avaliar o melhor filme fino para ser depositado sobre os implantes e protegê-los. Gobbi conta que, agora, a vontade é fazer o implante desde a formação da liga até o depósito do filme para que ele vire um produto.

Ele tem experiência com as etapas de venda. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), ele desenvolveu uma pesquisa que desencadeou no Reator Gerador de Flocos. A ferramenta une em um floco rejeitos líquidos que não podem ser descartados diretamente na natureza. A tecnologia foi produzida em escala industrial e usada por fábricas de carvão em Santa Catarina. Também foi usada em lava-jatos em Porto Alegre, para reutilizar a água de lavagens.

É com base nessas experiências que o engenheiro diz que sente falta de uma boa assessoria para os cientistas. “Reverter descobertas em algo acessível para as pessoas é uma forma de

Do laboratório ao mercado

Programa incentiva a transformação de teses científicas em soluções de negócios que beneficiam a sociedade. Pesquisadores avaliam as principais dificuldades enfrentadas por quem está no ramo

mudar a microcultura local. É ganhar consciência de que é possível fazer algo em cima das próprias ideias”, salienta Gobbi, que leciona engenharia de materiais na UnDF.

Obstáculos

O coordenador do Centro Interdisciplinar de Engenharias, Tecnologia e Inovação da Universidade do Distrito Federal (UnDF), Antonio Pereira Júnior, detalha que as principais barreiras enfrentadas por estudantes e pesquisadores ao tentar registrar uma patente ou abrir uma empresa a partir de uma descoberta científica são dificuldades burocráticas e culturais. “Entre os obstáculos burocráticos, destacam-se o desconhecimento sobre propriedade intelectual, a complexidade dos procedimentos, a definição de titularidade, os prazos prolongados e a necessidade de articulação entre diferentes setores institucionais”, explica.

Júnior identifica que, no aspecto cultural, a universidade prioriza a produção acadêmica tradicional, como publicações e atividades de ensino. No sentido de promover um ambiente favorável à inovação, a sugestão do coordenador é “fortalecer os núcleos de inovação tecnológica, simplificar processos internos e ampliar a formação em empreendedorismo científico”.

O professor de fisioterapia da UnB Rodrigo Carregaro, 47, esteve à frente do ensaio clínico para testar o uso da máscara Vesta, criação responsável por reter o vírus da covid-19 e reduzir a atividade do microorganismo. A inovação, desenvolvida pelas pesquisadoras Marcella Lemos e Graziella Joanitti na UnB, em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), foi explorada comercialmente por uma empresa de São Paulo. Carregaro destaca que a universidade atua como importante ponte no momento de entrar em contato com as empresas.

Atualmente, ele coordena o desenvolvimento de um aplicativo para ajudar no tratamento de pessoas com dor na lombar. Por meio de uma avaliação feita dentro da plataforma, médico e paciente vão ter acesso a uma intervenção mais personalizada, com acompanhamento por um fisioterapeuta. Assim, será possível implementar um programa de fisioterapia mais eficaz e adequado à condição de cada usuário. O objetivo é preencher lacunas no ramo da saúde digital. “Cresceram as ofertas de aplicativos, mas eu noto a falta de embasamento científico neles”, observa Carregaro.

Com potencial comercial, a ferramenta surge como uma maneira de dar autonomia a quem sofre de dor na lombar. Além da própria experiência com o processo de transformar teses científicas em negócios, Carregaro lida com estudantes que desenvolvem as próprias pesquisas. O professor avalia que há uma falta de estímulo ao longo da graduação, e de dedicação dos alunos na hora de realizar pesquisas em inovação, apesar de a universidade possuir uma estrutura que auxilia nesse processo. “Essa dificuldade talvez se deva à falta de engajamento para viabilizar futuros negócios”, aponta.

*Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso



VOCÊ ESCOLHE.
A CIDADE RECONHECE.

OS MELHORES SÃO PREMIADOS.

Agora vote em quem **representa a gastronomia brasiliense.**

PATROCÍNIO:
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

OFERECIMENTO:
Del Maipo

APOIO:
SEBRAE

REALIZAÇÃO:
CORREIO BRAZILIENSE

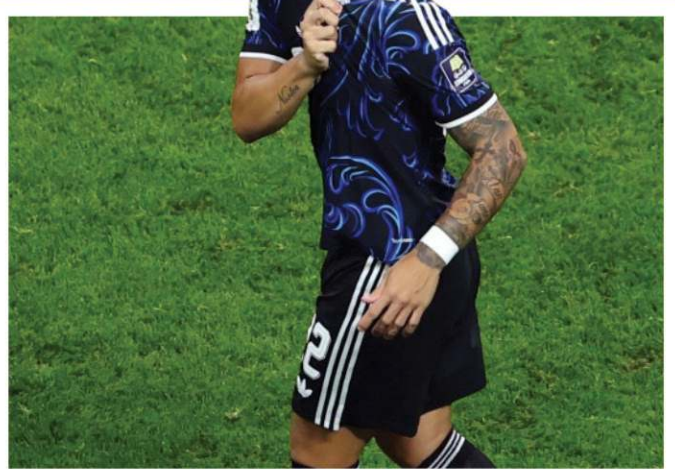
INSTITUTO CENÁRIO CULTURAL



SEMIFINAL  x 

Entre talento, raça e personalidade guerreira, Argentina vira nos acréscimos contra a Inglaterra, derruba mais um rival histórico e mantém vivo o sonho da quarta estrela

Pelear hasta la FINAL



Fotos: Thomas Ceev/AFP; Patrícia de Melo Moreira/AFP

Enzo Fernandez vibra o gol de empate após passe de Messi. Camisa 10 também foi o responsável pela assistência para Lautaro Martínez protagonizar a virada; atos de uma seleção acostumada a lutar até o final

VICTOR PARRINI
ENVIADO ESPECIAL

Atlanta — Nunca foi tão difícil eliminar a Argentina. Cabo Verde, Egito e Suíça advertiram a Inglaterra. Eles parecem em ritmo lento, mas não se dão por vencidos. São os hermanos do Velho Testamento, acostumados aos enredos dramáticos e a jogos resolvidos muito mais na raça do que na técnica, mesmo quando se tem o fora de série eleito oito vezes o melhor do planeta bola, Lionel Messi. Perdiam para os rivais ingleses até os 42 minutos do segundo tempo, quando Enzo Fernández chutou de fora da área e, enfim, venceu Pickford. Prorrogação? Que nada! Na base da raça, Lautaro Martínez saiu do banco para resolver e decretar a virada nos acréscimos, por 2 x 1.

Os gols são tributo ao astro Lionel Messi. O jogador, eleito o melhor do mundo oito vezes, terá um jogo para se despedir da Copa do Mundo. É que jogou. Terá a honra da terceira final da carreira, em 19 de julho, no MetLife Stadium, em Nova Jersey. O camisa 10 se iguala a Pelé e ultrapassa Maradona

como jogador com mais exhibições em finais de Copas: 2014, 2022 e 2026.

Aos 39 anos, Lionel Messi amplia o reinado. São 21 gols e 10 assistências em 33 partidas de Copa do Mundo, números que o transformam no maior artilheiro da história do torneio, um à frente do francês Kylian Mbappé. A classificação também coloca esta geração argentina em um grupo restrito. Os atuais campeões voltam a disputar duas finais consecutivas, repetindo o feito da própria Argentina de 1986 e 1990. Antes dela, apenas Itália (1934 e 1938), Brasil (1958 e 1962), Holanda (1974 e 1978) e França (2018 e 2022) haviam alcançado a marca.

O empate nasceu justamente dos pés de um argentino moldado pelo futebol inglês. Titular do Chelsea desde a Copa do Mundo de 2022, Enzo Fernández quase trabalhou com Thomas Tuchel em Londres. O volante já havia calibrado o chute ao longo da partida: mandou uma tentativa para fora e obrigou Jordan Pickford a fazer grande defesa minutos antes. Na terceira oportunidade, acertou em cheio de fora da área para recolocar a Argentina na semifinal.

	
INGLATERRA - 1	ARGENTINA - 2
Pickford; Reece James (Burni), Stones (Toney), Guéhi e Spence (Rashford); Rice (O' Reilly), Elliot Anderson e Bellingham; Rogers, Gordon (Konsa) e Harry Kane	E. Martínez; Molina (Montiel), Romero, Lisandro (Otamendi) e Tagliafico (Lautaro); Paredes (González), Simeoni (De Paul), Mac Allister e E. Fernández; Messi e J. Alvarez
Técnico: Thomas Tuchel	Técnico: Lionel Scaloni
Gols: Gordon, aos 10, Enzo Fernández, aos 40, e Lautaro Martínez, aos 47 do 2º tempo	
Cartões amarelos: Anderson (Inglaterra); Lisandro Martínez e Romero (Argentina)	
Público: 68.239 torcedores	Árbitro: Ismail Elfath (Estados Unidos)

"Este grupo nunca para de me surpreender, de verdade. "Somos únicos, de verdade, e não é arrogância, de coração. Essa gente (torcida) nos levou à vitória hoje"

Lionel Scaloni, técnico da Argentina

"Jogamos com a faca nos dentes. Sabíamos que era uma partida especial para a torcida, mas, para nós, era uma semifinal. Não vamos parar por aqui"

Dibu Martínez, goleiro da Argentina

O gol abriu a porteira. Emabalada, a Argentina passou a encurralar a Inglaterra. Jordan Pickford teve uma atuação digna de Gordon Banks, salvando a equipe em cabeçadas que pareciam destinadas às redes. Mas a pressão era insustentável. Depois de Mac Allister acelerar a jogada, Messi dominou pela direita e cruzou na medida para Lautaro Martínez marcar de cabeça. Eram cenas que remetiam ao Catar, de uma seleção acostumada a crescer justamente quando o cenário parecia mais adverso.

A Inglaterra tentou vencer a Argentina jogando como a própria Argentina. Durante mais de 80 minutos, distribuiu pontapés, deixou o braço, travou o jogo e respondeu na mesma moeda à intensidade física dos atuais campeões mundiais. A equipe de Thomas Tuchel abriu o placar, parecia perto de voltar à final da Copa depois de 60 anos, mas descobriu da maneira mais dura que ninguém sobrevive melhor ao caos do que os próprios argentinos.

A transformação inglesa não foi obra do acaso. Desde o início da Copa, Tuchel moldou uma seleção muito mais

resiliente do que talentosa. Sobreviveu com gol nos minutos finais na estreia do mata-mata, resistiu com um jogador a menos na vitória sobre o México, reagiu para eliminar a Noruega na prorrogação e, em Atlanta, encarou a Argentina sem se intimidar pelos 11 adversários nem pelos milhares de torcedores albicelestes que tomaram o Mercedes-Benz Stadium.

Também não deixa de ser simbólico que o gol tenha nascido de um herói improvável. Enquanto Messi, Kane e Bellingham monopolizavam as atenções, Anthony Gordon apareceu no lugar certo para concluir a jogada iniciada por um lançamento de Harry Kane, atuando como um legítimo camisa 10.

O apito final também soou como o fim de um capítulo para Thomas Tuchel. Contratado para romper paradigmas, o alemão viu escapar a chance de se tornar o primeiro técnico estrangeiro campeão do mundo à frente de outra seleção. A missão era dupla: quebrar um tabu quase centenário e conduzir a Inglaterra de volta à decisão pela primeira vez desde 1966. A Argentina adiou os dois sonhos na mesma noite.

SEMIFINAL



Centroavante não se abala com a reserva e se acostuma a ser decisivo após sair do banco nesta Copa do Mundo. Gol do 2 x 1 contra a Inglaterra repete momentos de fases anteriores

Lautaro, o operário argentino

VICTOR PARRINI
ENVIADO ESPECIAL

Atlanta — Lionel Messi continua sendo o gênio da Argentina. Lautaro Martínez aceitou ficar com o trabalho sujo. Reserva de luxo de Lionel Scaloni nesta Copa do Mundo, o atacante transformou o banco em ponto de partida para as classificações. Quando o camisa 10 desenha a jogada, sobra para o centroavante concluir a obra. Foi assim contra o Egito, ao dar a assistência para Enzo Fernández marcar o gol da vitória. Repetiu o roteiro diante da Suíça, ao fechar o triunfo por 3 x 1. E, na semifinal contra a Inglaterra, escreveu o capítulo mais importante da campanha ao colocar a Albiceleste na segunda final consecutiva, depois de um cruzamento de... Messi!

O protagonismo de Lautaro não nasceu por acaso. Titular da Argentina campeã do mundo no Catar, perdeu espaço para Julián Álvarez, que oferece mais mobilidade, pressão na saída de bola e intensidade sem a posse. Scaloni, porém, nunca abriu mão do camisa 22. Preferiu transformá-lo em uma arma para o segundo tempo, quando os zagueiros estão desgastados e os espaços aparecem com mais frequência. O plano funcionou. Lautaro deixou de ser apenas um reserva de luxo para se tornar o homem das classificações.

O papel de reserva nunca diminuiu a importância de Lautaro.

Pelo contrário. Aos 28 anos, o atacante vive boa fase. O gol da semi foi o 40º em 84 jogos pela Argentina, consolidando-o entre os principais artilheiros da história da seleção. Pela Internazionale, empilhou credenciais: levantou o Campeonato Italiano e participou de 28 gols, com 22 bolas na rede e seis assistências em 41 jogos. Chegou à Copa em alta. Sairá como o homem que resolveu quando necessário.

O gol contra a Inglaterra contou até com profecia. “Eu sonhei com isso. Falei com o Mac Allister que ia marcar um”, disse ‘El Toro’ após desempenhar, mais uma vez, um papel decisivo ao sair do banco de reservas. “No banco, eu disse ao Facu Medina que ia entrar e marcar. Desde a primeira vez que meu pai me comprou um par de chuteiras, sempre sonhei em marcar esse gol”, afirmou.

A decisão reserva um reencontro entre Lautaro Martínez e Luis de la Fuente. Em 2016, os dois estiveram frente a frente na final do Torneio de L’Alcúdia, na Espanha. A promessa abriu o placar, mas viu a Espanha sub-19 reagir, vencer por 3 x 1 na prorrogação e ficar com o título. Agora, o reencontro acontece em outro palco. O garoto que despontava chega como o homem das classificações argentinas. Do outro lado, Luis de la Fuente tenta transformar a geração que moldou nas categorias inferiores em campeã do mundo também entre os profissionais.

Jewel Samad/AFP



Titular na conquista da Copa do Mundo de 2022, Martínez perdeu a posição, mas não a importância no elenco

Festa inflama pelas Malvinas

“Las Malvinas son argentinas”. Eis as palavras escritas no cartaz usado por jogadores da Argentina para provocar a Inglaterra após virada histórica por 2 x 1, ontem, pela semifinal da Copa do Mundo, no Mercedes-Benz Stadium, em Atlanta, nos Estados Unidos.

Depois da classificação para a segunda final consecutiva da albiceleste – que é a atual campeã do torneio – diversos atletas estenderam cartaz que faz alusão à guerra travada entre os dois países em 1982. Eles o fizeram mesmo sabendo que a Fifa proíbe manifestações políticas como essa na Copa.

O reserva Giovanni Lo Celso pegou a faixa com os dizeres e, ao lado do zagueiro Lisandro Martínez, comemorou junto com o restante da equipe próximo aos torcedores. “As Malvinas sempre serão argentinas”, disse o meio-campista Leandro Paredes pouco depois. “Vencer é uma emoção incrível, por tudo o que isso desperta. Sabemos que é algo único para o nosso país, e espero que as pessoas estejam muito felizes”, ressaltou.

Na esfera política, a vice-presidente argentina, Victoria Villaruel, disse antes da partida que jogar “contra os ingleses é sempre algo a mais” e os classificou como “piratas usurpadores”.

ESPAÑA

Oyarzabal é "garantia" na final

MARCOS PAULO LIMA
PEDRO BUENO
ENVIADOS ESPECIAIS

Dallas — A postura tímida ao chegar à zona mista após ser decisivo diante da França contraria diretamente o que Mikel Oyarzabal faz dentro de campo. O atacante da Real Sociedad marcou o primeiro gol da vitória por 2 x 0 na semifinal e, mesmo sem “grife”, é um dos principais protagonistas da ida da Espanha à final da Copa do Mundo. É é nesse jogo que vale o bicampeonato mundial que o atleta de 29 anos já entrará com “um gol garantido”. Pelo menos é isso que o retrospecto do jogador aponta.

No domingo, às 16h, a Espanha enfrentará a Inglaterra, no MetLife Stadium, em East Rutherford, em Nova Jersey, pela final da Copa do Mundo. E a busca do bicampeonato passa pelos pés de Mikel Oyarzabal. Na edição de 2026, ele tem cinco gols e, mesmo estando um pouco distante da briga pela artilharia — Mbappé e Messi têm oito —, já igualou um recorde entre espanhóis.

O atacante da Sociedad se juntou a Emilio Butragueño e David Villa como os maiores artilheiros da Fúria em uma edição de Copa do Mundo com cinco bolas na rede — fez dois gols diante da Arábia Saudita e Áustria, e marcou uma vez contra a

Franck Fife/AFP



Atacante tem fama de marcar em finais disputadas na carreira

França. Inclusive, Oyarzabal só vê o campeão de 2010 à frente do ranking de goleadores gerais. É a carreira do camisa 21 dá indícios que ele se isolará como o segundo maior artilheiro da história da seleção, tendo em vista que ele sempre comemora um gol nas finais que disputou.

“Levamos a felicidade e o orgulho por dentro. Estamos imensamente felizes e orgulhosos do que estamos fazendo. Mas também essa calma e tranquilidade que temos é bom para o que vem. Obviamente

sabemos que estamos a um ‘passinho’ de conseguir algo histórico e que nenhum de nós tinha imaginado”, disse Mikel Oyarzabal ainda no AT&T Stadium.

Esse “passinho” deve contar com uma bola na rede do próprio atacante. Pelo menos é esse o “compromisso” de Oyarzabal. O atacante de 29 anos disputou seis finais na carreira – quatro pela seleção e duas pelo clube – e nunca passou em branco. São seis finais e seis gols. Um aproveitamento perfeito no quesito de não sentir a pressão e garantir uma bola na rede.

Jogador de um clube só, Oyarzabal participou dos dois títulos de elite da Real Sociedad no século 21: a Copa do Rei em 2021 e 2026. Em 18 de abril deste ano, inclusive, ele marcou um dos gols do empate por 2 x 2 com o Atlético de Madrid que foi seguido por triunfo nos pênaltis.

Já as outras quatro finais disputadas foram pela Espanha: Nations League em 2021 e 2025, Eurocopa em 2024 e Jogos Olímpicos em 2021. É verdade que foram três vezes – incluindo um para o Brasil, na Olimpíada de Tóquio –, mas o título da Eurocopa contou com um gol de Oyarzabal para garantir o título. Predeterminado? Imune à pressão de finais? A resposta final será no domingo no maior jogo da carreira do espanhol.

ENQUANTO ISSO, FORA DA COPA...

Botafogo x Santos

Na retomada da Série A do Campeonato Brasileiro, o Botafogo recebe o Santos, às 19h30, no Nilton Santos. Colados na zona intermediária da tabela, os clubes alvinegros miram a vitória para evoluir. A Record transmite.

Matheus Lima/Vasco



Vitor Silva/Botafogo



Vasco x Vitória

Com a estreia do técnico português Pedro Emanuel, o Vasco volta ao Campeonato Brasileiro diante do Vitória, às 19h30, no Barradão. Esta será a primeira chance para o time carioca tentar deixar o Z-4. O Premiere exibe ao vivo.

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES								
1º	Palmeiras	41	18	12	5	1	30	13
2º	Flamengo	34	17	10	4	3	31	16
3º	Fluminense	31	18	9	4	5	28	23
4º	Athletico-PR	30	18	9	3	6	24	18
5º	Bragantino	29	18	9	2	7	25	19
6º	Bahia	26	17	7	5	5	25	23
7º	Coritiba	26	18	7	5	6	24	24
8º	São Paulo	25	18	7	4	7	23	20
9º	Atlético-MG	24	18	7	3	8	22	23
10º	Corinthians	24	18	6	6	6	18	19
11º	Cruzeiro	24	18	6	6	6	24	28
12º	Botafogo	22	17	6	4	7	31	0
13º	Vitória	22	17	6	4	7	21	25
14º	Internacional	21	18	5	6	7	21	22
15º	Santos	21	18	5	6	7	26	29
16º	Grêmio	21	18	5	6	7	20	23
17º	Vasco	20	18	5	5	8	22	29
18º	Remo	18	18	4	6	8	21	29
19º	Mirassol	16	17	4	4	9	18	24
REBAIXADOS	20º	Chapecoense	9	17	1	6	10	17



AMBIENTAL

CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL



- DESINSETIZAÇÃO;
- DESRATIZAÇÃO;
- DESCUPINIZAÇÃO;
- CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
- LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
- LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.



(61) 3364-4050

UMA



Robert Pattinson, Lupita Nyong'o, Tom Holland, Anne Hathaway, Matt Damon, Charlize Theron e Zendaya: elenco que dá conta do mito grego

US\$ 250 milhões

É O ORÇAMENTO ESTIMADO DO FILME A ODISSEIA

AUTOR DE FITAS EMBLEMÁTICAS COMO *A ORIGEM* E *INTERESTELAR*, O CINEASTA BRITÂNICO CHRISTOPHER NOLAN ASSUME O DESAFIO DE ADAPTAR A *ODISSEIA*, DE HOMERO, ESTRELADA POR MATT DAMON E ANNE HATHAWAY

ÉPICA

» RICARDO DAEHN

Difícil imaginar algum limite visual ou narrativo para o longa *A Odisseia*, que propaga retumbantes expectativas: sob orçamento de US\$ 250 milhões, o mesmo diretor de *Oppenheimer* e *Batman: o Cavaleiro das Trevas*, Christopher Nolan, comanda a saga de Odisseu (vivido por Matt Damon) exposta no mitológico texto de Homero. Com um elenco estelar, Nolan, por mais de meio ano, esteve em filmagens por Marrocos, Grécia, Itália, Islândia, Malta (no Mediterrâneo) e Escócia, e ainda por parte do Saara Ocidental. Vale a lembrança de que, há três anos, com o vencedor do Oscar de melhor filme, *Oppenheimer*, o cinema de Nolan respondeu por renda de, praticamente, US\$ 1 bilhão.

Repleto de carga pessoal, o filme já atravessou polêmicas — uma das maiores referente à seleção de Lupita Nyong'o para dar vida a Helena de Troia, herdeira de Zeus e Leda (nascida a partir da eclosão de um ovo). Entre detratadores prévios esteve Elon Musk. Foi Lupita quem revidou, comediada: "Nosso elenco reflete o mundo. Não vou perder meu tempo pensando em uma defesa. As críticas existirão e são inevitáveis". Ao jornal britânico *The Telegraph*, o cineasta complementou: "Há conversas que despontam antes de as pessoas assistirem ao filme, e elas são irrelevantes, pois ainda vêm sem visão de conteúdo".

Contribuição vital da Grécia Antiga ao campo literário, o poético *A Odisseia* resgata o miolo da Guerra de Troia, aposta na crise individual de Odisseu, apartado da irrepreensível esposa Penélope e do filho Telêmaco, que, aos poucos perde a inocência. Também filial é a relação entre Poseidon (entidade associada ao mar) e Polifemo, monstruoso ser de um só olho, o Ciclope. Sereias, feiticeiras e guerreiros estamparão as

telas, no filme de quase três horas que traz talentos como os de Tom Holland, Bill Irwin e Anne Hathaway. "Honrar" o texto original veio como dever de casa para Nolan, que, no campo técnico contou com profissionais como Ludwig Göransson (trilha sonora) e Jennifer Lame (montagem). A esposa e produtora Emma Thomas também esteve na produção, bem como o diretor de fotografia holandês Hoyte van Hoytema.

A reboque de vistosos figurinos e de elaborados efeitos visuais, desfilam reconhecidos astros de cinema como Mia Goth, John Leguizamo e Jon Bernthal. Resistente ao uso da Inteligência Artificial (para além de "ferramentas de imagem") no seu cinema, Nolan persegue o uso de talentos palpáveis, como Zendaya, na pele da deusa estrategista Atena; Samantha Morton como a feiticeira acolhedora Circe e Charlize Theron encarando a possessiva ninfa Calipso. Na adaptação do épico grego, Antínoo cabe à interpretação de Robert Pattinson, antagonista que investe em Penélope e no reinado de Ítaca. Sempre associado ao drama *Juno*, o ator trans Elliot Page, no novo filme, dá vida ao batalhador, mas pueril Sinon.

Adepto da intenção de imprimir toques pessoais na nova versão para a leitura de Homero, Nolan, intimamente associado a filmes instigantes, vide *Annésia*, *A origem* e *Interestelar*, defendeu em entrevista à AFP a valorização da aposta em formas de narrativa "táteis e reais". Vestígios de fatos

teriam inspirado Homero, que no século VIII a.C., teria se fixado em eventos transcorridos há mais de 400 anos para os registros, "algo romantizados" (à época), pelo que já analisou o diretor. Admirador confesso de talentos da última safra dos meios virtuais, entre os quais Curry Barker e Kane Parsons ("estão se apropriando da linguagem e fazendo o meio do cinema avançar"), o cineasta, por sua vez, não é grande encorajador do recurso da inteligência artificial, pelo que contou a AFP, com certo lacer: "a ideia de que ela (a IA) substitua totalmente os seres humanos e a criatividade das pessoas é, para mim, um absurdo".

Fluente em elementos recorrentes no cinema de Nolan, como crises e reafirmação de identidade, *A Odisseia* despontou, pelo que relatou o diretor, na lacuna sentida nos filmes de ação algo ambiciosos dos anos de 1950 e 1960, alimentados pela mitologia grega. Nisso, para a imprensa internacional, junto com certa aversão à tecnologia, Christopher Nolan comentou da inclinação para os truques de um arsenal cinematográfico menos elaborado. Na ocasião, citou a piscadela para um filme de Desmond Davis, o clássico oitentista *Fúria de Titãs*, que contou com manipulação de bonecos e efeitos ópticos, a cargo do lendário técnico em animação Ray Harryhausen, morto há 13 anos.

Cenas de tempestade, uma olhadela no plano dos mortos, gerido por Hades, a presença de gigante e ainda da feiticeira Circe (Samantha Morton) prometem desafiar os nervos dos espectadores, entre mágicas e imagens violentas. Ciente de seu potencial de impacto, Christopher Nolan sentenciou, frente às criações e espíritos lúdicos: "Vejo cada filme que faço como se fosse o último que farei — e um dia estarei certo. Quero que cada filme encerre tudo".

Fotos: Melinda Sue Gordon/Universal Pic/Melinda Sue Gordon



Anne Hathaway e Tom Holland: elenco recheado de astros e estrelas



A Odisseia, de Christopher Nolan, adapta o clássico de Homero para os cinemas

Matt Damon dá um brilho incrementado à interpretação de Odisseu





Venda de imóveis sem registro pode gerar responsabilização criminal

Maria Eduarda Lavocat

Uma decisão recente da Vara Criminal da Comarca de Itapema (SC) acendeu um alerta sobre uma prática que preocupa o mercado imobiliário: a divulgação e a comercialização de empreendimentos antes do registro do memorial de incorporação.

Em junho de 2026, a Justiça condenou criminalmente um empresário por anunciar e oferecer à venda unidades de um empreendimento antes da realização do registro obrigatório. Segundo o magistrado, a simples divulgação e oferta pública de imóveis sem o prévio registro do memorial de incorporação já configura o crime previsto no artigo 65 da Lei nº 4.591/1964 (Lei de Incorporações).

Na fundamentação da sentença, o juiz ressaltou que o registro prévio do memorial de incorporação não constitui mera formalidade burocrática. Segundo a decisão, o procedimento é essencial para garantir transparência, segurança jurídica nas negociações e proteção aos consumidores, além de assegurar a concorrência leal entre as incorporadoras, impedindo que empresas obtenham vantagem competitiva ao iniciar as vendas antes de cumprir todas as exigências legais.

A decisão catarinense repercute, agora, no DF, onde o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) conduz uma investigação instaurada após a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF) alegar que algumas empresas estariam promovendo empreendimentos sem o devido registro do memorial de incorporação. A instituição avalia que o precedente reforça o entendimento de que a prática é ilegal, podendo influenciar a apuração do caso.

Por meio de uma notícia-crime, protocolada em 22 de maio de 2026 junto à procuradoria-geral de Justiça do DF, a Ademi-DF comunicou a suposta comercialização de lotes e unidades do empreendimento “Reserva Jardim”, localizado no Setor Habitacional Tororó, sem o registro do parcelamento do solo e do memorial de incorporação na matrícula do imóvel (Matrícula nº 151.220 do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal).

Na representação, a entidade aponta, em tese, a prática dos crimes previstos no artigo 50, incisos I e III, e parágrafo único, da Lei nº 6.766/1979, relativos ao parcelamento clandestino do solo urbano; a violação ao dever de informação adequada ao consumidor, com potencial captação de poupança

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



popular à margem dos procedimentos legais; e a necessidade de apuração da eventual responsabilidade da empresa proprietária da área e dos corretores envolvidos na divulgação do empreendimento.

Segundo a Ademi-DF, o objetivo da representação é restabelecer a legalidade e impedir a continuidade da oferta do empreendimento até que sejam comprovadas sua regularidade urbanística, ambiental e registral.

O que é o memorial de incorporação?

A assessora jurídica da Ademi-DF, Rafaella de Freitas, explica que o memorial de incorporação consiste em um conjunto de documentos técnicos, jurídicos e financeiros que reúne, entre outros elementos, o projeto arquitetônico aprovado, o memorial descritivo da obra e demais documentos exigidos pelo artigo 32 da Lei nº 4.591/1964. Segundo ela, toda essa documentação deve ser registrada na matrícula do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis antes do início da comercialização das unidades.

A norma estabelece que o incorporador somente pode vender ou onerar futuras unidades autônomas após o registro do memorial de incorporação. Além disso, o parágrafo 3º determina que o número desse registro conste

obrigatoriamente em anúncios, materiais publicitários, propostas e contratos relacionados ao empreendimento. “Trata-se de condição de existência jurídica da própria oferta”, resume.

De acordo com a advogada, a comercialização de imóveis sem o registro do memorial de incorporação pode gerar riscos jurídicos, econômicos e informacionais aos consumidores. No aspecto jurídico, o comprador negocia uma unidade que ainda não possui existência registral individualizada, situação que pode dificultar financiamentos, impedir o registro da aquisição e até gerar questionamentos sobre a validade do contrato.

Sob o ponto de vista econômico, existe o risco de antecipação de pagamentos sem a proteção conferida pelo registro imobiliário, deixando o adquirente mais vulnerável a problemas como dupla venda, penhoras, insolvência da incorporadora e disputas judiciais envolvendo o empreendimento.

Já no campo informacional, a ausência do registro impede que o consumidor tenha acesso a dados essenciais sobre a situação jurídica do imóvel, como ônus, servidões, ações judiciais e restrições urbanísticas ou ambientais que passariam a constar da matrícula após o registro.

Para Rafaella, a sentença da Vara Criminal de Itapema representa um importante precedente para o mercado imobiliário. No caso, o

administrador da incorporadora foi condenado a um ano de reclusão, em regime inicialmente aberto — pena posteriormente substituída por prestação pecuniária equivalente a 30 salários mínimos —, além do pagamento de multa correspondente a cinco salários mínimos e indenização de R\$ 100 mil por danos morais coletivos.

Na avaliação da Ademi-DF, o precedente catarinense tende a influenciar a atuação dos órgãos de fiscalização e controle no Distrito Federal por interpretar uma lei federal aplicável em todo o país.

Para Rafaella, o julgamento representa um avanço na proteção dos consumidores e na promoção da segurança jurídica do mercado imobiliário, ao reforçar que o cumprimento das exigências registrais constitui requisito indispensável para a oferta de empreendimentos imobiliários.

Impactos para o mercado

Além dos riscos individuais aos compradores, Rodrigo Nogueira, diretor da área de imobiliária e expansão de mercado da Ademi-DF, avalia que a comercialização de empreendimentos sem o devido registro compromete a credibilidade de todo o mercado imobiliário. “O impacto é sistêmico e vai muito além da concorrência desleal. Cada empreendimento comercializado sem o devido registro que resulta em obras paralisadas, cancelamentos, disputas judiciais ou prejuízos aos compradores compromete a confiança do consumidor não apenas naquele projeto, mas no mercado imobiliário como um todo”, afirma.

Na avaliação do diretor, a ausência de fiscalização efetiva ao longo dos anos contribuiu para o surgimento de ocupações irregulares no Distrito Federal, como Vicente Pires e, mais recentemente, o Setor Habitacional 26 de Setembro. “Nesses casos, não foram observadas todas as etapas previstas na legislação nem respeitados os parâmetros urbanísticos e ambientais, o que exigiu processos de regularização anos depois”, afirma.

Ele acrescenta que os prejuízos extrapolam o mercado imobiliário. “Empreendimentos implantados de forma irregular podem provocar danos ambientais, gerar insegurança jurídica para os compradores e deixar de realizar as contrapartidas urbanísticas e de infraestrutura exigidas pela legislação. São investimentos essenciais para garantir crescimento urbano sustentável, adequada prestação de serviços públicos e qualidade de vida para a população”.

Entrevista: Desembargador Alfeu Gonzaga Machado, ouvidor-geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)

“A Justiça precisa ouvir, dialogar e evoluir a partir das necessidades da sociedade”

Ana Maria Campos

À frente da Ouvidoria-Geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), o desembargador Alfeu Gonzaga Machado inicia a gestão no biênio 2026-2028 com a proposta de fortalecer a escuta do cidadão e transformar as manifestações recebidas em inteligência para aperfeiçoar os serviços do Judiciário. Em entrevista ao *Correio*, o novo ouvidor-geral fala sobre transformação digital, uso ético da inteligência artificial, transparência, acesso à informação e os desafios de aproximar ainda mais o Tribunal da sociedade, sem abrir mão da humanização no atendimento.

O senhor assume a Ouvidoria em um momento de transformação digital. Quais serão suas prioridades nos primeiros meses de gestão?

Assumo a Ouvidoria em um momento especialmente promissor para o Tribunal. O Plano de Administração do biênio 2026-2028 elegeu a excelência no atendimento como eixo estruturante da gestão e definiu diretrizes voltadas à modernização dos canais de atendimento, à melhoria contínua da experiência do usuário, ao aprimoramento da linguagem institucional e à ampliação do acesso à Justiça por meio da inovação e da transformação digital. A Ouvidoria está naturalmente inserida nesse contexto e tem muito a contribuir para a concretização desses objetivos. Minha prioridade será fortalecer uma Ouvidoria que, sem perder sua vocação de escuta qualificada, atue cada vez mais como instrumento de inteligência institucional. As manifestações dos cidadãos não representam apenas demandas individuais; constituem uma fonte estratégica de informações sobre a qualidade dos serviços prestados, o que permite identificar oportunidades de aperfeiçoamento, antecipar necessidades e subsidiar decisões voltadas à melhoria contínua da prestação jurisdicional e administrativa. Essa visão está em plena sintonia com o PLABI, que prioriza o fortalecimento da gestão estratégica da informação e da inteligência institucional como suporte à tomada de decisão. Também pretendo impulsionar a evolução dos canais de atendimento por meio do aproveitamento do potencial das novas tecnologias e do uso ético e responsável da IA para tornar os serviços mais acessíveis, ágeis e eficientes.

Divulgação/TJDFT



“Ouvir o cidadão é essencial, mas o verdadeiro compromisso da Ouvidoria é fazer com que essa escuta gere resultados concretos para a sociedade”

Como essas ferramentas poderão ajudar?

Essas ferramentas poderão auxiliar na identificação de padrões, na qualificação das respostas e na melhoria da experiência do usuário, sempre com respeito à proteção de dados, à transparência e aos princípios que orientam a atuação do Poder Judiciário. Mas faço questão de destacar que inovação e humanização caminham juntas. A tecnologia deve simplificar processos e ampliar o acesso à Justiça, jamais substituir a escuta, o acolhimento e o discernimento humano. O

verdadeiro desafio é utilizar a transformação digital para aproximar ainda mais o Tribunal do cidadão, ao tornar o atendimento cada vez mais eficiente, inclusivo e resolutivo.

Pretende tornar a Ouvidoria mais acessível e conhecida pela população? Qual será a estratégia?

A acessibilidade começa pela confiança, e a confiança nasce do conhecimento. O cidadão precisa conhecer a Ouvidoria, compreender sua finalidade e acreditar que sua manifestação será efetivamente considerada.

Por isso, uma das prioridades desta gestão será ampliar a divulgação dos canais de atendimento, inclusive com a produção de conteúdos audiovisuais voltados aos públicos interno e externo, investir em comunicação e em linguagem simples, além de fortalecer a presença da Ouvidoria nas ações institucionais do Tribunal. O cidadão só participa quando sabe onde encontrar orientação e percebe que sua voz faz diferença. Tornar a Ouvidoria mais acessível significa aproximá-la da sociedade, ampliar sua visibilidade e consolidá-la como um espaço legítimo de diálogo, em que cada manifestação é acolhida com atenção e pode contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Judiciário. Também é importante ampliar a compreensão sobre o verdadeiro papel da Ouvidoria. Muitas pessoas ainda a associam exclusivamente ao recebimento de reclamações. Na realidade, ela é um canal permanente de relacionamento com o cidadão, que recebe sugestões, elogios, denúncias, pedidos de informação e, sobretudo, transforma essas manifestações em oportunidades de aperfeiçoamento institucional. Ouvir o cidadão é essencial, mas o verdadeiro compromisso da Ouvidoria é fazer com que essa escuta gere resultados concretos para a sociedade.

Quais são, hoje, as principais demandas que chegam à Ouvidoria e o que elas revelam sobre a relação do cidadão com o Judiciário?

Os dados da Ouvidoria revelam uma mudança interessante no perfil das manifestações recebidas e, consequentemente, na forma como o cidadão se relaciona com o Judiciário. As reclamações continuam representando a maior parcela das manifestações, o que é natural em um canal voltado à escuta e ao aperfeiçoamento dos serviços públicos. Entretanto, o seu conteúdo vem mudando ao longo dos últimos anos. Tradicionalmente, grande parte das reclamações estava relacionada à morosidade processual. Hoje, esse já não é o principal foco de insatisfação. Em 2025, as demandas passaram a concentrar-se, sobretudo, em procedimentos judiciais e serviços digitais, como questões relacionadas ao acesso aos sistemas. Essa mudança não significa, necessariamente, um aumento de problemas na atividade jurisdicional. Em boa medida, reflete o próprio processo de transformação digital vivido pelo Tribunal. A implantação de novos mecanismos de segurança para acesso aos sistemas e a adoção

de novas plataformas exigiram um período de adaptação dos usuários, o que resultou em dúvidas e maior demanda por orientação durante essa transição.

O que esse cenário demonstra?

Esse cenário demonstra que o cidadão está cada vez mais inserido no ambiente digital do Judiciário e mais atento à qualidade da experiência que vivencia ao utilizar os serviços do Tribunal. Também evidencia a evolução da própria Ouvidoria, que deixa de ser percebida apenas como um canal de manifestações e se consolida como uma unidade de relacionamento entre o Tribunal e a sociedade. Além de orientar o cidadão e assegurar o adequado tratamento das demandas, a Ouvidoria transforma as informações produzidas nesse relacionamento em conhecimento para a Administração, a fim de identificar oportunidades de melhoria, aperfeiçoar processos e fazer com que a transformação digital seja acompanhada de serviços cada vez mais acessíveis, eficientes, humanizados e centrados nas necessidades do cidadão.

Como transformar as reclamações recorrentes em mudanças efetivas na prestação dos serviços do TJDF?

Essa talvez seja a maior contribuição que uma Ouvidoria pode oferecer à administração. A manifestação individual merece toda atenção. Mas, quando analisamos milhares de manifestações em conjunto, conseguimos identificar padrões, gargalos e oportunidades de aperfeiçoamento que dificilmente seriam percebidos por outros mecanismos de gestão. O TJDF possui excelentes exemplos desse trabalho. Sugestões e reclamações apresentadas pelos cidadãos já contribuíram para melhorias no Processo Judicial Eletrônico, a revisão de procedimentos administrativos, alterações normativas e o aperfeiçoamento de diversos serviços prestados pelo Tribunal. Minha intenção é fortalecer ainda mais essa atuação analítica por meio da inteligência de dados, de modo a apoiar a tomada de decisões e contribuir para uma gestão cada vez mais orientada por evidências.

Em tempos de crescente cobrança por transparência, qual é o papel da Ouvidoria para fortalecer a confiança da sociedade no Judiciário?

A confiança nas instituições públicas depende, cada vez mais, da capacidade de ouvir, prestar contas e demonstrar que as manifestações recebidas produzem resultados. Mas ela também passa pela forma como a instituição se relaciona com o cidadão, compreende suas necessidades e responde às suas expectativas. Esse talvez seja um dos maiores desafios do Poder Judiciário atualmente. Nesse contexto, a Ouvidoria exerce um papel essencial. Além de receber manifestações, ela é responsável pela transparência ativa e passiva do Tribunal, garantindo o direito de acesso à informação

"Acredito que a confiança não se conquista apenas pela qualidade das decisões judiciais. Ela também se constrói pela forma como a instituição acolhe o cidadão, dialoga com a sociedade e demonstra, na prática, que ouvir as pessoas faz diferença. É esse o compromisso que pretendo fortalecer à frente da Ouvidoria"

"A melhor tecnologia é aquela que amplia nossa capacidade de servir às pessoas, fortalece a confiança na Justiça e permite que magistrados e servidores dediquem menos tempo às tarefas repetitivas e mais tempo ao que realmente importa: as pessoas e a entrega de uma prestação jurisdicional cada vez mais célere, qualificada e humanizada"

por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e contribuindo para que as informações de interesse público sejam disponibilizadas de forma clara, acessível e útil à sociedade. A transparência prevista no artigo 37 da Constituição Federal não se resume à divulgação de dados; ela exige que o cidadão compreenda a atuação da administração e tenha condições efetivas de acompanhar e participar dela. Da mesma forma, ouvir não significa apenas receber manifestações.

O que significa?

Significa compreender como as pessoas vivenciam os serviços do Tribunal e utilizar essa percepção para aperfeiçoá-los. É justamente essa visão de relacionamento que buscamos fortalecer. A Ouvidoria deixa de ser vista apenas como um canal para reclamações e se consolida como uma ponte permanente entre o Tribunal e a sociedade. Ao orientar, esclarecer dúvidas, promover o acesso à informação e transformar essas interações em conhecimento para a administração, a Ouvidoria contribui para uma

Justiça cada vez mais transparente, acessível e próxima das pessoas. Acredito que a confiança não se conquista apenas pela qualidade das decisões judiciais. Ela também se constrói pela forma como a instituição acolhe o cidadão, dialoga com a sociedade e demonstra, na prática, que ouvir as pessoas faz diferença. É esse o compromisso que pretendo fortalecer à frente da Ouvidoria.

O senhor acredita que a inteligência artificial mudará mais profundamente o atendimento ao público ou a própria forma de administrar a Justiça?

Acredito que ela transformará ambos, mas talvez seu impacto mais profundo esteja na forma de administrar e prestar a Justiça. Estamos diante de uma mudança semelhante à que a informatização dos processos representou anos atrás, só que agora com capacidade muito maior de apoiar a tomada de decisões, organizar informações e aumentar a eficiência da atuação institucional. Na atividade jurisdicional, a IA já demonstra seu potencial ao auxiliar magistrados e servidores em tarefas que demandam grande esforço operacional, como pesquisa de precedentes, organização de informações, elaboração de minutas e produção de documentos. O uso de ferramentas como o Microsoft Copilot e de outras soluções tecnológicas permite reduzir o tempo dedicado a atividades repetitivas, aumentar a produtividade e liberar os profissionais para aquilo que nenhuma tecnologia é capaz de substituir: a análise jurídica, o julgamento e a tomada de decisões. Na gestão administrativa, os impactos também serão muito significativos. A IA permitirá analisar, em poucos minutos, grandes volumes de informações produzidas diariamente pelos diversos canais de relacionamento com o cidadão. Associada à integração dos canais de atendimento e à consolidação das informações em um ambiente único, ela ampliará nossa capacidade de identificar padrões de comportamento, antecipar demandas recorrentes, compreender melhor as necessidades dos usuários e oferecer aos gestores informações qualificadas para decisões baseadas em evidências. Isso representa uma mudança importante: passamos de uma gestão predominantemente reativa para uma gestão cada vez mais preventiva, inteligente e orientada por dados.

E na relação direta com o público?

No atendimento ao público, os benefícios também serão expressivos. A tecnologia permitirá respostas mais rápidas para demandas repetitivas, maior disponibilidade dos serviços, melhor direcionamento dos cidadãos e uma experiência mais simples ao longo de toda a sua jornada de relacionamento com o Tribunal. Mas faço sempre uma ressalva importante. A IA é uma poderosa ferramenta de apoio, jamais um substituto da inteligência humana. Julgamento, empatia, responsabilidade e ética continuarão

sendo atributos essencialmente humanos. A melhor tecnologia é aquela que amplia nossa capacidade de servir às pessoas, fortalece a confiança na Justiça e permite que magistrados e servidores dediquem menos tempo às tarefas repetitivas e mais tempo ao que realmente importa: as pessoas e a entrega de uma prestação jurisdicional cada vez mais célere, qualificada e humanizada.

Há alguma experiência de outros tribunais ou órgãos públicos que pretende adaptar ao TJDF?

Naturalmente acompanharemos essas iniciativas e buscaremos incorporar as soluções que possam agregar valor ao TJDF. No entanto, mais do que adaptar experiências de outros órgãos, o próprio Tribunal tem contribuído para a inovação do Judiciário brasileiro. Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estamos desenvolvendo o Módulo de Tratamento do Sistema Nacional de Ouvidorias de Justiça (Ouvjus), solução que será disponibilizada para utilização pelos tribunais de todo o país, no âmbito da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPI). Essa construção colaborativa, vinculada ao Programa Justiça 4.0, permitirá padronizar e modernizar o tratamento das manifestações nas ouvidorias, fortalecendo a atuação de todo o Poder Judiciário.

Qual legado o senhor pretende deixar na Ouvidoria?

Espero contribuir para consolidar uma Ouvidoria cada vez mais integrada à governança do TJDF e reconhecida como a principal unidade de relacionamento entre o Tribunal e a sociedade. Uma Ouvidoria que não apenas receba manifestações, mas que compreenda a experiência do cidadão, transforme essa percepção em conhecimento para a administração e contribua para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados pelo Judiciário. Vivemos um momento em que a transformação digital amplia enormemente nossa capacidade de conhecer as necessidades dos usuários, identificar oportunidades de melhoria e tomar decisões baseadas em evidências. A integração dos canais de atendimento, associada ao uso ético e responsável da IA, permitirá que cada interação do cidadão com o Tribunal gere informações qualificadas para o aperfeiçoamento dos serviços e para uma gestão cada vez mais inteligente, preventiva e centrada nas necessidades da sociedade. Se, ao final da gestão, a Ouvidoria estiver mais próxima das pessoas, com o relacionamento entre o Tribunal e a sociedade fortalecido, uma cultura de escuta ativa, transparência e inovação consolidada e um atendimento cada vez mais acessível, eficiente e humanizado, entenderei que cumprimos nossa missão. Acredito que uma Justiça forte não é apenas aquela que decide com qualidade. É também aquela que sabe ouvir, dialogar e evoluir continuamente a partir das necessidades da sociedade. É esse o legado que espero ajudar a construir.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Soldado que matou cabo do Exército será julgado pelo Tribunal do Júri, segundo decisão de pronúncia

Saiu a decisão de pronúncia do feminicídio praticado pelo soldado Kelvin Barros da Silva, 21 anos, contra a cabo Maria de Lourdes Freire Matos, 25, em dezembro de 2025, dentro do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, no Setor Militar Urbano, em Brasília. O militar, segundo a pronúncia, será julgado pelo Tribunal do Júri de Brasília por feminicídio agravado por duas circunstâncias: meio cruel e dificuldade de defesa da vítima, e ocultação do cadáver. A denúncia do promotor de Justiça Leonardo Jubé foi recebida integralmente. A pena pode chegar a 63 anos.



Jovem estudiosa e tranquila

Segundo a pronúncia, a cabo Maria de Lourdes era uma jovem de complexão delicada, bem menor do que seu algoz. Ela tinha a função de música da banda (fanfarra), e é descrita como estudiosa, tranquila, religiosa, humilde, de bom trato e sorriso fácil. No momento do crime, o soldado Kelvin Barros da Silva já não estava em serviço e, predisposto à violência, foi à sala onde Maria de Lourdes estava estudando. Então, pegou uma faca e desferiu-lhe dois golpes no pescoço, um do lado esquerdo e o fatal do lado direito, onde deixou cravada a faca, tamanha a violência do golpe. Era uma faca grande, com cerca de 30 cm de comprimento e 4,5 cm de largura. Depois, antes mesmo de certificar se a vítima já estava morta, o soldado ateou fogo ao local, utilizando um isqueiro que havia tomado emprestado de um colega, segundo aponta a pronúncia.

Prisão

Na pronúncia, o juiz Heversom D'Abadia Teixeira Borges manteve a prisão preventiva do soldado Kelvin Barros da Silva. Da pronúncia, ainda cabe recurso. A defesa do militar aponta legítima defesa.

Carlos Felipe/STJ



Câmara aprova regulamentação do filtro de relevância de recurso no STJ

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3085/26, que regulamenta o chamado filtro de relevância de recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que está previsto Emenda Constitucional 125/2022. O dispositivo estabeleceu que, no recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, para que a admissão do recurso seja examinada pelo STJ. O projeto segue para sanção do presidente Lula.

Impacto relevante

Pelo projeto, quem recorre ao STJ deve demonstrar impacto relevante social, econômico, político ou jurídico que ultrapasse o interesse subjetivo das partes envolvidas. O texto que altera o Código de Processo Civil (CPC) prevê que o relator do recurso no STJ suspenda por seis meses, total ou parcialmente, todos os processos pendentes sobre o assunto em questão. O filtro é semelhante ao da repercussão geral do recurso extraordinário aplicado pelo Supremo Tribunal Federal.

"As emendas são vinculadas ao propósito exclusivo de os representantes poderem atender aos seus representados, e não para acordos ilícitos avessos ao mundo da boa política, posto que se integram ao universo do direito penal. Essa distinção é essencial para os que valorizam a atividade política e a querem ver verdadeiramente fortalecida"

Rosinei Coutinho/STF



Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Posse marcada

A posse da procuradora Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza como desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) será realizada em 5 de agosto, às 16h. Selma foi nomeada pelo presidente Lula para vaga do quinto constitucional do Ministério Público aberta com a morte do desembargador Mauricio Miranda em janeiro.

Ed Ferreira



Referência na infância e na área criminal

Ao longo de 36 anos no Ministério Público do DF, Selma Sauerbronn construiu uma carreira voltada para a defesa dos direitos da infância e da juventude. Durante 19 anos, integrou as Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, e hoje é uma referência nacional na área. Quando foi promovida ao cargo de procuradora de Justiça, passou a atuar na 9ª Procuradoria de Justiça Criminal. Na vice-procuradoria-geral de Justiça Jurídico-Administrativa, atuou nas últimas seis gestões.

Visão do Direito

**Kátia Arruda**
Conselheira do CNJ e
ministra do TST**Cristine Helena**
Mestre em direito e
assessora no CNJ**Paulo Rená**
Doutor em direito e
assessor no CNJ

O CNJ e a proteção da infância na era dos algoritmos

Nos anos 1990, o debate sobre a atividade infantil artística se limitava aos bastidores de poucos e grandes estúdios de televisão. Mas o advento da sociedade da informação trouxe o risco de qualquer casa se transformar em um cruel espaço de exploração da imagem de crianças e adolescentes. Sob a sedução da “fama fácil” e da monetização algorítmica, o mundo digital potencializou a comunicação social, inclusive para possíveis danos graves ao melhor interesse desse público, como a superexposição, a perda de privacidade e a mercantilização precoce de personalidades em desenvolvimento.

Frente a essa complexidade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cumpre um papel de vanguarda ao definir padrões procedimentais para a Justiça brasileira. O CNJ deu sequência à regulação das plataformas digitais inaugurada pelo Marco Civil da Internet, retomada pelo Supremo Tribunal Federal em junho de 2025 e consolidada pelo recente ECA Digital. Com a aprovação da Resolução nº 687, o Conselho unifica e sistematiza os parâmetros para

a expedição de alvarás judiciais de autorização para o exercício de atividades artísticas por crianças e adolescentes. Evita a pulverização de critérios discrepantes pelo país e ergue barreiras sólidas contra abusos.

Da Resolução aprovada pelo Plenário do CNJ, destacam-se três aspectos. Primeiro, a exclusão do enquadramento da publicidade como atividade artística. Segundo, o aprimoramento da proteção a crianças e adolescentes, ao compatibilizar a Resolução com o arcabouço normativo vigente, nacional e internacional, mediante a ampliação dos princípios para o enfrentamento ao trabalho infantil, com destaque para o combate às suas piores formas (Lista TIP). E, terceiro, a exigência de condições obrigatórias que devem constar no alvará para a realização da atividade artística e para a monetização e impulsionamento de imagem ou rotina da criança e adolescente.

Ainda, a nova norma acolheu aportes técnicos, jurídicos e políticos oferecidos por distintos Conselheiros e Conselheiras do

CNJ. Ela consolidou que a livre expressão e a manifestação artística infantojuvenil são direitos plenamente harmônicos com a prioridade absoluta e com a proibição ao trabalho infantil, desde que resguardados os direitos previstos no artigo 227 da Constituição Federal e nas Convenções nº 138 e nº 182 da Organização Internacional do Trabalho. A atividade artística legítima é uma situação excepcionalíssima e condicionada, que jamais se confunde com a comunicação mercadológica, a publicidade ou a promoção comercial.

Representações artísticas individualmente autorizadas não guardam nenhuma semelhança com o trabalho de crianças e adolescentes em propagandas destinadas à comercialização de bens, produtos e serviços. Até mesmo o CONAR, no âmbito da autorregulamentação da Publicidade, impõe restrições severas que rechaçam o caráter artístico da publicidade. O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária proíbe expressamente “empregar crianças e adolescentes como modelos para vocalizar

apelo direto, recomendação ou sugestão de uso ou consumo”.

Como bem adverte o Protocolo para Atuação e Julgamento com Perspectiva da Infância e Adolescência do CSJT, salvaguardar as crianças de serem público alvo de ações de marketing (conforme a Resolução nº 163/2014 do Conanda) implica também impedir que elas próprias protagonizem tais peças publicitárias. A despeito do público-alvo, a presença infantil “vende” a falsa ideia de que o trabalho precoce não seria prejudicial.

Com critérios rigorosos para a concessão de alvarás, o CNJ padroniza procedimentos e concretiza o paradigma da proteção integral. O Estado brasileiro reafirma sua responsabilidade internacional e nacional de zelar pelo desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Em tempos de curtidas, engajamentos e monetizações, a infância não pode ser convertida em mercadoria. A nova Resolução nº 687 do CNJ nos lembra de que o melhor interesse deve sempre prevalecer sobre o mercado e as métricas das plataformas digitais.

Visão do Direito

**Daniel Lopes Amaral**

Advogado e atualmente secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Representação do Governo de Mato Grosso em Brasília

Lei 7.899/2026: um passo decisivo para a consolidação da regularização urbana no Distrito Federal

A Lei 7.899/2026 alterou o art. 153 da Lei 6.138/2018 (Código de Obras e Edificações do Distrito Federal) para permitir a regularização de edificações residenciais unifamiliares, multifamiliares e comerciais localizadas em áreas em processo de regularização fundiária, desde que atendidos os requisitos legais. A medida busca conferir efetividade à política de regulamentação urbana, permitindo que a regularização da propriedade seja acompanhada da regularização das edificações.

Essa alteração não beneficia apenas uma região específica do Distrito Federal. Seu alcance é geral e alcança diversas localidades, como Vicente Pires, Arniqueira, Jardim Botânico,

Grande Colorado, Altiplano Leste, Tororó, São Bartolomeu, Região dos Lagos, Ponte de Terra, Ponte Alta, Boa Vista, Contagem, Alto da Boa Vista, Nova Colina, Privê Lago Norte, Mansões Sobradinho, Dom Bosco, Bernardo Sayão, Sol Nascente/Pôr do Sol, Água Quente, Vila Cauhy, Fercal, Arapoanga, Mestre D'Armas e Estrada do Sol, entre outras que também se encontram em diferentes fases de regularização.

A própria lei federal 13.465/2017 trata a Regularização Fundiária Urbana (REURB) como um conjunto integrado de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial e à titulação de seus ocupantes. Por

essa razão, a regularização da propriedade, desacompanhada da regularização das edificações, não concretiza integralmente os objetivos da REURB.

Quando a edificação é regularizada, o imóvel ganha segurança jurídica, pode ser financiado, servir de garantia, ser comercializado com maior facilidade e receber investimentos. Isso beneficia não apenas o proprietário, mas também movimenta a economia, fortalece o mercado imobiliário, amplia o acesso ao crédito e gera desenvolvimento.

Também não é correto afirmar que a medida estimula novas ocupações irregulares. A regularização resolve passivos históricos de áreas já consolidadas. O combate à grilagem

depende da atuação firme dos órgãos de fiscalização, especialmente do DF Legal, aliada à ampliação da oferta de moradias e loteamentos regulares, tanto pelo Poder Público quanto pela iniciativa privada.

Brasília continua crescendo. Organizar esse crescimento exige planejamento, fiscalização e políticas públicas eficientes. Regularizar áreas consolidadas não significa premiar a irregularidade, mas integrar esses núcleos à cidade formal, garantindo segurança jurídica, desenvolvimento econômico e melhor qualidade de vida para milhares de famílias. Esse é o modelo adotado pela legislação brasileira e o caminho mais eficaz para reduzir a informalidade urbana de forma definitiva.

Visão do Direito

**Ludmilla Fabricio**Advogada no escritório Daniel Gerber
Advocacia Corporativa**Daniel Gerber**Sócio-fundador do Daniel Gerber
Advocacia Corporativa

Quando o investimento deixa de ser risco e passa a indicar fraude

O caso Naskar chamou atenção depois que investidores passaram a relatar dificuldades para resgatar valores, instabilidade ou indisponibilidade da plataforma, ausência de respostas e crescente incerteza sobre contratos, saldos e liquidez. O que, em um primeiro momento, poderia parecer apenas uma desorganização pontual, rapidamente passou a assumir contornos mais graves, com repercussões patrimoniais relevantes e forte abalo de confiança.

Esse cenário reacende um alerta importante: existe um momento em que o colapso de uma operação financeira deixa de parecer mero inadimplemento e passa a exigir reação jurídica imediata — e, quase sempre, esse momento chega antes do que o investidor imagina. É preciso dizer com clareza: nem toda perda financeira decorre do risco ordinário do mercado. Há situações em que o problema deixa de ser simples frustração de expectativa e passa a revelar sinais de desorganização grave, falha informacional, intermediação inadequada e possível ilicitude.

Do ponto de vista jurídico, o primeiro erro costuma ser esperar. Em casos dessa natureza, o tempo raramente favorece o investidor. Quando surgem obstáculos para saques, justificativas vagas, promessas de regularização sem prazo concreto e instabilidade de acesso, a prioridade deixa de ser a discussão abstrata sobre o investimento e passa a ser a proteção prática dos direitos ameaçados.

A experiência mostra que, em cenários de colapso financeiro, a prova é o primeiro patrimônio que precisa ser preservado. Contratos, extratos, comprovantes de transferências, capturas de tela da plataforma, e-mails, mensagens, áudios e materiais de apresentação comercial formam o núcleo de qualquer reação jurídica séria. Sem organização documental, o prejuízo financeiro pode ser agravado por um prejuízo probatório igualmente relevante.

Mais do que isso, a resposta jurídica adequada não se limita ao ajuizamento de uma ação indenizatória ao final do problema. Em hipóteses dessa natureza, o ordenamento oferece instrumentos que permitem atuação imediata, inclusive para impedir o esvaziamento patrimonial antes que ele se torne irreversível.

Em paralelo, há situações em que a construção da prova exige providência própria e antecipada. Nem sempre o investidor dispõe, desde o início, de todos os contratos, registros de movimentação, dados de contas de destino ou elementos suficientes para identificar a extensão exata do prejuízo e os responsáveis finais pela circulação dos valores. Nesses cenários, o caminho processual pode exigir atuação voltada especificamente à obtenção judicial de documentos, registros financeiros e informações relevantes para a futura estratégia de recuperação.

Também merece atenção o papel dos intermediadores. Em muitas situações, a vítima

não chega sozinha à operação. Há consultores, representantes, captadores ou agentes que participam da apresentação do negócio, reforçam sua credibilidade, reduzem a percepção de risco e acompanham os aportes até o momento em que a operação perde liquidez. Quando isso ocorre, a análise jurídica não pode se limitar à empresa central da aplicação. É necessário examinar toda a cadeia de atuação.

Sob a perspectiva do direito civil e do direito do consumidor, a questão não se resume à existência formal de um contrato. O ponto central passa a ser a qualidade da informação prestada, a transparência da operação, a segurança do serviço oferecido e a responsabilidade dos agentes que participaram de sua oferta, organização ou intermediação. Em determinadas hipóteses, a responsabilidade pode ser solidária, justamente porque o dano não decorre de um ato isolado, mas de uma sequência de condutas que, em conjunto, induzem o investidor a assumir posição patrimonial de alto risco sem a devida compreensão do que estava contratando.

Esse ponto tem especial relevância porque, em contextos de colapso societário ou encerramento irregular de atividades, a recuperação patrimonial nem sempre pode ficar restrita à pessoa jurídica formalmente contratada. Havendo indícios de abuso, confusão patrimonial, desvio de finalidade ou utilização da estrutura societária como obstáculo

ao ressarcimento, o patrimônio pessoal dos responsáveis pode se tornar juridicamente alcançável, conforme a configuração concreta do caso e a disciplina aplicável.

Outro aspecto relevante é a desvantagem informacional em que o investidor normalmente se encontra. Quem controla a plataforma, os registros, os fluxos internos e a comunicação com o cliente tende também a controlar, em larga medida, a narrativa do ocorrido. Por isso, a atuação jurídica precisa ser rápida, técnica e orientada não apenas à responsabilização futura, mas também à preservação imediata de documentos, registros e ativos.

Há, ainda, um dado prático que não pode ser ignorado: em operações que entram em crise, é comum surgirem comunicações solicitando reenvio de comprovantes, confirmação de saldos ou atualização de dados, sob a alegação de problemas internos, reorganização administrativa ou falhas técnicas. Essas solicitações exigem cautela. Antes de responder, o investidor precisa compreender o efeito jurídico dessa comunicação e o risco de entregar elementos que, adiante, possam ser utilizados para reduzir, fragmentar ou contrverter a sua própria pretensão.

Quanto mais cedo a reação começa, maiores são as chances de preservação de direitos, de reconstrução da verdade documental e de efetividade das medidas cabíveis.

Visão do Direito

**Daniel Ângelo Luiz da Silva**Advogado especialista em dívidas tributárias
do escritório Galvão & Silva

Nova oportunidade para empresas reduzirem dívidas com o governo

A publicação do Edital PGFN 6/2026 abriu uma nova janela de negociação para empresas com débitos inscritos em dívida ativa da União. A medida reforça a consolidação da transação tributária como instrumento de reorganização de passivos fiscais e de recuperação de créditos públicos.

Mais do que uma simples renegociação, a transação tributária passou a integrar a gestão estratégica das empresas. A regularização de débitos federais pode influenciar diretamente a emissão de certidões negativas, o acesso a crédito, a participação em licitações, a celebração de contratos públicos e privados, além de reduzir riscos de bloqueios patrimoniais e restrições operacionais.

O Edital PGFN 6/2026 permite adesão a diferentes modalidades de transação, como as baseadas na capacidade de pagamento do contribuinte, em créditos classificados como de difícil recuperação ou irrecuperáveis, o edital permite que empresas com débitos na Dívida Ativa da União de até R\$ 45 milhões renegociem suas dívidas. Cada modalidade possui critérios próprios, exigindo análise técnica individualizada.

Na prática, empresas com débitos federais inscritos em dívida ativa podem reorganizar passivos, reduzir encargos e obter maior previsibilidade financeira. No entanto, a adesão ao programa deve ser precedida de avaliação cuidadosa, considerando não apenas os

descontos oferecidos, mas a sustentabilidade da negociação no médio e longo prazo.

A decisão deve levar em conta o valor consolidado da dívida, o impacto no fluxo de caixa, a existência de garantias, execuções fiscais em andamento, a regularidade de certidões e eventuais discussões administrativas ou judiciais. Uma análise inadequada pode comprometer a saúde financeira e jurídica da empresa.

O relatório PGFN em Números 2026 evidencia a relevância crescente da transação tributária no cenário fiscal brasileiro. Em 2025, o mecanismo possibilitou a recuperação de R\$ 30,8 bilhões aos cofres públicos, com mais de 826 mil transações

formalizadas, consolidando o modelo consensual de cobrança de créditos federais.

Em 2026, o Edital PGFN 6/2026 amplia esse movimento ao oferecer novas condições para regularização de débitos com a União. O prazo de adesão segue aberto até 30 de setembro de 2026, às 19h, representando uma oportunidade relevante para empresas que buscam reorganização fiscal e estabilidade financeira. Diante desse cenário, a orientação técnica especializada é essencial antes da adesão. A avaliação por profissionais de direito tributário permite identificar riscos, enquadramento adequado, impactos financeiros e efeitos sobre processos em curso, garantindo decisões mais seguras e estratégicas.

Visão do Direito



Gabriel Prevot Couto

Advogado graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduando em processo civil na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/RJ

Os critérios do INPI para reconhecimento de marcas de alto renome

Para alcançar o reconhecimento de marca de alto renome pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), é necessário responder: quando uma marca deixa de ser conhecida apenas no seu mercado e passa a merecer proteção em todos os ramos?

A resposta passa menos pela afirmação abstrata de fama e mais pela capacidade de transformar reputação em prova. O alto renome não é um prêmio simbólico concedido a marcas bem-sucedidas. É uma categoria jurídica excepcional, prevista no art. 125 da Lei de Propriedade Industrial. Em outras palavras: no alto renome, a fama importa; mas, diante do INPI, a prova decide.

O art. 125 da Lei nº 9.279/1996 dispõe que à marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial em todos os ramos de atividade. O efeito jurídico é que a marca deixa a lógica ordinária da especialidade e passa a irradiar proteção de maneira transversal.

Isso não significa que qualquer marca famosa seja, automaticamente, de alto renome. Uma marca pode ser conhecida, ter forte presença comercial e boa reputação entre seus consumidores e, ainda assim, não alcançar o patamar jurídico exigido pelo INPI.

Em outras palavras, toda marca de alto renome é conhecida, mas nem toda marca

conhecida é de alto renome. O ponto central está na amplitude do reconhecimento: o sinal precisa ultrapassar o seu mercado de origem e ser reconhecido por uma parcela expressiva do público brasileiro em geral, associado à qualidade, à reputação e ao prestígio.

A proteção é especial, porque excepciona o princípio da especialidade: em regra, o registro protege a marca nos produtos ou serviços que identifica e em mercados próximos ou afins. No entanto, a proteção é ampla, mas não é ilimitada. O reconhecimento reforça a possibilidade de impedir imitações capazes de gerar confusão, associação indevida, diluição da distintividade ou aproveitamento parasitário.

Para comprovar que uma marca é de alto renome, é preciso observar as normas do INPI. A Portaria INPI/PR nº 25, de 23 de julho de 2025, alterou a disciplina administrativa do tema para reforçar os parâmetros de comprovação. A partir dela, o Manual de Marcas passou a detalhar as pesquisas de mercado e de imagem.

Assim, não basta dizer que a marca é forte. É preciso demonstrar, com método, quem conhece a marca, se essa pessoa a associa corretamente aos produtos ou serviços indicados no registro e se há uma percepção positiva de qualidade, reputação e prestígio.

Nesse cenário, o Manual estabelece parâmetros objetivos: a pesquisa deve ser

quantitativa, nacional, representativa da população brasileira, com nível mínimo de confiança de 95%, com no mínimo 2.000 entrevistados e aplicação, no máximo, nos dois anos anteriores ao requerimento. Não pode ficar restrita a clientes, consumidores do setor, seguidores da marca ou canais controlados pelo próprio titular.

Portanto, a fama, para o INPI, precisa ser traduzida em método. Para que a prova de reconhecimento seja considerada reflexo de uma ampla parcela do público brasileiro, o percentual deve atingir, no mínimo, 61% da amostra, descontada a margem de erro para baixo. Entre 61% e 71%, o INPI exige um conjunto probatório complementar robusto. Acima de 71%, a pesquisa tende a ser suficiente para esse requisito, mas isso não significa deferimento automático.

Esse ponto merece cuidado. Os percentuais organizam a análise, mas não substituem o exame jurídico. Depois de comprovado o reconhecimento, ainda devem ser avaliados a reputação, a qualidade, o prestígio, a distintividade, a exclusividade do sinal e a consistência do conjunto probatório.

Mais do que uma blindagem jurídica, o reconhecimento do alto renome representa um ativo econômico estratégico para as companhias. Em um cenário de mercados

hipercompetitivos e de rápida diluição de marcas no ambiente digital, a transversalidade da proteção assegura que investimentos milionários em branding não sejam parasitados por terceiros em setores diversos, mitigando riscos de desidratação da identidade corporativa.

Diante disso, a busca por essa chancela deixa de ser uma decisão isolada de marketing e passa a exigir uma governança jurídica preventiva. Empresas que almejam o topo da proteção intelectual precisam antecipar-se à burocracia, auditando continuamente seus portfólios e transformando o cotidiano de suas interações com o público em dados estatísticos auditáveis e juridicamente válidos.

O alto renome não começa no protocolo do INPI. Ele começa antes, na forma como a marca é registrada, usada e documentada. Assim, empresas que pretendem buscar essa proteção precisam cuidar do portfólio marcário, manter registros ativos, preservar dados de publicidade, presença nacional, mídia espontânea, pesquisas de mercado e evidências de reputação.

O alto renome representa a conversão jurídica de uma reputação socialmente consolidada. Não é mera fama, nem vaidade empresarial. Para titulares de marcas relevantes, a mensagem é clara: no alto renome, a fama pode abrir a discussão, mas é a prova que sustenta o reconhecimento.

Visão do Direito



Marcus Gusmão

Advogado especialista em direito penal

Metaverso: a Justiça diante de uma nova fronteira

O avanço tecnológico tem imposto ao Direito Penal desafios cada vez mais complexos, e o metaverso surge como um dos mais instigantes. Trata-se de um ambiente virtual imersivo, no qual interações sociais, econômicas e até afetivas são reproduzidas por meio de avatares. Nesse contexto, a pergunta que se impõe é: pode a Justiça punir crimes cometidos nesse universo digital?

A resposta, sob a ótica penal contemporânea, é afirmativa ainda que com ressalvas relevantes. O Direito Penal não se limita ao espaço físico. Sua incidência está ligada à proteção de bens jurídicos, como a dignidade, a liberdade e o patrimônio. Assim, se uma conduta praticada no metaverso viola

esses bens, não há razão jurídica para afastar a possibilidade de responsabilização.

Casos de assédio, importunação sexual e fraudes já vêm sendo discutidos nesse ambiente. Estudos apontam que crimes tradicionais estão sendo reproduzidos no mundo virtual, inclusive com impactos psicológicos reais nas vítimas (Recima21?). Isso reforça a compreensão de que o dano não depende da materialidade física, mas da lesão efetiva ao indivíduo.

Além disso, autoridades e organismos internacionais já começam a se adaptar a essa nova realidade. Há iniciativas voltadas à investigação de delitos no metaverso, reconhecendo que a criminalidade acompanha a evolução tecnológica (Revista JRG?). No Brasil, inclusive,

já se registram experiências iniciais de atuação estatal nesse ambiente, sinalizando que o sistema de Justiça não está alheio ao fenômeno (Carreira e Sartorello?).

Entretanto, a aplicação da lei penal ao metaverso enfrenta obstáculos relevantes. O primeiro deles é a identificação dos autores, muitas vezes protegidos por avatares e sistemas descentralizados. Soma-se a isso a dificuldade de delimitar jurisdição, já que as interações ocorrem em ambiente globalizado. Por fim, há lacunas normativas, uma vez que o ordenamento jurídico ainda não contempla de forma específica as condutas praticadas nesses espaços.

Diante desse cenário, impõe-se uma releitura dos institutos tradicionais do Direito Penal.

Mais do que criar novos tipos penais, é necessário interpretar os já existentes à luz das novas tecnologias, garantindo que a proteção dos direitos fundamentais não seja esvaziada no ambiente virtual.

O metaverso não é um território sem lei. Ao contrário, é uma extensão das relações humanas com os mesmos conflitos, riscos e responsabilidades. O desafio do Direito Penal, portanto, não é decidir se deve atuar, mas como fazê-lo de forma eficaz, proporcional e compatível com as garantias constitucionais.

Em última análise, punir crimes no metaverso é não apenas possível, mas necessário. A omissão estatal nesse campo significaria admitir um espaço de impunidade incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Visão do Direito



Rebeka Dyonee Silva Maciel

Advogada, sócia de Rubens Naves Santos Jr. Amorim Advogados, membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor e especialista em direito processual civil

O racismo recreativo na era digital

Itos anos após a publicação racista que provocou a indignação de mulheres negras nas redes sociais, a Justiça finalmente deu uma resposta ao caso. No início deste ano, a autora de uma postagem que reproduzia a prática do blackface foi condenada criminalmente por infração ao art. 20, caput e § 2º, da Lei nº 7.716/1989. A decisão, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cotia (SP), reafirma um recado necessário em tempos de discursos de ódio digital: a internet não é um território imune à legislação.

O caso teve início no Carnaval de 2018, quando uma influenciadora digital publicou a imagem de uma mulher branca com o rosto escurecido, lábios exageradamente avermelhados e um pano enrolado na cabeça. A fotografia era acompanhada da legenda: “afrodescendente do sexo feminino, portadora de deficiência mental, usando uma grande tira de pano enrolada na cabeça”, além das hashtags “blackface”, “carnaval” e “apropriação cultural”. Longe de representar uma simples manifestação de humor, a publicação reproduzia a prática historicamente conhecida como blackface, que é associada à ridicularização e à desumanização da população negra.

Quando a violência racial tem como alvo a mulher negra, o ataque não se limita à cor da pele. Ele também alcança a condição de gênero, reforçando estereótipos que, durante séculos, sustentaram processos de exclusão e inferiorização. Não por acaso, a repercussão do episódio levou um grupo de mulheres negras a apresentar representação ao Ministério Público de São Paulo. O que muitos imaginavam ser apenas mais uma polêmica passageira das redes sociais transformou-se em uma ação penal que gerou a condenação da autora da publicação à pena de dois anos de reclusão, em regime inicial aberto, além do pagamento de multa.

A decisão vai além da responsabilização individual. Ela reafirma que manifestações racistas não são aceitáveis porque circulam na internet, porque recebem milhares de curtidas ou porque são colocadas como humor. A liberdade de expressão é um dos pilares da democracia, mas não protege práticas que atentam contra a dignidade humana e reproduzem discriminação racial.

O caso também reacende um debate que ganhou força nos últimos anos: a tentativa de conferir legitimidade jurídica à

expressão “racismo reverso”. Embora difundida nas redes sociais, essa tese não encontra respaldo na Constituição nem na legislação brasileira.

A Lei nº 7.716/1989 deve ser interpretada à luz dos objetivos fundamentais da República, previstos no art. 3º, da Constituição Federal. Entre eles, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Seu propósito não é disciplinar conflitos isolados entre indivíduos de diferentes grupos raciais, mas enfrentar práticas discriminatórias inseridas em uma realidade histórica marcada pela desigualdade estrutural.

Ignorar esse contexto significa esvaziar o próprio sentido da legislação antirracista. O racismo combatido pelo ordenamento jurídico brasileiro não se resume a ofensas individuais. Trata-se de um sistema de discriminação que produz privilégios para alguns e barreiras para outros, afetando oportunidades.

Ao analisar o caso, a Justiça afastou a tese de que a publicação representava apenas uma crítica bem-humorada. Reconheceu

que o contexto de Carnaval não é suficiente para descaracterizar uma conduta discriminatória nem para afastar sua relevância penal. A decisão reafirma o princípio essencial de que o humor não pode servir de escudo para o racismo.

O julgamento também evidencia a crescente responsabilidade imposta aos usuários das plataformas digitais. A internet ampliou a circulação de ideias, democratizou a produção de conteúdo e fortaleceu a liberdade de expressão. Mas também potencializou a disseminação de discursos de ódio em velocidade inédita. Nenhuma dessas transformações afasta a incidência da Constituição ou da legislação penal.

A condenação não elimina as marcas deixadas por séculos de discriminação nem encerra a luta contra o racismo. Mas representa um importante precedente ao demonstrar que denunciar, mobilizar as instituições e exigir a aplicação da lei produzem resultados concretos. Em um tempo em que o preconceito, muitas vezes, se disfarça de piada ou opinião, a mensagem deixada pela Justiça é inequívoca: as telas não protegem quem transforma racismo em conteúdo criminoso.



Otávio Arantes

Advogado especialista em Processo Civil e direito de família. Sócio-fundador do escritório Arantes de Mello advocacia

Consultório Jurídico

A curatela é passível de ser escusada a qualquer tempo pelo curador?

Esse questionamento é reflexo de uma reportagem apresentada na televisão, a respeito de um casal que pleiteou em juízo a reversão da adoção de menor em Santa Catarina e obteve sentença favorável, a despeito do ECA ser explícito que a adoção é irreversível. Guardadas as semelhanças óbvias entre o instituto da adoção e o da curatela, a indagação parece pertinente: afinal, pode um curador reverter sua condição jurídica e exonerar-se dos encargos de sua função?

Não há resposta direta nas regras do Código Civil atinentes à curatela. No Superior Tribunal de Justiça, há precedente que sequer tanta a matéria.

De pronto, pode-se dizer que, tal como a tutela, a curatela é irrenunciável, por se tratar de um múnus público. No entanto, considerando que o Código Civil determina a aplicação à curatela das disposições relativas à tutela, com ressalva de certas regras específicas, é possível que o curador se escuse da curatela pelos motivos indicados nos incisos do art. 1.736 do Código Civil.

E essa escusa deve ser apresentada no prazo de cinco dias contados: antes da aceitação do encargo, da intimação para prestar compromisso; depois de entrar em exercício, do dia em que sobrevier o motivo

da escusa (art. 760, incisos I e II do CPC). Não sendo requerida a escusa no prazo de cinco dias, considerar-se-á renunciado o direito de alegá-la.

A questão crucial é saber se é possível, depois de ter o curador entrado em exercício, apresentar pedido de escusa a qualquer tempo, contando-se o prazo de cinco dias contido no art. 760 a partir do dia em que sobrevier o motivo da escusa. A resposta é afirmativa.

Contudo, o pedido de escusa exige plena justificação, de acordo com o disposto no art. 1.736 do Código Civil. São causas escusáveis: (a) quando se tratar de curadora e esta vier a casar-se após o exercício da curatela; (b) a sobrevivência da idade de 60 anos; (c) a existência de prole de três filhos do(a) curador(a); (d) a enfermidade

que evidencie a impossibilidade de exercer o múnus; (e) a residência em local distante do lugar onde devem exercer a curatela; (f) e quando o(a) curador(a) já tiver exercido a tutela do interditado (hipótese possível apenas no momento da nomeação da curatela). Os marcos iniciais de contagem do prazo para requerer a escusa exigem, por óbvio, plena comprovação no processo, sob pena de indeferimento.

Fora dessas hipóteses, não há base legal para o(a) curador(a) pleitear a escusa do múnus público que exercem. Um(a) curador(a) exerce múnus público, repita-se, e move-se no territórios dos direitos indisponíveis do interditado, não passíveis de desfazimento ao livre arbítrio de quem aceitou tal dever e está obrigado a desempenhá-lo com extremo zelo.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 16 de julho de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil á Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUEguas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos cobertura 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/armas planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

412 OPORTUNIDADE
36,87m² privativo semi-mobiliado desocupado phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Asa Norte/Sul (61) 99330-9049 c3594

ASA SUL

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

TODO REFORMADO!
113 BLOCO D 3 andar nascente, vista live apt 116/5m² 3qtos sendo 1 suíte c/closet, sala ampla, banh serv. gar c/armas. Tr: 99602-2533 c/6356

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

1.2 CRUZEIRO

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

1.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

Curso de Departamento
Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do **DP** e **eSocial** em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento **Dexion** e **eSocialWeb**.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar3 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CSSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

1.4 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

GAMA

VENDO SALAS Setor Central-Gama 99903-0605

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111



CHAMA NO ZAP!!

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

PONTE ALTA SUL
VENDO CHÁCARA 5.000m. Pertinho da pista. R\$95.000. Aceito Carro. Tr: (61) 99905-2597

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

1 QUARTO

516 SUL 01 quarto, 42m², reformadíssimo, com Ar condicionado. Tratar: 98157-9961

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

2.2 GUARÁ

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

PÁTIO BRASIL
ALUGO SALA 55m2, reformada porcel proj. iluminação wc, copa. Barato! Whatsapp: 98127-1580

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: SPE SUDOESTE 300B BL 04 INCORPORAÇÕES LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **23/07/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 659.200,93 (seiscentos e cinquenta e nove mil duzentos reais e noventa e três centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **24/07/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 1.105.859,45 (um milhão cento e cinco mil oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo **Apartamento Conjugado nº 128 e Vaga de Garagem nº 52, Bloco 4, CLSW 300-B do SHCSW, Ed. Diamond, Brasília-DF, com área privativa de 48,05 m2, devidamente matriculado(a) no 1º CRI do DF sob o nº 158.273**, oriundo de consolidação de propriedade em favor de SPE SUDOESTE 300B BL 04 INCORPORAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 13.350.535/0001-34, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e VIALUI EMPREENDIMENTOS E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.102.514/0001-28, representada por sua sócia FLÁVIA VELOSO TARTUCE, portador(a) do RG nº 903.584 SSP-DF e CPF nº 771.563.311-91, tendo sido os devedores fiduciários devidamente constituídos em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 24/07/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR**. Ficam os devedores fiduciários, por este edital, desde já intimados das referidas datas.



Leilões Judiciais e Extrajudiciais

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

GOL 06/07 4pts Vendo ou Troco. Tr: 61 99969-9595/ 99909-7931

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 JEEP

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Infomática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

ACHADOS E PERDIDOS

SEBASTIÃO Borges Taquary, OAB n. 1.393, comunica, para os devidos fins, o extravio do seu Título Patrimonial n. 2546 da Estância Thermas Pousada do Rio Quente (ETPRQ).

5.2 CONVOCAÇÕES

CONVOCAÇÕES

LOTERIA PONTO TREZE LTDA

CNPJ 00.498.634/0001-16 CONVOCA A FUNCIONÁRIA Josefa Sivoneide Alves Ferreira CTPS nº 05469337/2413, a comparecer ao seu trabalho em 48h desta publicação, sob pena de abandono de emprego (art. 482 "I" CLT).

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobro consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

AMANDA DO ANAL

ACOMPANHANTE E MASSAGISTA, recém cheg de Minas, sua namoradinha perfeita faz tudo s/ frescuras. (61) 98173-1287 Asa Norte

5.7 ACOMPANHANTE

RENATO ATIVÃO MACHAO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

(ISABELA FERRARI) ESTILO MULHERÃO - Capa de Revista! Asa Norte 61 99607-1156

MASSAGEM RELAX

CAROL TOP DE LUXO REALMENTE LINDA s/ decepção 61996306790

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

ADJUDANTE DE SERVIÇOS Gerais, para morar. Casal 99976-4334.

ARRUMADEIRA PRECISA-SE p/ trabalhar no Lago Sul que tenha referências comprovadas. Salário R\$ 2.400,00. Tratar no tel. 99972-2215.

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116



AVISO DE LICITAÇÃO (Republicação)

Pregão Eletrônico nº 7/2026 (90007/2026) PA SEI nº 0004539-81.2025.6.07.8100

Objeto: Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada com utilização de armamento letal e menos letal, diurna e noturna, a serem executados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de postos de trabalho, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e anexos. Valor estimado da contratação: R\$ 1.583.227,92. Abertura das Propostas: 30/07/2026, às 13h. O edital pode ser consultado em: www.gov.br/compras ou no Portal da Transparência do TRE-DF. Infos: aslic@tre-df.jus.br e (61) 3048-4232. Marcela Moreira Cunha, Pregoeira.

6.1 NÍVEL BÁSICO

RESTAURANTE

CAPONATA CONTRATA AUXILIAR COZINHA - Auxiliar de Serviços Gerais e Atendente. CV p/ rhcaponatarhcaponata bsb@gmail.com

MOTORISTA CONTRATA-SE c/ cart "D" Salário a combinar p/ Ceilândia. Enviar CV c/ a Função para o email: deltafoxemprego2018@gmail.com

NÍVEL MÉDIO

ASSISTENTE DE SEGUROS

BUSCAMOS profissional c/ ou s/ experiência na área. Requisitos: experiência em vendas, comunicativo proativo e organizado, com conhecimentos de informática. Interessadas enviar currículo para: assistente@oepseguros.com.br

CONTRATA-SE AUXILIAR FINANCEIRO. Sal. R\$ 1.700,00 30% + 2% + VT + VA + Seg. vida. Exige-se ens. médio compl + Pac. Ofício. Seg. à sex 08H - 18H sáb 08H-12H p/ tag. Norte Enviar CV p/ processo seletivo. rcii@gmail.com Assunto: Aux. Finan

VAGAS PARA: ESCOVISTA OU AUXILIAR De Cabeleireiro. Excel ambiente de trabalho. Tr. (61) 98214-7347

6.1 NÍVEL MÉDIO

CUIDADOR PRECISA-SE Carga horária diurna 12 por 36. Com experiência e que tenha força e condições físicas para pegar nos braços, transportar um Rapaz tetraplégico da cama p/ cadeira de rodas e também colocar no carro. Para trabalhar em Taguatinga. Tr: (61) 99972-0950

CONTRATA-SE TÉCNICO EM INSTALAÇÃO Rede de Gás. Sal: 2.000,00 + 30% + 20% + 2% + VT + VA + Seg. Vida. Exige-se: Ens. médio, CNH AB, experiência MAPS, noções hidrául. disp. de horário. Seg à sex 08H-18H, Sáb 08H-12H p/ Tag. Norte. Enviar CV p/ (QNG). Enviar currículo com nome da vaga pretendida para: processoseletivo.rcii@gmail.com Assunto: Téc Instal.

INSTITUTO IPÊS ESTÁ OFERECENDO OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Os interessados devem acessar o edital em <https://www.institutoipes.org.br/>

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE GERENTE e Chefe de Pista c/experiência em posto de gasolina Asa Sul. Enviar currículo: cv.rhposto@gmail.com

OPERADOR DE PLOTTER de Impressão, Rauter / Arte finalista. Conhecimentos: Manuseio de Rauter e Plotter, corel, PDF, photoshop, e outros. Enviar CV c/o assunto para: recrutando2022@gmail.com.

NÍVEL SUPERIOR

ACUPUNTURISTA A CETFISIO está contratando p/ atuação em clínica multiprofissional de saúde. Formação superior área de saúde, preferência em Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Ed. Física ou Nutrição. Registro ativo no respectivo conselho profissional. Jornada 44 horas semanais, regime CLT e normas coletivas. R\$ 2.500,00 + VT + VA: R\$30,00 por dia. Currículo p/ gestaotecnica.cetfisio@gmail.com

6.1 NÍVEL SUPERIOR

EMPRESA COM SEDE NO SIA / SUL NO RAMO AGRÍCOLA CONTRATA PROFISSIONAL COM CONHECIMENTO em área fiscal, Escrituração de livros de entradas, saídas e apuração do ICMS, conhecimento em direito ao crédito do ICMS, CFOP, CST, NCM, emissão de NF-e, controle de estoque, domínio de informática, arquivo eletrônico. Enviar CV no e-mail: ademir.zuconi@coperbras.com.br c/ pretensão salarial

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

DIARISTA OFEREÇO meus serviços c/ exper. (61) 99354-1991

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também: Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinha de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista. Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CNPJ: 00.000.208/0001-00

EXTRATO DA ATA DA 894ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A., REALIZADA EM 09/01/2026.

CNPJ: 00.000.208/0001-00 NIRE: 5330000143-0

Em 09/01/2026, por meio de votação eletrônica, reuniu-se o Conselho de Administração do BRB - Banco de Brasília S.A., tendo tomado as seguintes decisões: ITEM 02. Renúncia e eleição da Diretora Executiva de Gestão de Pessoas – DIPES. Deliberação: (...) considerando o pedido de renúncia da senhora Cristiane Maria Lima Bukowitz ao cargo de Diretor Executivo de Gestão de Pessoas, em consonância com o artigo 29, inciso V, do Estatuto Social, submeteu-se à deliberação o nome da senhora Janiele Queiroz Mendes Caroba para ocupar o referido cargo. Após a análise da documentação apresentada pela indicada e considerando que o Comitê de Elegibilidade, em sua 194ª reunião realizada em 09/01/2026, manifestou parecer favorável à indicação, por atender aos requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.970/2021, no Decreto nº 45.539/2024 e na Lei Federal nº 13.303/2016, bem como por declarar a inexistência de vedações, o Conselho concluiu pela regularidade da documentação e pelo cumprimento das exigências previstas nos referidos normativos. Assim, atendidos os requisitos legais e estatutários, o Conselho, nos termos do artigo 29, inciso V, do Estatuto Social, elegeu, por unanimidade, a senhora JANIELE QUEIROZ MENDES CAROBA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portadora do CPF nº 8**.*9 e da Carteira de Identidade nº 1.***7 - SSP/DF, expedida em 30/12/2013, endereço: Centro Empresarial CNC - ST SAUN Quadra 5, Torre C, 17º andar, CEP 70.040-250, Brasília - DF, para o cargo de Diretora Executiva, no mandato 2024/2026, designando-a para ocupar o cargo de Diretora Executiva de Gestão de Pessoas - DIPES. (...) Marcelo Talarico – Presidente; Eduardo Aroeira Almeida - Conselheiro; Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz – Conselheira; Luis Fernando de Lara Resende – Conselheiro; Nelson Antônio de Souza – Conselheiro; Paulo Cesar Pagi Chaves – Conselheiro; Raphael Vianna de Menezes – Conselheiro; Ricardo José Duarte Rodrigues – Conselheiro; Guilherme Thiele Soares – Secretário. Guilherme Thiele Soares Secretário Executivo. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal Certifico registro sob o nº 3141979 em 13/07/2026 da Empresa BRB - BANCO DE BRASÍLIA, CNPJ 00000208000100 e protocolo DFN2633524055- 13/07/2026. Autenticação: DBD721518BBDE17B68E4EEB3A9D3E586CD2B5064. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 26/233.234-5 e o código de segurança LS9S Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/07/2026 por Fabianne Raissa da Fonseca – Secretária-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Embaixada do Peru** em Brasília torna público o Edital de licitação para a seleção e contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em regime de empreitada global para execução da "Reforma de ambientes ou escritórios da sede administrativa da Embaixada (chancelaria e residência) do Peru em Brasília".

Todos os dados relacionados à licitação, à contratação e à Reforma de Ambientes ou Escritórios da Embaixada do Peru em Brasília, estão indicados nos documentos que compõem o Edital e seus anexos.

O Edital e respectivos anexos podem ser localizados no site da Embaixada do Peru em Brasília, através do seguinte link: (<https://www.gob.pe/institucion/embajada-del-peru-en-brasil/informes-publicaciones/8355527-aviso-de-licitacao>).

As propostas e demais documentos exigidos para a participação no processo de seleção e contratação devem ser entregues na sede da Embaixada, no SES Av. Das Nações, Qd 811, Lt 43, Brasília/DF - CEP: 70.428-900, até o dia 10 de agosto de 2026, no seguinte horário: 10:00 às 16:00.

Os pedidos de vistas aos projetos e esclarecimento devem ser encaminhados via endereço eletrônico (edital@embperu.org.br), conforme indicações no Edital e seus anexos.

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb
@classificadoscb

CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o
Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 05 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

Central

61 3342-1000

E-mail

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram:

@classificadoscb



Facebook

@classificadoscb